

MARCO AURÉLIO DE ALMEIDA SOARES

**O “LUGAR DE FALA” DOS LGBT’S NA UNIVERSIDADE:
(DES)SEXUALIZANDO AS IDENTIDADES DE GÊNERO E A
SEXUALIDADE**



UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO

CAMPO GRANDE- MS

2023

MARCO AURÉLIO DE ALMEIDA SOARES

**O “LUGAR DE FALA” DOS LGBT’S NA UNIVERSIDADE:
(DES)SEXUALIZANDO AS IDENTIDADES DE GÊNERO E A
SEXUALIDADE**

Tese apresentada ao curso de Doutorado, do Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado e Doutorado da Universidade Católica Dom Bosco como parte dos requisitos para obtenção do grau de Doutor em Educação.

Área de Concentração: Educação

Orientador (a): Prof. Dr. Carlos Magno Naglis Vieira

UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO

CAMPO GRANDE - MS



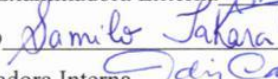

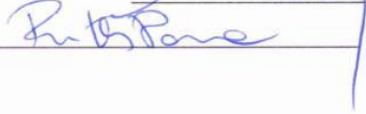
2023

**O “LUGAR DE FALA” DOS LGBT’S NA UNIVERSIDADE:
(DES) SEXUALIZANDO AS IDENTIDADES DE GÊNERO E A
SEXUALIDADE**

MARCO AURÉLIO DE ALMEIDA SOARES

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: Educação

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Carlos Magno Naglis Vieira (UNIR/UCDB) Orientador e Presidente da Banca 
Prof.ª Dr.ª Megg Rayara Gomes de Oliveira (PPGE/UFPR) Examinadora Externa 
Prof. Dr. Samilo Takara (PPGE/UNIR) Examinador Externo 
Prof.ª Dr.ª Adir Casaro Nascimento (PPGE/UCDB) Examinadora Interna 
Prof.ª Dr.ª Ruth Pavan (PPGE/UCDB) Examinadora Interna 

Campo Grande, 17 de maio de 2023

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
UCDB**

S6761 Soares, Marco Aurélio de Almeida

O "lugar de fala" dos LGBT'S na universidade: (des)sexualizando as identidades de gênero e a sexualidade/ Marco Aurélio de Almeida Soares sob orientação do Prof. Dr. Carlos Magno Naglis Vieira.-- Campo Grande, MS : 2023.

175 p.: il.

Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande- MS, 2023

Bibliografia: p. 1- 19

1. LGBT. 2. Ambiente universitário. 3. Decolonialidade. 4. Interseccionalidades I.Vieira, Carlos Magno Naglis.
II. Título.

CDD: 306.766

DEDICATÓRIA

Como um anarquista, gostaria de dedicar esta tese a todos aqueles que lutam pela liberdade, igualdade e justiça social em todo o mundo. Esta tese é um pequeno esforço para contribuir para uma sociedade mais justa e igualitária.

Dedico essa tese especialmente a mim pelo meu esforço e superação em conseguir sobreviver numa sociedade conservadora e homofóbica, sendo um gay não binário numa sociedade que vive numa bolha impondo as normas da pseudo Família Tradicional Brasileira.

Gostaria de dedicar esse trabalho à defesa da transfobia, misoginia, racismo e homofobia é a práxis de organizações privadas e públicas, de um legislativo que não pensa numa sociedade plural, entender os impactos das opressões que encontramos no dia a dia.

Finalizando gostaria de agradecer aos que me apoiaram em minha jornada acadêmica, Travesti do Tarumã Andrew, o Hétero desconstruído Gustavo e a Maria Elisa por estarem me auxiliando nesta jornada. Ao movimento LGBT do Estado do Mato Grosso do Sul, em particular aos meus amigos de 18 anos de convívio social; Priscila, Claudiane, Cristiano, Juliana, Elodia, Jader, aos amigos que a vida me deu como irmãs a Isabelle que meu uma outra amiga de quebra a sua mãe Zélia e a Naty, aos lindo do Centro de Testagem e Aconselhamento – CTA, às minhas divas que agencia o seu lindo corpinho nas ruas de Campo Grande MS e familiares que sempre me encorajaram a seguir minha paixão pela justiça social e liberdade.

Dedico para as inimigas preconceituosas que não colocavam fé na realização dessa tese, principalmente as moralistas conservadoras que ainda vivem em uma bolha, sem se colocar no lugar do outro, graças às inimigas a Santa Cher colocou lindas pessoas que acabam criando um laço de amizade sincera Gabriela, Charles, Prof. Dr^a Ana Rita, Alessandra ao lindo Prof. Dr. Daniel Canavesi que veio da UFRGS prestigiar a defesa, a Bel uma linda que caiu do céu para me ajudar sempre que estou num momento conturbado.

Que possamos continuar a lutar juntos por um mundo melhor e mais justo para todos.

Amizade é um laço,

Que não se quebra à toa,

É um abraço apertado,
Que acalenta a alma boa,

Amizade é sorriso,
Que vem do coração,
É um ombro amigo
Que acolhe a emoção,

Amizade é verdade,
Que se prova a cada dia,
É um amor sem medidas,
Que nunca se esvazia,

Amizade é poesia.
Que se escreve com carinho,
É um presente divino,
Que ilumina o caminho.
Com esperança e esperança.

AGRADECIMENTOS

Parabéns pra mim por concluir uma tese, chegar onde poucos homossexuais da periferia conseguem chegar, não foi uma tarefa fácil e segue muito esforço, dedicação e tempo da minha parte.

Desenvolver uma tese no ensino remoto, no início de uma pandemia não foi uma tarefa fácil, agradeço ao meu orientador Prof. Dr. Carlos Magno Naglis Vieira por me ajudar e me apoiar mesmo que seja puxando para a realidade da vida acadêmica com muita sutileza, reconhecendo o trabalho árduo e compromisso que assumiu neste projeto.

Agradeço ao meu esforço em conseguir sobreviver a 2 anos de aulas remotas, a uma turma de pseudos chatos, que vive numa bolha egocêntrica, graças a Santa Cher não fui contaminado por pensamentos egocêntricos e mesquinhos.

As longas conversas com as lindas Letícia Nascimento, Sara York, Maria Flor, entre amigos que sempre me dava uma luz nos momentos de desânimo me ajudaram, com gesto simples e muito significativo, onde pude perceber que temos irmãs que não soltam a mão de ninguém. É importante lembrar que as pessoas travestis enfrentam muitas barreiras e desafios em nossa sociedade, incluindo o acesso à educação e o reconhecimento de sua identidade de gênero. Reconhecer e respeitar o papel das suas amigas trans na jornada acadêmica é uma forma de reconhecer a importância da diversidade e inclusão em nossa comunidade acadêmica.

Espero que você possa continuar contando com o apoio das amigas e que essa experiência possa inspirar outras pessoas a reconhecer a importância da diversidade e inclusão em suas próprias vidas.

Agradeço a Luciana de Azevedo, a diva da secretaria do programa de pós-graduação em Educação por ter a parcimônia de me suportar por 5 anos, sendo 2 de mestrado e 3 de doutorado, aos professores do PPGE pelo carinho e acolhimento neste tempo que passei pelo programa.

Agradeço a CAPES/PROSUC por me ajudar financiando o meu mestrado e agora o doutorado, para uma pessoa não binária que foge dos padrões da sociedade o incentivo financeiro foi primordial para finalizar o mestrado e doutorado.

Gostaria de parabenizá-lo por essa conquista e expressar minha gratidão por ter me permitido ajudá-lo ao longo do processo. Espero que tenha sido útil e que tenha sido capaz de contribuir para o seu sucesso.

Finalizado gostaria de agradecer aos membros da banca que se propôs a contribuir com essa tese, numa defesa presencial no dia 17 de maio momento de muita relevância para mim e para o movimento LGBT, O dia 17 de maio é reconhecido como o Dia Internacional contra a Homofobia, a Transfobia e a Bifobia. O objetivo do dia é promover a conscientização sobre os direitos das pessoas LGBT+ e combater a discriminação e violência motivada na orientação sexual, identidade de gênero e expressão de gênero. É uma oportunidade para celebrar a diversidade sexual e de gênero e fortalecer a importância do respeito, da igualdade e da inclusão para todas as pessoas.

Apesar dos avanços na luta pelos direitos LGBT+ em muitos países, a homofobia, a transfobia e a bifobia ainda são uma realidade para muitas pessoas em todo o mundo. O Dia Internacional contra a Homofobia, a Transfobia e a Bifobia é uma oportunidade para lembrar que ainda há muito a ser feito para garantir a igualdade de direitos para todas as pessoas, independentemente da sua orientação sexual ou identidade de gênero.

Soares, Marco Aurélio de Almeida. **O “LUGAR DE FALA” DOS LGBT’S NA UNIVERSIDADE: (DES) SEXUALIZANDO AS IDENTIDADES DE GÊNERO E A SEXUALIDADE.** Tese (doutorado em Educação), 177 p., Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2023.

RESUMO

Esta tese vinculada à linha de pesquisa: Diversidade Cultural e Educação Indígena do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica Dom Bosco e ao Grupo de Pesquisa/CNPq: Educação Intercultural e Povos Tradicionais/CNPq, tem objetivo geral discutir acerca da existência/resistência de pessoas GBT’s na universidade e de que forma esses corpos chegaram no ensino superior. Nesse sentido, a presente pesquisa parte do problema de pesquisa: qual a importância do lugar de fala da população LGBT na universidade? Para tanto, delinea-se o estudo a entender a necessidade de transformar o espaço universitário também em um local de resistência e pertencimento. Do mesmo modo, tem-se como objetivos específicos analisar as instituições educacionais, de modo a compreender como a população LGBT percebe esse local e identificar as experiências dos estudantes, a partir do lugar de fala, visando à construção do coletivo de um espaço de acolhimento e resistência. A pesquisa tem uma abordagem decolonial e interseccional, uma vez que o lugar de fala se refere à compreensão de que os indivíduos possuem visões diferentes de mundo que envolvem questões raciais, de gênero e sua orientação sexual. Assim, para fundamentar a teorização deste estudo, a discussão de lugar de fala, traz Djamila Ribeiro (2017) para compreender esse espaço como uma forma de romper com o conhecimento produzido a partir da epistemologia hegemônica e criar outros conhecimentos a partir de novas perspectivas. Indica-se, ainda, que o lugar de fala se refere à compreensão de que os indivíduos possuem visões diferentes de mundo, dada as questões raciais, de gênero e sua orientação sexual. Acerca da decolonialidade, anoro-me em Walter Mignolo (2010) e Renato Dering (2021), ao propor que é necessário ampliar a visão do que se entende por sociedade/modernidade e como ela concebe esses corpos observada as questões acima citadas. Nessa discussão sobre poder hegemônico, portanto, questiona quais vozes são legitimadas e quais são impedidas de se colocar e de se posicionar e, pela colonialidade, a discussão é proposta. Sobre o percurso metodológico, a pesquisa é qualitativa e com estudo de caso, em que se utiliza de entrevistas semiestruturadas aplicadas a 9 (nove) pessoas LGBT’s de três universidades da cidade de Campo Grande – Mato Grosso do Sul. A partir delas, foram refletidos os temas sobre identidade, transição, preconceitos e discriminação desses corpos e seus lugares de fala nos diferentes espaços, principalmente nas universidades. Pelas entrevistas, foram percebidas as violências vivenciadas pela população LGBT, no percurso educacional, com foco durante a vida universitária.

Palavras-chave: GBT. Ambiente Universitário. Decolonialidade. Interseccionalidade.

Soares, Marco Aurélio de Almeida. **O “LUGAR DE FALA” DOS LGBT’s NA UNIVERSIDADE: (DES) SEXUALIZANDO AS IDENTIDADES DE GÊNERO E A SEXUALIDADE.** Tese (doutorado em Educação), 177 p., Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2023.

ABSTRACT

This thesis linked to the line of research: Cultural Diversity and Indigenous Education of the Graduate Program in Education at the Dom Bosco Catholic University and the Research Group/CNPq: Intercultural Education and Traditional Peoples/CNPq, has the general objective of discussing the existence/ resistance of LGBT people at the university and how these bodies arrived in higher education. In this sense, the present research starts from the research problem: what is the importance of the place of speech of the LGBT population in the university? Therefore, the study is designed to understand the need to transform the university space into a place of resistance and belonging. Likewise, the specific objectives are to analyze educational institutions, in order to understand how the LGBT population perceives this place and to identify the students' experiences, from the place of speech, aiming at the collective construction of a welcoming space. and resistance. The research has a decolonial and intersectional approach, since the place of speech refers to the understanding that individuals have different views of the world that involve racial, gender and sexual orientation issues. Thus, to support the theorization of this study, the discussion of the place of speech, brings Djamila Ribeiro (2017) to understand this space as a way to break with the knowledge produced from the hegemonic epistemology and create other knowledge from new perspectives. It is also indicated that the place of speech refers to the understanding that individuals have different views of the world, given racial, gender and sexual orientation issues. Regarding decoloniality, we anchor ourselves on Walter Dignolo (2010) and Renato Dering (2021), when proposing that it is necessary to broaden the vision of what is meant by society/modernity and how it conceives these bodies, observing the issues mentioned above. In this discussion about hegemonic power, therefore, it questions which voices are legitimized and which are prevented from placing and positioning themselves and, through decoloniality, the discussion is proposed. Regarding the methodological path, the research is qualitative and with a case study, in which semi-structured interviews are applied to 9 (nine) LGBT people from three universities in the city of Campo Grande - Mato Grosso do Sul. From them, themes about identity, transition, prejudice and discrimination of these bodies and their places of speech in different spaces, mainly in universities, were reflected. Through the interviews, the violence experienced by the LGBT population was perceived in the educational path, with a focus on university life.

Keywords: GBT. University Environment. Decoloniality. Intersectionality

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Funcionamento do lugar de fala.....	55
Figura 2: Diferenças entre sexo, gênero e orientação sexual.....	57
Figura 3: Principais conceitos do universo LGBT	77

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Eixos centrais de pesquisa	33
Tabela 2: Descrição do local da entrevista	39
Tabela 3: Sujeitos envolvidos.....	111
Tabela 4: Evolução das conquistas políticas obtidas pelos movimentos LGBT	167

SUMÁRIO

PRIMEIROS PASSOS DE UM POC: Situando a tese	13
CAPÍTULO 1	20
O MEU LUGAR DE PESQUISADOR: HISTÓRIAS, ENCONTROS E MOVIMENTOS PRODUZIDOS NA PESQUISA.....	20
1.1 Motivações para a construção da pesquisa.....	24
1.2. A relevância do tema	27
1.3 A perspectiva metodológica da pesquisa: descrevendo os procedimentos e os espaços/lugares universitários de fala dos acadêmicos	32
1.5 Os espaços/lugares universitários de fala dos acadêmicos da pesquisa	41
1.5.1 Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	42
1.5.2 Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.....	44
1.5.3 Universidade Católica Dom Bosco.....	46
CAPÍTULO 2	48
O LUGAR DE FALA E O LUGAR DE ONDE FALO? O(S) MOVIMENTO(S) LGBT E SEUS CONTEXTOS	48
2.1 O que é lugar de fala?.....	48
2.2 De onde que eu falo? - O(s) Movimentos LGBT e seus contextos	56
2.2.1 Identidade de gênero.....	58
2.2.2 Orientação sexual	70
2.2.3 O significado da sigla: LGBT.....	75
CAPÍTULO 3	78
A PERCEPÇÃO DA POPULAÇÃO LGBT NO AMBIENTE UNIVERSITÁRIO E A INTERSECCIONALIDADE COMO MECANISMO DE LEITURA PARA AS OPRESSÕES.....	78
3.1 A população LGBT e ambiente universitário: percepções, discussões e contribuições.....	78
3.2 Interseccionalidade entre raça, identidade de gênero e orientação sexual	87
CAPÍTULO 4	93
COLETIVOS LGBT NAS UNIVERSIDADES: IDENTIDADE E RECONHECIMENTO	93
4.1 Movimentos LGBT	93
4.2 Trajetória dos movimentos LGBT	97
4.3 Coletivos LGBT no ambiente acadêmico.....	101
CAPÍTULO 5	110
COM QUEM FALEI PARA O DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA? APRESENTANDO OS FUNDAMENTOS DE ANÁLISE E OS SUJEITOS ENVOLVIDOS NO PROCESSO DE PESQUISA	110

Tabela 3: Sujeitos envolvidos.....	111
5.1 Explicando os pseudônimos e discutindo acerca das identidades.....	112
5.2 As histórias e as identidades dos estudantes universitários presentes na pesquisa.....	119
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	152
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	156

PRIMEIROS PASSOS DE UM POC¹: Situando a tese

A educação emancipadora, abordagem reflexiva de Paulo Freire acerca dos modos de se conceber o ensino no Brasil, permeou minha trajetória acadêmica desde que a integrei ao meu próprio processo de aprendizagem. A partir dela, ampliou-se uma percepção crítica nas maneiras pelas quais eu observava e concebia o que absorvia durante minha formação, desde a graduação em Pedagogia, passando pelo Mestrado em Educação e agora no Doutorado. Nesse percurso, vivenciei experiências em universidades públicas e privadas, possibilitando, portanto, essa perspectiva sobre a presença e as identidades LGBT² nos espaços acadêmicos. Nesse período, consegui perceber a chegada dos corpos dissidentes na Universidade Católica Dom Bosco, com a presença das indígenas trans que circulavam pelos corredores da universidade, durante o período do mestrado, e na Universidade Estado de Mato Grosso do Sul quando participei das bancas de cotista.

Nesse debate sobre o tema, Prado e Junqueira (2011, p.59) evidenciam que as instituições de ensino, assim como a família, "alternam-se como o primeiro e o segundo piores espaços de discriminação homofóbica, problema relacionado pela LGBTfobia³". Tal fato, por assim ser, reforça a marginalização de identidades LGBT's, acesso e permanência deles no ambiente acadêmico.

Dialogando com o proposto, Louro (1999) pontua que a homofobia é consentida pela própria estrutura institucional e se caracteriza pelo afastamento e desprezo dos indivíduos, que fogem do padrão já habituado a transitar pela universidade. Assim, tudo que sai do dito "normal", causa espanto e, com a chegada das copas, um desconforto. Isso, por sua vez, dificulta a permanência desses estudantes na Universidade, considerando a orientação sexual e a identidade de gênero como uma variável relevante que pode estar intrínseca às condições de permanência desses corpos na vida acadêmica. Logo, o que se pode refletir é a LGBTfobia sendo um dos principais pontos de exclusão nos últimos anos, gerando transtornos psíquicos, educacionais e sociais irreparáveis.

¹ POC: Termo utilizado de forma pejorativa dentro da própria comunidade LGBT para se referir a gay afeminada.

² LGBT: L: Lésbicas, G: Gay, B: Bissexuais e T: Transexuais e Travesti. Devido à última conferência Nacional, realizada pela Secretaria de Direitos Humanos em 2017, na cidade de Brasília, optamos por utilizar a sigla LGBT.

³LGBTfobia: Palavra para definida rejeição, o medo, o preconceito, a discriminação, a aversão ou o ódio.

Dito isso, é importante compreender que, no que se refere à autorização, ainda que de maneira implícita, a homofobia é uma constante na rotina dos indivíduos. Evidencia-se, por exemplo, que:

Tratamentos preconceituosos, medidas discriminatórias, ofensas, constrangimentos, ameaças e agressões físicas ou verbais têm sido uma constante na vida escolar e profissional de jovens e adultos LGBT. Essas pessoas vêm-se desde cedo às voltas com uma “pedagogia do insulto”, constituída de piadas, brincadeiras, jogos, apelidos, insinuações, expressões desqualificantes – poderosos mecanismos de silenciamento e de dominação simbólica. (JUNQUEIRA, 2009, p. 17)

Dessa forma, Junqueira (2009) pontua que a homofobia e a segregação de corpos acabam por ser uma forma de silenciamento e que a LGBTfobia pode se materializar desde agressões físicas, e verbais, ambas potentes. No ano de 2015, a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT) realizou uma pesquisa com estudantes LGBT que revelou que 73% desse grupo sofre agressão verbal na escola por causa da sua identidade de gênero. Com isso, pode-se verificar o quanto são inseguros os ambientes que não aceitam o “diferente” do dito normal pela sociedade. Dentre as características pessoais, inclui-se: orientação sexual, gênero, identidade / expressão de gênero, ou seja, em termos tradicionais. Entretanto, até que ponto a aparência ou os comportamentos correspondem, de fato, a noções tradicionais do “masculino” ou do “feminino”, bem como o tamanho ou o peso corporal, faz a diferença no convívio como outro. Nesse sentido, contribui Borillo (2010, p.109) ao pontuar que:

Cada insulto proferido evoca, assim, a existência de uma ordem sexual e de uma hierarquia. Portanto, a primeira tarefa pedagógica consistiria em questionar essa ordem heterossexista e em enfatizar que a hierarquia de sexualidades é tão detestável quanto a de raças ou de sexos. (BORILLO, 2010, p.109)

Ainda no que se refere ao ambiente acadêmico, durante muito tempo, a escola e, em especial, a sala de aula foram encaradas como locais sexualmente neutros, contudo, a hostilidade com o público LGBT acontece independentemente da cor/raça/etnia ou classe social. Isso ocorre, pois, algumas concepções são demarcadas pela realidade que encontramos, a exemplo, tem-se a prostituição ou relatos de algumas pessoas que conseguiram sobreviver à fase escolar. Tais questões acabam sendo de ordem histórica, social e política em intersecção com os padrões heteronormativos que estabelecem as normas do padrão “normal” e que causam aversão ao que é diferente.

[...] pelo simples medo de se relacionar mais intimamente com algum amigo do sexo masculino, mesmo que esse contato íntimo não tenha nada de afetivo ou sexual no meio, Borrillo (2010) fala ainda sobre o termo homofobia, que ao seguir a origem da palavra estaria errada por demonstra medo de iguais (homo = iguais e fobos = medo), o termo cunhado por Morin e Garfinkle (1978) seria mais adequado quando fala sobre o heterossexismo, que seria um sexismo, mas que colocaria a heterossexualidade como a forma de sexualidade correta e mais aceita pela sociedade (BORRILLO, 2010 apud MOREIRA, 2010; p.3).

Nesse contexto, torna-se crucial compreender que o silêncio se revela como um perverso mecanismo para eliminar aquilo que é incômodo, que foge a um padrão imposto do que é “normalidade”. Diante disso, pode-se refletir que a não permanência e a falta de acolhimento ofertada por esses espaços são fomentadas por estruturas sociais que se solidificaram por um determinado modelo que impõe o que é certo ou errado, baseado em um parâmetro de exclusão de corpos.

A partir desse contexto hegemônico, conservador e colonial que o ambiente acadêmico pode ser para um sujeito LGBT, faz-se necessário considerar, enquanto pano de fundo, que constrói tais amarras, que há um ideal racista, colonizador, hierárquico e preconceituoso que se mantém vivo na sociedade e na academia. Nesse contexto, é importante destacar que ainda existe um espaço micro dessa sociedade, que sofre na mesma proporção ou ainda pior, visto que esses corpos nem sempre têm acesso a esse lugar e, quando o tem, são silenciados.

Acerca da exclusão de corpos, trazemos os apontamentos de Aníbal Quijano (1992), que afirma que o racismo se utiliza da idéia de raça, atrelada à cor da pele, como diferenciação fenotípica com o objetivo de legitimar a relação entre dominado e dominador.

A estrutura de poder colonial produziu as discriminações sociais que mais tarde foram codificadas como "raciais", étnicas, "antropológicas" ou "nacionais", de acordo com os momentos, os agentes e as populações envolvidas. Essas construções intersubjetivas, produto da dominação colonial pelos europeus, foram até assumidas como categorias (de afirmação "científica" e "objetiva") de significado a-histórico, isto é, como fenômenos naturais e não da história do poder. (QUIJANO, 1992, p. 12, tradução nossa).⁴

Sob esses parâmetros, bem como pela história que marca o Brasil, é possível afirmar que a sociedade é estruturalmente sustentada por práticas racistas e excludentes que tomam

⁴ “La estructura colonial de poder produjo las discriminaciones sociales que posteriormente fueron codificadas como "raciales", étnicas, "antropológicas" o "nacionales", según los momentos, los agentes y las poblaciones implicadas. Esas construcciones intersubjetivas, producto de la dominación colonial por parte de los europeos, fueron inclusive asumidas como categorías (de pretensión "científica" y "objetiva") de significación ahistórica, es decir como fenómenos naturales y no de la historia del poder.” (QUIJANO, 1992, p. 12)

como métrica o poder hegemônico dito como certo ou errado. Relacionada à discussão para as questões que permeiam a identidade de gênero, pode-se compreender que, no Brasil, as pessoas que não se enquadram como brancas cisgênero⁵, heterossexuais e de classe detentora de poder econômico acabam tendo seus direitos cessados, suas vozes silenciadas, um intenso debate para afirmar sua identidade/diferença e difícil luta para a eliminação e a desconstrução de preconceitos e estereótipos.

Para os acadêmicos LGBT, o preconceito nos espaços universitários é facilmente percebido quando transitam nos corredores das instituições de ensino superior, visto quando freqüente os espaços por onde transitam as manas trans que sofrem pelo olhar fuzilador das mulheres Cis; que não tem o mesmo padrão de beleza ao desfilarem pelos espaços. O que me chama atenção é quando eu círculo pelos espaços e ficam os comentários em relação à identidade de gênero, como: “É mulher? Um travesti? Um avatar? O que é isso?”.

Difícilmente encontram-se corpos dissidentes nos espaços universitários, contudo, podemos considerar que estamos chegando, porém de forma gradativa se pensar em identidade de gênero. Nessa discussão, não é possível silenciar a visibilidade de transexuais e travestis que enfrentam uma situação de marginalização e exclusão social nesses espaços. Por isso, entendo que um ponto de discussão para futuros estudos seria o acesso e a permanência desse grupo nos espaços acadêmicos.

Neste momento histórico no qual estamos vivendo, posso dizer que depois de 1º de janeiro de 2023, com a volta do presidente Lula ao poder. Esse marco é importante, pois se pode ver a diversidade na sua equipe, o show da posse que tive a oportunidade de participar e observar a grande diversidade de identidade de gênero que estava ali ocupando espaços silenciados, mostrando suas existências e cobrando políticas públicas para subsidiar a inclusão de LGBT no governo federal para fortalecer os espaços universitários, esperançoso, assim, que iremos ter LGBT chegando qualificado no mercado de trabalho.

A opressão de classe se interliga à opressão de gênero, coincidindo historicamente e se entrelaçando na luta contra todos os elos de opressão e pela conquista de uma sociedade livre, sem discriminação de sexo/gênero, raça e de classe. A formação social é marcada pela desvalorização do não branco, dentre o aspecto da sua tez⁶, na construção de política excludente desassociado aos eurocêntricos, no que se refere à construção social LGTBfóbica.

⁵ Cisgênero: Que se identifica com o sexo com o qual nasceu.

⁶ Tez: referente ao tom de pele.

Nesse sentido, vale enfatizar os dados da Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersexo -ILGA⁷ (2020), em que demonstra que o Brasil é o país que mais mata a população LGBT na América Latina. Esse dado gritante revela não apenas a gravidade do que essa exclusão é capaz, bem como os impactos gerados pelas práticas LGBTfóbicas a longo prazo. Outro dado a ser colocado em destaque é do Grupo Gay da Bahia - CGB⁸, o qual, em 2019, registrou que 329⁹ pessoas morreram em decorrência da LGBTfobia. O número representa quase uma morte por dia motivada pela intolerância sexual e/ou de gênero.

Dessa forma, o presente estudo busca um maior debruçar sobre o assunto, compreendendo, no entanto, a não homogeneidade dos grupos LGBT, bem como os diferentes recortes vivenciados pelos indivíduos. Por assim ser, os temas para este estudo foram abordados sob as seguintes identidades: LGBT Negro; LGBT Indígena; LGBT Branco; e, por fim, cumpre-se discutir o processo de identidade e pertencimento em local de resistência que é o ambiente universitário.

Enquanto metodologia para o desenvolvimento do trabalho, na primeira parte, foi utilizada a revisão de literatura, promovendo diálogo entre os autores (FIGUEIREDO et al., 2018) e conceituando sexualidade no início do século XIX. A revisão possibilitou uma ampliação do conceito de sexo, por meio de Guacira Lopes Louro (2000), no livro *O corpo educado: Pedagogia da sexualidade*, e das transformações sociais que ocorreram em meados da década de 1960; Weeks (2000), considerando a importância de examinar as relações de poder e suas associações com gênero, classe e raça; e Campos (2015), ao definir sexo e gênero como componentes da sexualidade, o artigo “Trejeitos e trajetos de gayzinhos afeminados, viadinhos e bichinhas pretas na educação!” Revista Periódicus 1.9 (2018): 161-191, que aborda a intersecção entre homofobia e racismo, na educação e o processo negligenciado que encontramos nos dias atuais, o livro *Transfeminismo*, que ajudou a repensar a importância do lugar de ocupação e da construção da cidadania de travestis e transexuais, no contexto universitário, além de levantamento de teses defendidas nos últimos 3 anos, que abordaram questões de preconceito e estudantes LGBT.

Na sequência, foi realizada uma análise preliminar de um questionário, que foi usado como base para a construção das entrevistas, com acadêmicos LGBT na universidade, sendo

⁷Disponível em: <https://ilga.org/> Acesso: 10 abr. 2022.

⁸Disponível em: <https://grupogaydabahia.com.br/> Acesso: 10 abr. 2022.

⁹ Cumpre-se observar que esses foram crimes registrados como LGBTfobia. Existem tantas outras mortes que são em decorrência desse preconceito, mas que não são registrados como tal e, portanto, acabam não sendo contabilizadas.

transcritos os pontos marcantes da entrevista para identificar questões que poderiam ser melhoradas e aprofundadas.

Partindo dessa perspectiva, foram realizadas nove entrevistas, seguindo um roteiro e, a partir das respostas dos participantes, foram analisados os discursos produzidos no decorrer da entrevista. Foram convidados acadêmicos LGBT's da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/UFMS, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/UEMS e a Universidade Católica Dom Bosco/UCDB, todas as Instituições localizadas em Campo Grande, capital do estado de Mato Grosso do Sul/MS

Após o aceite dos acadêmicos, foram agendados data e horário para a realização da entrevista e, conseqüentemente, a assinatura do Termo de Livre Consentimento - TCLE, que autoriza a realização e a gravação das entrevistas.

A metodologia está voltada a ouvir experiências de vida de universitários LGBT, por meio das entrevistas semiestruturadas e, diante delas, promover a intersecção entre a base bibliográfica e os relatos obtidos. Entretanto, é preciso reconhecer que as entrevistas nunca são neutras, objetivas e imparciais, uma vez que elas estão atravessadas pela relação entrevistador-entrevistado:

Exorcizando tais fantasmas - e tendo no recolhido, enfim, à nossa condição de sujeitos culturalmente constituídos, circunstancialmente situados, quer como entrevistadores, quer como entrevistados, podemos refletir sobre outras questões que não fidedignidade, imparcialidade, exatidão e autenticidade. Podemos pensar sobre jogos de linguagem, reciprocidade, intimidade, poder e redes de representações (SILVEIRA, 2002, p. 125).

A proposta de elaboração do roteiro de entrevista semiestruturada está amparada nos estudos de Bortolozzi (2020), inclusive no que diz respeito à seqüência dos temas. De acordo com a autora, as perguntas iniciais versam sobre algo mais comum do cotidiano do participante, para, em seguida, realizar questões de opinião ou que exigem conhecimento.

Em relação à seleção dos participantes, foram estabelecidos os seguintes critérios: 1) participantes que sejam LGBT; b) que estejam na graduação; c) que tenham marcado a sua identidade de gênero no espaço universitário. Nesse sentido, foi excluído como participantes acadêmicos heterossexuais e o LGBT que não tem a sua identidade de gênero não demarcada.

Apresenta-se, como problema de pesquisa a ser abordada pelo autor do presente trabalho, a seguinte questão: “Qual a importância do lugar de fala da população universitária LGBT?”. A partir deste questionamento, algumas questões serviram de base para a fundamentação da pesquisa, sendo estas:

- Qual o significado do lugar de fala, bem como sua importância na construção de espaços de resistências?
- Como as intuições de ensino se apresentam para a população LGBT? São espaços historicamente de segregação ou oferecem acolhimento a essa população?
- Como a experiência desses estudantes, considerando suas especificidades e grupos pertencentes, contribui para a construção de um espaço de acolhimento e resistência?

Dessa forma, foi proposto o seguinte objetivo geral, de modo a responder o questionamento apontado: Compreender a importância do lugar de fala de acadêmicos LGBT de modo a transformar o espaço da universidade, em um local de resistência e pertencimento. Os objetivos específicos traçados para a construção de possíveis respostas para os questionamentos apontados acima, são:

- Compreender o significado, bem como a importância, do lugar de fala, sob os, para a construção de movimentos de resistência;
- Verificar como os acadêmicos LGBT analisam os espaços e os locais das instituições de ensino superior onde estão matriculados;
- Identificar as experiências dos acadêmicos LGBT, a partir do lugar de fala, de modo a verificar a construção coletiva de um espaço universitário de acolhimento e resistência.

A análise e produção dos dados de pesquisa ocorreram de acordo com as seguintes etapas: 1) o discurso dos acadêmicos, nas entrevistas, foi submetido a uma profunda leitura, com o objetivo de identificar pontos que possam ser dialogados entre si; 2) foram analisados os pontos que possa trazer dados relevantes a tese, como identidade de gênero e orientação sexual. Assim, os dados passaram por leitura, agrupamento e identificação, com o objetivo de identificar categorias, reconhecer a identidade de gênero, tendo como pano de fundo o lugar de fala na universidade.

A pesquisa seguiu as orientações relacionadas à ética e a Educação, sendo submetido à análise do Comitê de Ética da Universidade Católica Dom Bosco - CEP/UCDB, no município de Campo Grande/MS, recebendo o parecer consubstanciado aprovado sob **CAAE: 46050721.3.0000.5162.**

CAPÍTULO 1

O MEU LUGAR DE PESQUISADOR: HISTÓRIAS, ENCONTROS E MOVIMENTOS PRODUZIDOS NA PESQUISA

O capítulo apresenta o meu lugar de fala, de escrita enquanto pesquisador responsável pela construção e produção dos dados deste estudo. Escrevo a minha trajetória pessoal e acadêmica (graduação e pós-graduação), os envolvimento e os atravessamentos que me conduziram a uma pensar o quanto é importante ocupar os espaços que não são legitimados por LGBT's.

Ressalto parte dessa trajetória ocorrida entre 2008 e 2015, quando trabalhei com Políticas Públicas e pude conhecer o movimento LGBT de Campo Grande/MS, no qual, até aquele momento, não sabia da existência. Comecei, então, a frequentar a Rede Apolo (Rede de Homens Gays e Bissexuais de Mato Grosso do Sul). Foi nesse período que tive a oportunidade de conhecer o professor Doutor Tiago Duque¹⁰, que me contou um pouco de sua história enquanto militante e a sua passagem por Campinas (São Paulo), onde atuou na prevenção das Infecções Sexualmente Transmissíveis e com as meninas e meninos que agenciavam o corpo na noite.

Foi na aproximação com as reflexões do professor Tiago, no encontro com o grupo de pesquisa Impróprias¹¹, que minhas leituras com enfoque nos estudos de gênero tomaram proporção. Destaco, entre tantas, as que referenciam os estudos foucaultianos e pós-estruturalistas, bem como os estudos acerca do feminismo e as demandas culturais, pós-coloniais e decoloniais. Entre as obras, cito: *Problemas de Gênero – Feminismo e Subversão da Identidade*, da autoria de Judith Butler; *História da Sexualidade – A Vontade de Saber – Vol. 1*, de Michel Foucault; *A Reinvenção do Corpo: Sexualidade e Gênero na Experiência Transexual*, de Berenice Bento; *Manifesto Contrasexual – práticas subversivas de identidade sexual*, de Beatriz Preciado; *Gênero, Sexualidade e Educação – Uma Perspectiva Pós-*

¹⁰ Prof. Doutor Tiago Duque: Professor e pesquisador em gênero e sexualidade da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

¹¹ Grupo de Pesquisa coordenado pelo Professor Dr. Tiago Duque da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

estruturalista, de Guacira Lopes Louro; *Pensando o Sexo: Notas para uma Teoria Radical das Políticas da Sexualidade*, de Gayle Rubin; *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*, de Joan Scott; *Gênero e sexualidade nas pedagogias culturais: implicações para a educação infantil*, de Jane Felipe de Souza; *Sexualidade, cultura e política: a trajetória da identidade homossexual masculina na antropologia brasileira*, de Sérgio Carrara e Júlio Assis Simões; *Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas*, de Guacira Lopes Louro; *Quando o “estranho” resolve se aproximar: a presença da professora transexual e as representações de gênero e sexualidade no ambiente escolar*, de Tiago Zeferino dos Santos; *Violência de Gênero, Sexualidade e Saúde*, de Karen Giffin; *Sexualidade e gênero: ensaios educacionais contemporâneos*, de Maria Rita de Assis César; *Educação e docência: diversidade, gênero e sexualidade*, de Guacira Lopes Louro; *Gênero, sexualidade e a produção de pesquisas no campo da educação: possibilidades, limites e a formulação de políticas públicas*, de Jane Felipe; *Ser professora, ser mulher: um estudo sobre concepções de gênero e sexualidade para um grupo de alunas de pedagogia*, de Ana Paula Costa e Paulo Rennes Marçal Ribeiro; *Diversidade sexual e de gênero na escola*, de Alexandre Bortolini; *O gênero nas políticas públicas de educação no Brasil: 1988-2002*, de Cláudia Pereira Vianna e Sandra Unbehi, O livro *Transfeminismo* de Leticia Nascimento que relata as interseccionalidade de identidades sociais e sistemas relacionados de opressão e discriminação. Pesquisadoras negras que conheci no evento da Antra¹² em 2022, como Sofia Favero *Crianças Trans, Infâncias Possíveis narra experiências trans na infância* e Thiffany Odara, *Pedagogia da Desobediência: Travestilizando a Educação*, além da própria Megg Rayara *O diabo em forma de gente – (r)esistência de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação*.

Participando do grupo de pesquisa e finalizando uma especialização em 2016, em Docência em Educação Infantil, oferecida pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), tive a oportunidade de escrever um artigo intitulado “O professor do gênero masculino na Educação Infantil”, trabalho esse apresentado no II Desfazendo Gênero, em Salvador, no ano de 2017, quando tive o prazer de conhecer o movimento social LGBT da academia. Este evento, organizado pelo grupo de estudos CUS (Grupo de Pesquisa em Cultura e Sexualidade), coordenado pelo professor Leandro Colling, contou com a participação de alguns movimentos sociais do Brasil, os quais palestraram e apresentaram

¹² Antra - Associação Nacional de Travestis e Transexuais.

trabalhos que tinham como objetivo discutir as políticas públicas LGBT nacional no viés do movimento.

Após esse evento, fui indicado para compor o Conselho Estadual LGBT e a Coordenação do Fórum Ong Aids do Estado de Mato Grosso do Sul, na Secretaria de Assistência Social, momento em que começamos a construir a 1ª Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas LGBT, que acabou estimulando a criação da 1ª Subsecretaria de Políticas Públicas LGBT do Estado do Mato Grosso do Sul, que também tive a oportunidade de trabalhar atendendo à demanda do próprio movimento social.

Devido às mudanças políticas do município, o prefeito em questão chamou o movimento LGBT para conversar e propôs indicar um nome para a Coordenadoria de Políticas Públicas LGBT. Na mesma ocasião, foi pedido para o prefeito que o movimento pudesse indicar o Coordenador do Programa Municipal de Prevenção ao HIV/Aids, Sífilis e Hepatites Virais. Nesta conversa, foram aceitos, pelo prefeito, os nomes indicados pelo movimento LGBT: para a Coordenadoria de Políticas Públicas LGBT foi nomeada Cris Stefanny¹³ para o Programa Municipal de Prevenção ao HIV/Aids, Sífilis e Hepatites Virais, foi está linda pessoa. Confesso que, logo de início, quando comecei a analisar os dados, fiquei assustado com a incidência de jovens com HPV e Sífilis no município. Para mudar esse processo, foi pedido para sair da Coordenação do Programa Municipal de Prevenção ao HIV/Aids, Sífilis e Hepatites Virais e ir para o Centro de Testagem e Aconselhamento - CTA, onde teria contato direto com os pacientes que procurava para realizar teste de HIV, Sífilis e Hepatites B e C.

Nesse período, tive a oportunidade de escrever um projeto de mestrado para o processo seletivo da Universidade Católica Dom Bosco/UCDB para entender a grande busca por orientação de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) por parte de jovens advindos de uma instituição de capacitação profissional vizinha ao CTA.

Sendo aluno do programa, tive a oportunidade de conhecer novos autores que não tinha conhecimento e ter contato com outros mestrandos da Linha de pesquisa Diversidade Cultural e Educação Indígena. A turma de 2017 era composta por mim um gay não binário, dois indígenas, um negro e uma mulher Cis. Nesse processo de desconstrução, tive a oportunidade de conviver com pessoas incríveis que me ensinaram muito em relação à Educação Indígena, chegando a propor uma visita na aldeia Buriti, no município de Dois Irmãos do Buriti/MS, no Dia dos Povos Indígenas. O trabalho realizado com e pelos

¹³ Cris Stefanny: 1ª Travesti a ocupar um cargo no Município de Campo Grande MS. Como Coordenadora de Políticas Públicas LGBT.

professores da Linha de pesquisa Diversidade Cultural e Educação Indígena foi uma forma de mostrar que a cultura e a história indígena vão além de uma data cívica.

A passagem pelo mestrado foi um processo que não foi sombrio. Tive a oportunidade de ter um grande e ímpar orientador, que posso dizer que teve muita parcimônia com a minha evolução acadêmica. Evolução essa que posso dizer que foi uma metamorfose, lembrando o ciclo de uma linda borboleta cheia de luz e brilho. Nesse processo, pode-se afirmar que entrei na fase crisálida, no processo de escrita da dissertação. Chegando na fase adulta, na defesa e com a presença dos amigos de trabalho e movimento social, foi um dia que fiquei nervoso, mesmo sabendo que a banca era de pessoas que tem um ótimo coração, que conseguiram compreender o trabalho e de postura delicada sutil, contribuiu com a dissertação.

Ressalto essa postura, pois, quando chego a qualquer ambiente, as pessoas ficam sem saber qual o meu gênero. Muitos pensam que sou *amapô*¹⁴, outros acham que sou sapatão ou, até mesmo, um homem trans, esquecendo-se que temos os não binários que estão transitando entre os gêneros. Considero-me não binário¹⁵, sem me preocupar com rotulações ou definições de gênero. Não me preocupo com a questão da demarcação da minha identidade de gênero, creio que, até eu mesmo, às vezes, me sinto mais menino, às vezes menina, fugindo desta imposição hierárquica e das interseccionalidades da relação entre homens e mulheres. Quando contestamos essa característica rígida do sexo podemos chegar à dimensão que o sexo é tão cultural quanto o gênero.

Judith Butler (2003, p. 34) provoca apontando que “a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero se revela absolutamente nenhuma”. Como aponta Ruth Sabat (2001, p. 16), o currículo cultural (esse conjunto de reforços constituídos e constituidores de relações sociais) “faz parte de uma pedagogia específica, composta por um repertório de significados que, por sua vez, constroem e constituem identidades culturais hegemônicas.”.

Mesmo aos trancos e barrancos, no mestrado, tive uma grande evolução de vida e conhecimento, aprendi muito com os amigos e com o meu orientador que ainda me surpreende com tanto conhecimento. Ter gênero fluído e brincar com o que a binariedade impõe para determinar a sexualidade na atual conjuntura do Brasil é complicado e perigoso mesmo tendo a criminalização da LGBTfobia, não podemos baixar a cabeça para os

¹⁴ Amapô: Gíria gay que significa (mulher).

¹⁵ O termo não binário refere-se à identificação de pessoas que não se consideram exclusivamente pertencentes a um gênero exclusivamente. Ressalta-se que: “O caráter fluído que há no modelo de compreensão do gênero no contexto sociocultural se extrapola para a realidade das identidades de gênero não-binárias de várias formas tornando viáveis suas existências e demandas”. (SARDINHA, 2020, p. 34)

repressores, para isso, sempre me propus a fazer o melhor e ser o melhor no que me disponho a executar. Não sou perfeito, mas sou um anjo lindo que tem vontade de aprender a aprender, não tenho vergonha em pedir ajuda aos coleguinhas e admitir que sou um ser humano com erros e defeitos, até neste momento fazendo um relato da minha vida, não sabendo se vai agradar ou vai chocar. Então escrevo e deixo fluir.

Sendo um profissional e militante, acho que é o momento de buscar compreender a minha identidade de gênero e a atual conjuntura opressora que estamos vivendo. É a oportunidade de voltar a estudar e de fazer o que gosto, nunca fiquei parado sem estudar. Gosto de ler e de discutir com pessoas que possam me ensinar. Tanto que vivo frequentando eventos acadêmicos para saber os paranauê¹⁶, como diz o ditado: “quem não é visto não é lembrado”. Diante disso, nesta tese, discuto com os meus pares, seguindo a mesma linha do mestrado, agora com universitários trans que estão na universidade, por isso venho pensando como será para eles esse processo de pertencimento.

1.1 Motivações para a construção da pesquisa

A escolha do tema proposto é dada pela identificação da importância dos espaços de acolhimento e de estratégias e resistências realizadas dentro do ambiente universitário. Conforme já pontuado, as instituições educacionais podem se revelar extremamente LGBTfóbicas e, com isso, contribuem para a evasão desses sujeitos, haja vista que, ao invés de se apresentar como um espaço emancipatório, eles acabam por se revelarem um local de segregação de corpos.

O acolhimento é de extrema importância nos espaços acadêmicos. Acerca do assunto, (CASEMIRO, 2016, p.47) relata em sua pesquisa que, em 2016, Talles de Oliveira Faria, estudante do Instituto Tecnológico de Aeronáutica – ITA, foi a sua colação grau trajado de vestido e salto alto, com a seguinte frase escrita em sua roupa “ITA - excelência em homofobia”.

O rapaz revelou sua orientação sexual no ambiente universitário por acreditar que ali, um espaço cujo conhecimento deveria ser centrado, sua orientação seria respeitada e, conseqüentemente, um espaço de acolhimento. Talles foi desmotivado de seguir carreira na profissão que havia escolhido, sob a alegação de possuir “tom moral e profissional incompatíveis com a carreira militar.” (CASEMIRO, 2016, p. 47). As expressões dessas

¹⁶ Paranauê: É uma gíria para “coisa”, objeto ou acontecimento.

identidades exemplificadas são extremamente variadas, divergindo de indivíduo a indivíduo, bem como de contexto. Para Silva (1999, p. 11), a identidade pode ser entendida como um ato performativo, resultado de construções inacabadas, que gera um desconforto ao sair da caixinha perante os pares.

Relatos como esse, infelizmente não incomuns, demonstram a necessidade da construção de diálogos acerca da temática. A discussão se faz ainda mais importante, quando a análise é realizada a partir do lugar de fala de cada indivíduo. Uma análise que considera que indivíduos LGBT são todos iguais é falha e, por essa razão, são segregados da mesma forma, pois o acolhimento, nesse contexto, continua a agregar outras formas de violências que os atravessam.

É impossível, por exemplo, realizar uma análise aprofundada da temática, sem compreender a estrutura racista que constitui o país. Um racismo que reforça o quanto a colonialidade se faz presente, transitando-nos mais diferentes espaços da universidade, influenciando e posicionando a nossa forma de “ver” e compreender o outro, marcando nossas representações e criando um “padrão de controle, hierarquização e classificação da população mundial que afeta todas as dimensões da existência social, e que tem no conceito de raça seu eixo estruturante” (PORTO GONÇALVES; QUENTAL, 2012, p. 7).

Nesse sentido, é quase que ingênuo acreditar que homens gays brancos sentem a homofobia da mesma forma que homens gays negros. Podemos refletir ainda que gays que sofrem violência não é a branca que tem a passibilidade e sim a gay negra periférica que vive num processo de discriminação social. Do mesmo modo como é inviável construir uma análise da LGBTfobia sem considerar que a sociedade, de maneira geral, foi construída a partir de um sistema cisnormativo que considera pessoas cisgênero¹⁷ como “padrões”. Dessa forma, não conseguiríamos fazer jamais uma análise que considerasse que mulheres trans (héteros, bi’s ou lésbicas) são acometidas pela LGBTfobia igualmente a mulheres lésbicas. A questão é que:

Sabe-se que o meio em que se vive influencia a moral da sociedade e, dentro do tema proposto, as mulheres trans adentram nesse conceito devido a sua vulnerabilidade e à ineficácia de políticas públicas por parte do Estado, dada a ausência de dados estatísticos governamentais sobre a violência. (DERING; LOURDES; JANUARIO, p.132)

Compreender, então, uma sociedade sistematizada por um regime heterocispatriarcal branco nos faz entender o porquê do preto LGBT não se sente contemplado por um

¹⁷ Aquele (a) que se reconhece com o gênero que nasceu.

movimento LGBT que só trata das questões de homens brancos gays e por um movimento negro que só trata das questões de homens negros héteros. O mesmo ocorre com todas as demais minorias.

É sob essa perspectiva que se compreendeu a necessidade de abordar a temática LGBT de maneira conjunta com a questão étnica racial, de modo a compreender como os diferentes corpos se organizam para a construção de um espaço minimamente acolhedor e de muita resistência. Trabalhar com as duas temáticas no decorrer da pesquisa é, sobretudo, uma forma de demonstrar a importância de trazer a interseccionalidade para a reflexão. Nesse sentido, a pesquisa se propõe a refletir sobre diferentes marcadores sociais, nesse caso, gênero e raça, de forma a refletir como estes interagem entre si e se portam frente a uma sociedade estruturalmente racista e cisheteronormativa.

A interseccionalidade focalizar, sobretudo as intersecções da raça e do gênero, abordando parcial ou periféricamente classe ou sexualidade, que podem contribuir para estruturar suas experiências é uma proposta para levar em conta as múltiplas fontes da identidade. O interesse teórico e epistemológico de articular sexo e raça, por exemplo, fica claro nos achados de pesquisas que não olham apenas para as diferenças de gênero.

A interseccionalidade remete a uma teoria transdisciplinar que visa apreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por intermédio de um enfoque integrado. Ela refuta o enclausuramento e a hierarquização dos grandes eixos da diferenciação social que são as categorias de sexo/gênero, classe, raça, etnicidade idade, deficiência e orientação sexual. O enfoque interseccional vai além do simples reconhecimento da multiplicidade dos sistemas de opressão que opera a partir dessas categorias e postula sua interação na produção e na reprodução das desigualdades sociais (BILGE, 2017, p. 70).

Ainda como fator motivacional, identificar que os nos espaços acadêmicos por onde círculo, uns olhares que posso dizer de discriminação, causa-me uma enorme inquietação. Frisa-se que, muito embora a pesquisa tenha como objetivo apresentar a temática junto no ambiente universitário, não é possível desconsiderar como corpos atravessados pela questão de gênero, sexualidade e questão racial dentro das escolas. Ora, como esse espaço pode ser tão libertador para alguns indivíduos e, concomitantemente, tão adoecido para outros?

Se o ambiente aqui discutido é um espaço cujo principal objetivo é a troca de conhecimentos e se o conhecimento é transformador, qual o motivo desses espaços se revelarem, na prática, tão perversos com corpos que não performam que ainda fica dentro de um padrão heteronormativo o que deles é esperado?

Inquietações como estas me fazem querer entender e debater acerca de como as formas de organizações que prospectam as mudanças desses locais e, ao mesmo tempo, oferecem algum tipo de afeto aos indivíduos que o constroem.

1.2. A relevância do tema

Para a discussão aqui proposta, é de extrema importância que possamos refletir acerca do lugar de fala, assunto que é colocado em debate por Djamila Ribeiro (2017). Segundo a autora, por questões excludentes e desumanizadoras, corpos foram subalternizados e colocados em uma posição de esquecimento ou de memoricídio¹⁸. Nessa enseada, pautas feministas e negras, por exemplo, reduziram esses sujeitos às falas de outros que por eles detinham vozes.

Dito isso, a discussão de lugar de fala, para Ribeiro (2017), é uma forma de romper com o conhecimento produzido a partir da epistemologia hegemônica e criar conhecimentos a partir de novas perspectivas. A autora questiona quais vozes são legitimadas e quais são aquelas que são impedidas de se colocar e de se posicionar. Ela ainda discute que o lugar de fala se refere à compreensão que os indivíduos possuem, relacionando, por assim ser, visões diferentes de mundo, dada às questões raciais, de gênero e de orientação sexual.

Ribeiro (2017, p.61) afirma que “não estamos falando de indivíduos necessariamente, mas das condições sociais que permitem ou não que esses grupos acessem lugares de cidadania”, isto é, tal pressuposto significa dizer que os indivíduos terão experiências diferentes a partir das suas construções e das determinantes que os atravessam, como raça, classe, orientação sexual, identidade de gênero, que vão gerar desigualdades e condições de subalternidade. Sobre desigualdades, afirma Dering (2021, p. 117) que: “A ideia de raça inferior/superior naturalizou essas relações sociais de poder, dominando vozes e corpos, subalternizando-os. Nessa convergência, a ideia de raça acaba por definir e naturalizar todas as formas de desigualdade”. Logo, a partir da compreensão do conceito do lugar de fala que se buscará refletir e discutir como ocorrem as construções dos espaços de resistência e acolhimento dos indivíduos LGBT dentro do ambiente universitário.

A permanência estudantil, baseada na orientação sexual e identidade de gênero dos (as) estudantes, determinam condições de permanência, afirma Ferreira (2015). Assim, o ambiente universitário acaba por produzir movimentos de exclusão e, intrinsecamente,

¹⁸Memoricídio: Ato de destruição da memória.

determina as condições de permanência desses sujeitos. Sobre essa produção latente de exclusão, corrobora Souza (2013, p.40, grifo nosso) ao dizer que:

A escola [e demais espaços de educação formal], como qualquer outra organização, também pode[m] promover violências, ou se omitir diante delas, comprometendo a trajetória escolar e profissional, colocando em risco, por vezes e até para sempre, a vida daquelas cujas orientações sexuais fogem à norma. A escola [e estes outros espaços] muitas vezes se silencia frente às várias práticas de bullying homofóbico, as quais podem causar danos físicos, morais e psicológicos.

Tal constatação dialoga de forma direta, com os dados obtidos pela pesquisa da UNESCO, realizada em 2004. De acordo com o divulgado, dos 24 mil entrevistados, 39,6% estudantes masculinos indicaram que não gostariam de ter um homossexual estudando na mesma sala (TREVISAN, 2004). Ainda na mesma pesquisa, outro ponto abordado é sobre o despreparo do ambiente escolar para a temática, em que aponta que 60% dos docentes revelaram não se sentirem preparados para abordar a temática LGBT em sala de aula.

Em 2015, foi realizada uma pesquisa com 1.016 estudantes LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais), com idades entre 13 e 21 anos, tendo como método um questionário via internet entre dezembro de 2015 e março de 2016, relatando as experiências de estudantes LGBT em ambientes educacionais que contou com o apoio da Defensoria Pública do Paraná, atividade realizada pela ABGLT¹⁹, que identificou relatos de LGBTfobia que era presente no ambiente educacional, que revelaram dados ainda mais alarmantes. Mostra a pesquisa que:

Por meio das 1016 respostas efetuadas no questionário disponibilizado online, o relatório retrata níveis elevados e alarmantes de agressões verbais e físicas, além de violência física; ao mesmo tempo expõe níveis baixos de respostas nas famílias e nas instituições educacionais que fazem com que tais ambientes deixem de ser seguros para muitos estudantes LGBT, resultando em baixo desempenho, faltas e desistências, além de depressão e o sentimento de não pertencer a estas instituições por vezes hostis (ABGLT, 2015, p.13).

Nessa pesquisa, tem-se ainda que 73% dos estudantes LGBT indicaram que já sofreram violências no ambiente escolar e acadêmico, e que sentem que isso os (as) afetou de forma negativa (ABGLT, 2016). Por essa razão, pensando na necessidade de ampliar essa discussão nos ambientes educacionais e diminuir os preconceitos, “Entendemos que a leitura pode ser trabalhada de forma que busque trazer reflexões do sujeito frente ao mundo, visto, principalmente, a gama de informações que recebemos”. (SILVA; DERING, 2020, p. 80).

¹⁹ ABGLT - Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

Acrescido à pesquisa, acerca da insegurança ofertada no ambiente educacional, bem como sua percepção do modo que a LGBTfobia o assola, o relato de um estudante foi disponibilizado. Segundo o documento:

Me descobri no primeiro semestre como lésbica, e poucos meses depois como homem trans, e tive minha perspectiva de vida completamente alterada. [...] passei a receber olhares de ódio na rua. Eu, uns jovens de classe média alta, branco, morando em um bairro rico, levaram um choque de realidade ao perceber que eu tinha muitos privilégios [...]. Esse ano, tudo mudou para mim, eu tenho medo de andar na rua sozinho, eu tenho medo de me assumir para meus pais, eu tenho medo de nunca ser capaz de concluir minha transição, de não ser aceito no mercado de trabalho. Eu tenho medo de tudo e de todos. (AGLBT, 2016, p. 28).

Conforme o exposto pode-se notar que ambiente acadêmico e escolar não oferecem segurança e acolhimento de maneira igualitária para os corpos dissidentes, promovendo uma segregação àqueles que diferem de um determinado padrão. Por essa razão, os grupos de acolhimentos e movimentos sociais se fazem importantes. Sobre esse assunto, as palavras de Arroyo (2003, p. 43) ganham sentido quando descreve que os movimentos sociais: “nos advertem que o conhecimento socialmente construído é muito mais diversificado do que as áreas curriculares pensam. Eles nos recolocam questões complexas no campo [...] da construção e apreensão do conhecimento.”.

Esses movimentos são formas de organizações coletivas, de indivíduos que se considerem pares e que sintam que sofrem opressões em comum. No que se refere aos movimentos LGBT, a partir da década de 1990, os indivíduos também passaram a se organizar, a nível nacional e internacional (AMARAL, 2014). Sobre as construções desses movimentos sociais, Amaral (2014, p.11) pontua que:

A primeira rede nacional, fundada em 1995, foi a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros – ABGLT (...) à ABGLT se seguiram a constituição de várias outras redes nacionais que envolvem o reconhecimento das especificidades dentro do movimento e também as relações políticas que estabelecem certas “autoridades” e “autorizações” na dinâmica interna cotidiana do movimento. Entre essas redes podemos destacar a Articulação Nacional de Travestis, Transexuais e Transgêneros (ANTRA), criada em 2000; a Liga Brasileira de Lésbicas (LBL), criada em 2003; a Rede Afro-LGBT; criada em 2005; o Coletivo Nacional de Lésbicas Negras Feministas Autônomas (Candace), criado em 2007; a Associação Brasileira de Gays (ABRAGAY), criada em 2005; entre outras.

O excerto nos revela a necessidade da construção de novas formas de apoio e do agrupamento a partir do lugar de fala e das particularidades em comum desses sujeitos

excluídos. Vale ressaltar que o movimento LGBT não é homogêneo entre si, o que necessita de uma atenção ainda maior.

Spivak também é uma das autoras que impulsionaram as discussões sobre lugar de fala ao afirmar que a violência epistêmica tende a manter a mulher invisível, uma vez que o radicalismo masculino torna o lugar do investigador transparente. Para ela, a pressuposição e a construção de uma consciência que a longo prazo irá se unir à constituição de um sujeito imperialista, mescla violência epistêmica com o avanço do conhecimento e da civilização. Nesse sentido, pondera que “a mulher subalterna continuará tão muda como sempre esteve” (SPIVAK, 2018, p. 86), dialogando com Djamila Ribeiro (2017) ao perceber que há privilégio da visibilidade dado ao grupo universalmente valorizado, formado por homens brancos, seguidos de mulheres brancas, e que não permitem a expressão de outros grupos localizados mais abaixo na pirâmide social por ter “um discurso autorizado e único, que se pretende universal” (RIBEIRO, 2017, p. 70).

A universidade é historicamente marcada por ser transgressora, logo, não se pode pensar que os espaços universitários são neutros. Assim, pensando e refletindo o lugar de fala, na perspectiva tanto de Spivak e de Djamila, a chegada do LGBT mostra a diversidade de sujeitos com corpos e pensamentos diferentes dos padrões hegemônicos que, até então, era encontrado, sendo um grande desafio ocupar e se manter neste local, os entraves com docentes com discentes que não possuem conhecimento, ou usa deste argumento para realçar o preconceito e a discriminação contra as Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, que chega na graduação, esse processo de LGBTfobia que encontra se na universidade as vezes é “sutis”, que reproduzem a cultura heteronormativa.

Acerca da temática da inclusão, a Universidade Estadual do Estado de Mato Grosso do Sul começou por meio de leis Estaduais as cotas para negros e indígenas, consideradas políticas de Ação Afirmativa, medidas compensatórias que teve como objetivo principal reparar as desigualdades constatadas ao longo da história do Brasil e acelerar a inserção de negros e indígenas na educação superior, ou seja, são políticas de inclusão. A Lei nº. 2.589, de 26/12/2002, dispõe sobre a reserva de 10% de vagas para indígenas e a Lei nº. 2.605, de 06/01/ 2003 dispõe sobre a reserva de 20% das vagas para negros, ambas definidas pelo Conselho Universitário (COUNI), em 2018 tivemos um grande avanço com a Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação (CPPG), do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) aprovou uma resolução que prevê

cotas na pós-graduação lato e stricto sensu para negros, indígenas, quilombolas, com deficiência, travestis e transexuais.

Os membros da CPPG aprovaram que os cursos e programas de pós-graduação que escolherem disponibilizar cotas poderão destinar 20% das vagas para negros; 10% para indígenas; 5% para deficientes; 5% para quilombolas e 5% para transexuais e travestis.

A professora Maria José de Jesus Alves Cordeiro, coordenadora do Centro de Estudo, Pesquisa e Extensão em Educação, Gênero, Raça e Etnia (Cepegre), lembra que a implementação de cotas já havia sido discutida em 2016, mas não avançou na época. “Fizemos os esclarecimentos e assim acabamos demonstrando que abrir cotas na pós-graduação não fere mérito, não causa prejuízo para ninguém, pelo contrário dá uma visibilidade maior para a Universidade e aos cursos que adotarem” (relato da capacitação para avaliadores das bancas de cotas) relato do autor²⁰

Indo na contramão da Universidade Estadual, que começou com a política de inclusão de cotas na graduação para negro e indígena e depois ampliou para travestis e transexuais, a Universidade Federal do Estado do Mato Grosso do Sul começou por meio da Portaria Normativa nº 21, de 5 de novembro de 2012, do Ministério da Educação. Segundo tal legislação:

- a) pela Portaria Normativa no 18, de 11 de outubro de 2012, no caso das Instituições Federais de ensino vinculadas ao MEC; e
- b) pelos atos internos das instituições de ensino que disponham sobre as políticas de ações afirmativas suplementares ou de outra natureza, eventualmente adotadas pela instituição.

Parágrafo único. Não poderão ser oferecidas por meio do Sisu vagas em cursos:

- I - que exijam teste de habilidade específica; e
- II - na modalidade de ensino a distância - EAD.

Art. 6º É facultado à instituição de ensino ofertar, no processo seletivo referente ao primeiro semestre, as vagas de cursos cujo início das aulas ocorrerá no segundo semestre. Parágrafo único. No caso previsto no caput deste artigo:

- I - as vagas serão preenchidas exclusivamente segundo a ordem de classificação dos estudantes, de acordo com as notas obtidas no Enem; (BRASIL, 2012).

Nas universidades federais que tem o processo de “autonomia”, a inclusão de cotas mesmo que seja por meio do SISU, é uma forma de amparar os estudantes prejudicados pela falta de acesso à educação de qualidade nas escolas públicas, hoje podemos dizer que muitos alunos são da educação privada que tem privilégios que não se compara com a rede pública de ensino.

²⁰ Capacitação para ser membro da banca de seleção dos alunos da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul em fevereiro de 2021.

Refletindo com a realidade encontrada, pensando o levantamento da ANTRA somente 0,02% das pessoas trans chegam a Universidade pública, sendo 58% das pessoas pretas e 76% das pessoas tem a renda de até um salário mínimo e meio, o acesso e permanência é uma luta diária, pensando que para ocupar esse espaço os corpos dissidentes têm diante a sua copa cicatrizes de exclusão que é reflexo de uma sociedade que trata com discriminação e dentro do próprio ambiente familiar que deveria ser um lugar de acolhimento, acabam não sendo aceitos, tendo que desde muito cedo encontrar alternativas de sobrevivência em subempregos como a prostituição. Tentando compreender essa permanência na universidade, essa tese busca conversar com acadêmicos LGBT se há um processo de conscientização e inclusão de pessoas com copas diferentes das que já circulam pela academia.

1.3 A perspectiva metodológica da pesquisa: descrevendo os procedimentos e os espaços/lugares universitários de fala dos acadêmicos

A metodologia dessa pesquisa de doutoramento está orientada pelas reflexões de Meyer e Paraíso (2012), em que ajudam compreender que o percurso metodológico nos permite realizar uma flexibilização dos instrumentos e das ferramentas de pesquisa, principalmente no momento em que o pesquisador está em campo, elaborando suas perguntas, realizando suas interrogações e construindo os problemas de pesquisa, que, muitas vezes, são articulados a um conjunto de procedimentos metodológicos.

No que se refere à fonte de apoio, que são aquelas em que todo o contexto é construído e que servem de sustentação para desenvolvimento da pesquisa e foi realizado um roteiro norteador para desenvolver a pesquisa qualitativa juntos com acadêmicos LGBT. Foram utilizados livros, artigos, teses e dissertações que discorrem acerca das temáticas envolvidas na construção do trabalho, através de banco de dados de programas de pós-graduação, como o banco de dissertações do Programa em Educação Sexual da UNESP²¹ campus de Araraquara. Também foram construídas pelo autor entrevistas direcionadas a acadêmicos pertencentes à população LGBT universitária, respeitando sempre as subdivisões, também previamente definidas.

A entrevista, de acordo com Moresi (2003), é um método comumente utilizado na pesquisa de campo e objetiva compreender dos sujeitos respondentes informações em face de

²¹Disponível em: https://agendapos.fclar.unesp.br/agenda-pos/educacao_sexual/teses_e_dissertacoes. Acesso em: 14 de maio de 2023.

assuntos previamente discutidos e de relevância para o debate crítico na pesquisa. Ainda de acordo com o autor, a entrevista pode ser dada da seguinte maneira: **padronizada ou estruturada**, com roteiro previamente estabelecido; **despadronizada ou não-estruturada**, que não existe rigidez de roteiro. Podem-se explorar mais amplamente algumas questões (MORESI, 2003, p.30).

Faz-se necessário evidenciar que o pesquisador de alguma forma interfere na resposta e na atitude do entrevistado, devido ao jogo de poder e ao controle entre quem pesquisa e quem é pesquisado. Segundo Carin Klein e José Damico (2012, p. 76), “o enfoque em um tema específico, um local apropriado, geralmente de escolha do informante [...] pode influenciar na resposta dos informantes”.

Cumpr-se informar que as entrevistas foram gravadas e transcritas, disponibilizadas no anexo A, e os pontos considerados mais relevantes foram disponibilizados na discussão dos resultados obtidos. Com a construção do roteiro, buscou-se identificar os pontos em comum e semelhante que a população LGBT destaca no ambiente Universitário, enquanto um espaço de resistência.

Na seqüência, também direcionado pelo roteiro das conversas, identificaram-se as diferentes percepções relacionadas ao lugar de fala de cada grupo entrevistados. Considerou-se importante a divisão a partir dessas duas perspectivas: a primeira enquanto uma população unida pela orientação sexual e identidade de gênero, e a outra a partir das singularidades que os atravessam, justamente para compreender a construção de identidade e pertencimento de cada grupo frente ao ambiente universitário. A partir das observações levantadas, como os olhares nos corredores, a falta de respeito ao nome social, disponibiliza-se, no quadro 1, o que cada um dos três grandes eixos buscará compreender para o desenvolvimento dos capítulos.

Tabela 1: Eixos centrais de pesquisa

EIXOS	CATEGORIA
POPULAÇÃO LGBT	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Compreender a sigla LGBT; ▪ Compreender a diferença entre orientação sexual e identidade de gênero; ▪ Identificar as principais diferenças vivenciadas pelos indivíduos pertencentes a população LGBT.
AMBIENTE UNIVERSITÁRIO	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Conceituar o processo de escolarização e população LGBT; ▪ Compreender o ambiente universitário e sua construção; ▪ Identificar as formas de organização da população LGBT no ambiente acadêmico.
LUGAR DE FALA	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Compreender o conceito de lugar de fala; ▪ Identificar a importância do lugar de fala para a construção de novas perspectivas.

Fonte: Autor (2021).

A partir das experiências vivenciadas no mestrado, observando as identidades dissidentes e ocupando os espaços acadêmicos, onde os indivíduos são categorizados como identidades marginalizadas e, a partir dessa constatação, foi amadurecida a idéia proposta até chegar nesta tese agrega-se a ela a minha vivência de militante e agora como doutorando com o propósito de discutir questões de interesses comuns dos acadêmicos da graduação LGBT. Assim, a intenção desta pesquisa é contribuir para ampliar a discussão proposta dentro da própria academia, pois é nesse espaço que há toda uma ebulição de idéias, proporcionado a fomentação e formação de grupos acadêmicos LGBT.

1.4 Campo da pesquisa – “LGBT no seu local de fala”

A pesquisa de caráter qualitativo busca escutar, a partir de entrevistas semiestruturadas, nove acadêmicos LGBT de três instituições universitárias de Campo Grande - MS, sendo a Universidade Católica Dom Bosco, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. A escuta dos acadêmicos procurou verificar a sua vivência acadêmica na Universidade. Por meio de amigos do movimento LGBT consegui realizar um mapeamento, uma rede, dos acadêmicos que teriam o perfil para contribuir com a pesquisa.

Sobre o número CAAE 46050721.3.0000.5162²², o projeto de pesquisa teve a aprovação do Comitê de Ética da Universidade Católica Dom Bosco (CEP/UCDB), local onde o trabalho é desenvolvido. Com aprovação do trabalho no CEP/UCDB, foram iniciadas as entrevistas em 24/03/2021, em local de escolha das interlocutoras. É importante registrar que o trabalho, inicialmente, teve os cuidados que envolvem questões da linguagem e o roteiro a ser utilizado para não causar nenhum tipo de desconforto às interlocutoras (MANZINI, 2003; 2004; 2006).

A entrevista semiestruturada tem como característica perguntas abertas, deixando o interlocutor à vontade a expressar a sua opinião, tendo a oportunidade da flexibilidade na seqüência da apresentação das perguntas ao entrevistado e o interlocutor ao realizar perguntas complementares para entender melhor o posicionamento do entrevistado. Queiroz (1983, p. 84) escreve que a definição de transcrição indica já como preferencial a execução da tarefa pelo próprio pesquisador e traz como vantagem a oportunidade de uma “primeira reflexão

²² Projeto cadastrado na Plataforma Brasil. <http://plataformabrasil.saude.gov.br>

sobre sua experiência”. Ao escutar a gravação, o interlocutor consegue “captar a experiência sem a acuidade dos envolvimentos emocionais que o contexto vivo” (entrevista) poderá retomar a experiência para aprofundar suas observações.

Dessa forma, é importante que todos os argumentos disponibilizados sejam embasados e fundamentados. Sobre a imparcialidade desejada em uma pesquisa, Oliveira (2008, p. 99) define que:

A neutralidade implícita na tese de que a ciência é ou não é neutra é evidentemente uma neutralidade em relação a valores; prova disso é que em muitos contextos, em lugar de "a ciência é neutra" se diz sinonimamente "a ciência é livre de valores".¹ Os valores neste contexto são os valores sociais, definidos como aqueles que podem variar de cultura para cultura, de época para época, ao longo da história de cada cultura, e de grupo social para grupo social, nas sociedades marcadas por contradições internas. Já nesse nível de generalidade podem ser indicadas duas implicações fundamentais da tese. Ao isolar a ciência da esfera valorativa, a tese da neutralidade, primeiro, coloca a ciência fora do alcance de questionamentos em termos de valores sociais sendo essa a implicação mais relevante de um ponto de vista interno à cultura ocidental e, segundo, permite que a ciência seja posta como um valor universal o que é relevante especialmente no que se refere às relações da cultura ocidental com outras culturas.

Sendo assim, a neutralidade total não é possível, haja vista que a análise dos dados obtidos certamente apresentará as percepções do próprio pesquisador. Moraes (1999) compreende que a análise dos dados jamais será neutra, pois toda e qualquer leitura exige interpretação e, conseqüentemente, resulta em percepções individuais.

Conhecendo o movimento LGBT de Campo Grande, freqüentando os espaços universitários, é válido destacar que o processo de refletir quem ouvir para construir a tese foi um trabalho muito árduo. Logo, ficou complicado pensar em quem poderia somar no trabalho relatando a sua história acadêmica. Nesse processo, a relação amizade teve que ir para etapa de pesquisador, que tinha um conhecimento das entrevistadas, porém não conhecia a sua história que foi o ponto essencial para a construção da análise e compreensão do campo da pesquisa. “É retomar a reflexão de outrem como matéria-prima para o trabalho de nossa própria reflexão” (Chauí, 1987, p. XXI). O relato da história de vida de alguém que já sofreu violência por assumir uma identidade que foge dos padrões encontrados nas universidades, levou a refletir nos caminhos de quem deveria ouvir e quem aceitaria abrir um pouco da sua história de vida, descrever as experiências de vida singular, numa relação social, com divisões de classes e poder, que causa inquietação numa comunidade universitária que ainda não está acostumada com os padrões que sai da zona de conforto.

Desta forma, conforme o quadro 1 – Sujeitos envolvidos na pesquisa a escolha foi os participantes do projeto Trans Odara, que fazia algum curso de graduação, entre as universidades propostas para o desenvolvimento da pesquisa, dentre as 189 participantes do projeto, 32 estavam cursando algum curso de graduação. Dessas, 15 aceitaram conversar e contribuir para o trabalho. Depois de ouvir os relatos, foi selecionado 3 participantes de cada universidade pensando nos critérios de copas dissidentes que sai do comum encontrado no dia a dia da universidade, pensando em pseudônimos que possam trazer uma reflexão de identidade de gênero e orientação sexual. Sendo assim, foi selecionada 9 entrevistas com:

Keila Simpson – Uma gay que está em processo de reflexão na sua identidade de gênero, ainda não se reconhece como uma mulher trans, que tem uma família que apóia sua orientação sexual, sendo gay não afeminado. Podemos pensar que Keila vive duas identidades, uma no âmbito familiar que é ser um gay padrão perante a sociedade e outra sendo um gay afeminado nos corredores da universidade, no meio onde frequenta.

Brenda Lee- É o inverso do caso de Keila é um gay padrão que tem uma passibilidade, que “de boca fechada” passa por um hetero fácil, acadêmico do curso de Farmácia onde poucos amigos de curso sabem da sua orientação sexual, ainda não saiu do “armário” para a família, vive ainda numa bolha perante as pessoas que se faz acreditar na sua pseudoverdade, porém já tem o seu rosto exposto nos aplicativos de pegação, onde encontramos pessoas que gostam de pessoas que curtem LGBT.

Oxumaré – Quando conheci sabia que vivia numa casa de “acolhimento para meninas que estava em transição”, casa essa que tinha um custo alto de “aluguel”, sendo uma pessoa que não teve apoio da família acabou indo para o agenciamento do corpo. Porém nunca deixou de lutar pelos seus sonhos, visto que conseguiu terminar o ensino médio com muita luta. E na universidade conseguiu a sua emancipação social, saindo da casa onde tinha que agenciar o corpo a noite nas ruas para um kit net, conseguindo pagar através de uma bolsa permanência que obteve, se dedicando ao curso de graduação, foi aprovada no concurso para professora de Artes no Estado. Sendo referência para meninas trans que ainda estão sofrendo do mesmo processo, de ser expulsa de casa e ter que se abrigar em casa de amigos ou “pagar o aluguel” para conseguir brilhar perante a sociedade.

Essas meninas são amigas do movimento social, que frequenta eventos promovidos pela Subsecretaria de Políticas Públicas LGBT do Estado do Mato Grosso do Sul, e por ser ex-aluno da UFMS, tive afinidade e sensibilidade em ouvir os relatos.

Já com as meninas que são da UEMS, foi através de indicações de ex-professores e amigos que estão na universidade que fui conhecendo e observando o campo, quando as meninas passaram pelo projeto Trans Odara, fiz o convite que gerou numa conversa:

Madame Satan – Acadêmico de um curso que brincamos no gueto ser os heteros machistas, e como um gay consegue viver num ambiente considerado de homens cisgênero, pensando em raça/cor um negra gay. Satan é o tipo gay que não frequenta os espaços onde encontramos o movimento LGBT, e sim os espaços considerados “diversidade”, para não ser rotulado pela sua orientação sexual, tem um namorado há 3 anos sem assumir a relação socialmente, vivem no mesmo ambiente, apenas como colegas de residência sem demonstrar que são um casal.

Santo Onofre – Tem a sua identidade bem demarcada por ser um trans bissexual negro, que causa um desconforto em ter que explicar que é bissexual, para as pessoas que ainda não entende que identidade de gênero é uma coisa e orientação sexual e outra, posso dizer que Onofre é uma pessoa que se relaciona muito bem entre o movimento LGBT, participa de eventos fazendo performance artística, não mora com a família tem buscado a independência financeira morando com uma amiga que é hetero do mesmo curso de graduação.

Jovanna Baby – Teve a sua a sua transição na universidade se considera uma travesti, que luta pelos seus direitos e membra da Associação das Travesti do Mato Grosso do Sul, militante na universidade tem uma ótima oratória que causa impacto com pessoas que tenta licenciar os seus direitos, hoje tem um blog é graduada em jornalismo e letras, está pensando em seguir a vida acadêmica, tendo como foco a Profa. Leticia Nascimento no qual teve a oportunidade de conhecer pessoalmente e ler o seu livro. Mostrando que o lugar que ocupamos é sim um lugar que pode estimular sonhos.

Não me lembro de ter relatado na introdução sou graduado em Ciências Biológicas pela UFMS e pedagogia pela UEMS onde tenho muito carinho e respeito por ambas as instituições de ensino, fiquei um tempo fazendo especialização e não tinha um contato com os acadêmicos até 2017 quando iniciei o mestrado na UCDB, onde comecei a refletir em relação da instituição católica ter LGBT’s assumidos e dos armários.

No convívio de 2 anos observando não acadêmicos de diversos cursos de graduação, tive a oportunidade de criar amizades com indígenas que tiveram a sua identidade de gênero construída no processo universitário, posso comentar da Alanis uma menina negra trans que iniciou o curso de direito na UCDB, teve a sua transição durante o curso sofreu com o

conservadorismo de um curso tradicional elitista, conseguiu se formar e passou na prova da OAB, e foi a óbito em 2021, por um infarto fulminante, foi a primeira trans negra a ser aprovada na prova da OAB/MS, a conquistar o respeito dos docentes e discentes da UCDB, abrindo portas para outras meninas chegarem em cursos considerados elitistas. Refletindo a história da Alanis foi ouvida as histórias de vida das graduandas da UCDB como:

Hijiras – Uma Pansexual, não binário negra, que ainda não sabe se tem condições de se afirmar trans, na graduação. Está esperando ter uma independência financeira para poder ser quem realmente deseja ser.

Marcela Malta – Transexual branca de família de classe média, tem a aceitação da família vive um relacionamento hetero a 1 ano e meio com um colega de curso, nunca sofreu violência e nunca passou por constrangimento por ter a sua retificação de nome e gênero desde quando o STF autorizou, foi uma das primeiras a fazer a mudança no Estado.

São Sebastião – Não quis relatar a cor/raça vive ainda a incerteza de saber quem é não gosta de rótulos, porém de declarou Trans não binárias tendo como orientação sexual gay, participa do movimento cultura de Campo Grande, fala que o importante é ter química e não se apega a padrões de gênero.

Acerca das formações acadêmicas e identificação de gênero, aqui identificamos os participantes da pesquisa:

- **Keila Simpson:** estudante cursa ciências biológicas, tem 28 anos, sexo biológico masculino, sua identidade de gênero é não binária, homossexual e parda;
- **Brenda Lee:** estudante de farmácia, de 23 anos, sexo biológico masculino, homem cis, homossexual e pardo;
- **Oxumarê:** estudante de Artes Visuais, 27 anos, travesti não binária e preta;
- **Madame Satan:** estudante de medicina veterinária, 30 anos, negro, homem cis e que se autodeclara como gay;
- **Santo Onofre:** estudante do curso de Artes Visuais, homem trans, bissexual e autodeclarado preto;
- **Jovanna Baby:** estudante de licenciatura em Letras, já formada em jornalismo e ciências sociais. De raça autodeclarada preta, a entrevistada é uma mulher travesti e bissexual;
- **Marcela Malta:** estudante de artes cênicas, vinte e um anos e de raça autodeclarada preta;

- **Arauanis:** estudante de Educação Física, homem trans, hétero, de 21 anos de idade e de raça autodeclarada branca;
- **São Sebastião:** um estudante de Artes Visuais, 27 anos, indica ser trans não binárias e gay.

Com base nos estudos de Rudio (2001), instrumento de pesquisa é tudo aquilo que é utilizado para a produção de dados. Nesse sentido, a pesquisa realizada foi baseada no roteiro de perguntas, como instrumento de coleta um gravador de áudio, respeitando os interlocutores conforme a sua disponibilidade.

Tabela 2: Descrição do local da entrevista

Entrevistado	Local
Keila Simpson	Foi realizado na sua residência, num momento de conversa informal.
Brenda Lee	Sendo realizada na Bar da Guena ²³ , espaço de socialização do LGBT em Campo Grande MS
Oxumarê	Entrevista realizada em parceria como Projeto TransOdara ²⁴ .
Madame Satan	Entrevista realizada em parceria como Projeto TransOdara.
Santo Onofre	Entrevista realizada em parceria como Projeto TransOdara.
Jovanna Baby	Entrevista realizada em parceria como Projeto TransOdara.
Marcela Malta	Entrevista realizada em parceria como Projeto TransOdara.

²³Bar da Guena: Bar localizado na praça Aquidauana em Campo Grande MS, onde encontramos toda população LGBT, um espaço livre onde jovens e adultos frequentam desde o final dos anos 90.

²⁴ Projeto TransOdora: Projeto realizado no Centro de Testagem e Aconselhamento com a população chave, onde se ofertava teste rápido para HIV, Sífilis e Hepatites B e C, vacina para Hepatite A e HPV. Momento onde as interlocutoras estavam frequentando o espaço, para participar do projeto que ocorreu de Março à Junho de 2021.

Arauanis	Entrevista realizada em parceria como Projeto TransOdara.
São Sebastião	Entrevista realizada em parceria como Projeto TransOdara.

Fonte: Autor (2021).

As entrevistas foram realizadas a partir da minha participação como pesquisador voluntário no projeto TransOdara²⁵ no Centro de Testagem e Aconselhamento – CTA, no período noturno, com travestis, transexuais e não binários, aproveitando que algumas são universitárias. O projeto TransOdara, teve como objetivo o estudo de prevalência da sífilis e outras ISTs entre travestis e mulheres transexuais no Brasil, dentre uma das capitais que participou foi a cidade de Campo Grande – MS.

Keila pediu para realizar a entrevista na sua residência, por uma menina que entrou no processo de cotas da UEMS, no qual foi membro da banca do processo, desde então criou um vínculo de ajuda e orientação para a permanência e conclusão do curso, no qual se forma no final de 2023.

Brenda Lee preferiu usar o bar da Guena para conversar da sua vida acadêmica, escolheu o bar por ser um ponto de demarcação para o movimento LGBT da cidade de Campo Grande, e achou prudente um lugar que fosse agradável, onde estivesse à vontade para conversar. Acredito que o fato de estar na universidade e ser um lugar que está causando mudanças e reflexões de ocupação em lugares que não tinha as copas dissidentes, Brenda Lee quisera fazer uma referência com o bar da Guena com essa fase da sua vida.

Quanto aos aspectos éticos para a produção de dados, a pesquisa foi realizada dentro dos moldes da Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016²⁶, que versa sobre os aspectos éticos e regulamentares que a pesquisa deverá seguir quando envolve seres humanos. Nesse sentido, destaca-se a atribuição do Comitê de Ética, exposta no art. VIII:

VIII - DOS COMITÊS DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP) ATRIBUIÇÕES:
 VIII.1 - avaliar protocolos de pesquisa envolvendo seres humanos, com prioridade nos temas de relevância pública e de interesse estratégico da agenda de prioridades do SUS, com base nos indicadores epidemiológicos, emitindo parecer, devidamente justificado, sempre orientado, dentre outros,

²⁵ Projeto TransOdara: “Estudo de prevalência da sífilis e outras ISTs entre travestis e mulheres transexuais no Brasil, realizado em 2021, nas capitais das cinco macrorregiões do Brasil: São Paulo (SP – região Sudeste), Campo Grande (MS – região Centro-Oeste), Manaus (AM – região Norte), Porto Alegre (RS – região Sul) e Salvador (BA – região Nordeste). Coordenado pela Prof. Dr. Ana Rita de Castro Coimbra UFMS/FIOCRUZ.

²⁶ Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf> . Acesso: 10 jun. de 2023.

pelos princípios da impessoalidade, transparência, razoabilidade, proporcionalidade e eficiência, dentro dos prazos estabelecidos em norma operacional, evitando redundâncias que resultem em morosidade na análise; VIII.2 - desempenhar papel consultivo e educativo em questões de ética; e VIII.3 - elaborar seu Regimento Interno.

Considera-se o consentimento livre e esclarecido um dos pilares da ética nas pesquisas científicas utilizadas não somente no Brasil, mas também em todos os códigos internacionais. Por fim, cumpre-se ressaltar que uma pesquisa científica deve seguir criteriosamente toda a metodologia aqui exposta, sempre respeitando todos os critérios éticos, para que de fato seja válida e relevante.

Refletindo com as conversas realizadas e as anotações do diário de campo, as conversas realizadas durante o projeto TransOdara foram informais por estarmos, na época, ainda no contexto da pandemia do COVID-19. Assim, muitas vezes, vieram relatos que podem ser usados no futuro para uma complementação desta tese como um artigo da história da trajetória de cada entrevistado, envolvendo as questões de superação de descoberta e de saúde, que não fazem parte, neste momento, dos objetivos centrais da tese.

1.5 Os espaços/lugares universitários de fala dos acadêmicos da pesquisa

A definição do espaço de pesquisa é uma importante fase do desenvolvimento e, por vezes, revela-se uma difícil tarefa a ser resolvida. Planejar o caminho a ser percorrido, definir espaços de produção dos dados de pesquisa, sujeitos, fontes e métodos, por vezes se revela desafiador. Afinal, sabe-se que uma boa construção de pesquisa é capaz de gerar bons frutos no processo de produção de conhecimento. Adota-se a pesquisa qualitativa, que, neste estudo, tratou-se de compreender o que envolve o sujeito e contexto LGBT a partir dos seus recortes. Segundo Minayo (2012), a pesquisa qualitativa tem por principal característica a análise da realidade de maneira criteriosa, de modo a atingir particularidades da realidade, cuja pesquisa quantitativa não é capaz de abordar. Nesse sentido, a autora afirma:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2001, p. 21-22)

Para fins de desenvolvimento deste estudo, a população acadêmica LGBT se identificou como negros (as), indígenas e brancos (as). Dessa forma, buscou-se conhecer a

necessidade de explicitar a importância do lugar de fala na perspectiva universitária da população LGBT de modo a transformar o espaço em um local de resistência e de pertencimento.

Segundo Ferreira (2015), parte considerável dos ambientes educacionais ainda não estão preparados para lidar com as diferentes formas e expressões de sexualidades assumidas abertamente (FERREIRA, 2015). Muitas vezes, o preconceito e a discriminação são reproduzidos nesse ambiente de maneira silenciosa e, até mesmo, explicitamente, fazendo com que a permanência se torne um verdadeiro ato de resistência ao sofrimento decorrente do dia a dia na rotina universitária.

O espaço universitário é um ambiente onde se constroem e desenvolvem, a partir de falas, posturas e performance de condutas espontâneas evidentes nas rodas hetero, os lugares e as posições dos sujeitos, demarcando os rotulados “normal” e “anormal”, inferior e superior, gerando a discussão em torno da sexualidade, da demonstração da identidade de gênero, das amizades reafirmando o padrão clássico heteronormativo.

O padrão reproduzido nos ambientes universitários causa o desconforto a violência para acadêmicos LGBT, que acabam sendo vítimas de piadas, discriminações e violências direcionadas, levando ao abandono do curso de graduação por não suportar atos de violência no dia a dia.

Para dar início ao contexto das Instituições de Ensino Superior (IES), são trazidas informações disponibilizadas pelo endereço eletrônico oficial da instituição, no que se refere ao histórico²⁷ do local. Destacamos que as informações foram retiradas na íntegra do site para manter os significados e construção discursiva promovida pela IES:

1.5.1 Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

A Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) teve sua origem em 1962, com a criação da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Campo Grande, na cidade de Campo Grande, que seria o embrião do ensino superior público no Sul do então Estado de Mato Grosso.

Em 26.07.1966, pela Lei Estadual nº 2.620, esses cursos foram absorvidos com a criação do Instituto de Ciências Biológicas de Campo Grande (ICBCG), que reformulou a estrutura anterior, instituiu departamentos e criou o curso de Medicina.

²⁷O histórico da universidade foi retirado na íntegra do endereço eletrônico, de modo a possibilitar a compreensão do significado e da construção do local. Disponível em: <https://www.ufms.br/universidade/historico>. Acesso em: 30 dez. 2021. Pequenas adequações foram feitas no que diz respeito à questão gramatical.

O Governo de Estado de Mato Grosso, em 1967, criou em Corumbá o Instituto Superior de Pedagogia e, em Três Lagoas, o Instituto de Ciências Humanas e Letras, ampliando assim a rede pública estadual de ensino superior.

Integrando os Institutos de Campo Grande, Corumbá e Três Lagoas, a Lei Estadual nº 2.947, de 16.09.1969, criou a Universidade Estadual de Mato Grosso (UEMT).

Em 1970, foram criados os Centros Pedagógicos de Aquidauana e Dourados; incorporados à UEMT.

Com a divisão do Estado de Mato Grosso, foi concretizada a federalização da instituição que passou a denominar-se Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, pela Lei Federal nº 6.674, de 05.07.1979. O então Centro Pedagógico de Rondonópolis, sediado em Rondonópolis/MT, passou a integrar a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

Além da sede em Campo Grande, onde funcionam as unidades setoriais Faculdade de Ciências Farmacêuticas, Alimentos e Nutrição (Facfan), Instituto de Biociências (Inbio), Instituto Integrado de Saúde (Inisa), Faculdade de Ciências Humanas (Fach), Faculdade de Educação (Faed), Faculdade de Artes, Letras e Comunicação (Faalc), Faculdade de Computação (Facom), Faculdade de Direito (Fadir), Faculdade de Medicina (Famed), Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia (Famez), Faculdade de Odontologia (Faodo) e Faculdade de Engenharias, Arquitetura e Urbanismo e Geografia (Faeng); Instituto de Matemática (Inma), Instituto de Química (Inqui) e Instituto de Física (Infi) a UFMS mantém Câmpus em Aquidauana, Chapadão do Sul, Corumbá, Coxim, Naviraí, Nova Andradina, Paranaíba, Ponta Porã e Três Lagoas, descentralizando o ensino para atender aos principais pólos de desenvolvimento do Estado.

A UFMS possui cursos de graduação e pós-graduação, ambos presenciais e a distância. Os cursos de pós-graduação englobam os cursos de especialização e os programas de mestrado e doutorado.

Visando atingir os objetivos essenciais de aprimoramento do ensino e estímulo às atividades de pesquisa e de extensão, a UFMS vem participando ativamente da preservação dos recursos naturais do meio ambiente de Mato Grosso do Sul, especialmente da fauna e flora do Pantanal, região onde está inserida.

O Câmpus de Dourados (CPDO) foi transformado na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), com a sua instalação ocorrida em 01.01.2006, de acordo com a Lei nº 11.153, de 29.07.2005.

Segundo disponibilizado também pela instituição, a missão²⁸ do ambiente universitário é “Desenvolver e socializar o conhecimento, formando profissionais qualificados para a transformação da sociedade e o crescimento sustentável do país.”

Os valores²⁹ da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul são:

Ética: ter como padrão de conduta a busca pela verdade, a honestidade, a moralidade, a coerência e a probidade administrativa.

²⁸ Disponível em: <https://www.ufms.br/visao-e-missao/> Acesso em: 10 abr. 2022.

²⁹ *Ibidem*

Respeito: reconhecer as pluralidades das pessoas e dos saberes, os direitos de todos, as normas e os recursos disponíveis, para uma convivência harmônica.

Transparência: adotar como prática proativa o acesso e a oferta permanente de informações relevantes da UFMS para conhecimento da sociedade.

Efetividade: aplicar os recursos públicos de forma eficiente, eficaz e transparente para assegurar o cumprimento da missão.

Interdisciplinaridade: apropriar de forma integrada os diversos saberes para a construção e a socialização do conhecimento, visando a melhoria dos processos e da capacidade criativa.

Profissionalismo: adotar as melhores práticas, comportamentos e atitudes norteadas pelo respeito, seriedade, objetividade, efetividade e legalidade.

Sustentabilidade: incorporar estratégias, ideias, atitudes e ações responsáveis nas dimensões econômica, social, ambiental, cultural e institucional.

Independência: assegurar a liberdade, os direitos e as responsabilidades individuais e comunitárias, atuando com imparcialidade e autonomia, de forma a rejeitar a interveniência de qualquer interesse que não o público e garantir o avanço da Educação Superior. (grifo nosso)

Destacaram-se dois itens dos valores elencados pela Universidade, por compreender que esse serão um importante ponto a ser relacionado quando posteriormente os dados foram coletados. Após essa breve contextualização da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, apresentamos a próxima Universidade.

1.5.2 Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

Apresentamos do mesmo modo expositivo e com os discursos da IES, as informações disponibilizadas pelo endereço eletrônico oficial da UEMS³⁰:

A UEMS - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, tornou-se ao longo dos anos um importante mecanismo de desenvolvimento e inclusão social. Rompendo paradigmas, ousou criar e incrementar instrumentos que viabilizaram a consolidação de um novo cenário para a Educação, lançou e efetivou empreendimentos no campo do ensino, pesquisa e extensão, numa coordenação de ações que inegavelmente a configuram hoje como usina geradora da ciência e do saber, um dos pólos irradiadores da sustentabilidade do desenvolvimento de Mato Grosso do Sul.

³⁰ Disponível em: <http://www.uems.br/historia> . Acesso: 01 jan. 2022.

Instituída pela Lei Estadual nº 1461, de 20 de Dezembro de 1993, credenciada pela Deliberação CEE/MS nº 4787 do Conselho Estadual de Educação, tem como princípios norteadores o conhecimento e o desenvolvimento do homem e do meio num processo de integração e participação permanente; a abertura às inovações no âmbito de sua tríplice função: ensino, pesquisa e extensão; o espírito democrático e fraterno na condução de seus objetivos e a liberdade de pensamento e de expressão para o efetivo exercício da cidadania.

Sabe-se que a Fundação Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS, foi concebida na primeira Constituinte do Estado, em 1979, e implantada em 1993, com o objetivo de desenhar um novo cenário educacional no Estado, uma vez que este tinha sérios problemas com relação ao ensino fundamental e médio, principalmente quanto à qualificação de seu corpo docente. Era necessário criar uma universidade que fosse até o aluno, em função das distâncias e dificuldades de deslocamento. Era preciso vencer as distâncias, democratizar o acesso ao ensino superior e fortalecer o ensino básico.

Para cumprir esta proposta, buscando racionalizar recursos públicos, evitar a duplicação de funções, cargos e demais estruturas administrativas e a fragmentação das ações institucionais, a UEMS adotou três estratégias diferenciadas: rotatividade dos cursos, sendo os mesmos permanentes em sua oferta e temporários em sua localização; criação de unidades de universitárias em substituição ao modelo de campus e estrutura centrada em coordenações de cursos ao invés de departamentos. Esse modelo de instituição descentralizada permitiu que milhares de alunos realizassem o sonho de fazer um curso superior.

O Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI, “mapa de navegação” da UEMS, instituiu uma política que, além de ampliar o compromisso inicial da Universidade, permite seu fortalecimento contemplando as especificidades de cada região do Estado.

Pode-se dizer que a UEMS assumiu novos desafios e está cada vez mais próxima da comunidade, exercendo um papel importante no desenvolvimento e nas perspectivas de futuro de Mato Grosso do Sul, escrevendo uma história de luta pela inclusão social na educação, coerente com seu perfil institucional.

Dialogando com a história, ainda disponibilizado pela instituição, a missão³¹ do ambiente universitário é:

Gerar e disseminar o conhecimento, com vistas ao desenvolvimento das potencialidades humanas, dos aspectos político, econômico e social do Estado, e **com compromisso democrático de acesso à educação superior** e o fortalecimento de outros níveis de ensino, contribuindo, dessa forma, para a consolidação da democracia.

Os valores não foram disponibilizados pelo site institucional da Universidade e não foram informados quando se consultou via contato telefônico. No entanto, considerou-se relevante o grifo em parte da missão exposta pela Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul.

³¹*Ibidem*

1.5.3 Universidade Católica Dom Bosco

De acordo com o disponibilizado pelo endereço eletrônico oficial da instituição, no que se refere ao histórico³², a Universidade Católica Dom Bosco é resultado de um sonho dos Salesianos. Se hoje a UCDB proporciona formação científica, técnica e cultural, forma recursos humanos de alto nível e buscam padrões de excelência internacionalmente reconhecidos, isso resulta de uma perseverante caminhada, aponta o histórico. Dito isso, segue a informação disponibilizada no site:

Pioneira! Assim podemos resumir a história da Universidade Católica Dom Bosco, que é resultado de um sonho dos Salesianos. Se hoje a UCDB proporciona formação científica, técnica e cultural, forma recursos humanos de alto nível e busca padrões de excelência internacionalmente reconhecidos, isso resulta de uma perseverante caminhada.

A semente para se tornar o que é hoje, referência em educação e eleita várias vezes a melhor universidade particular da região, foi plantada em 1961, quando nasceu o primeiro centro de educação superior do então Estado de Mato Grosso, a Faculdade Dom Aquino de Filosofia Ciências e Letras (FADAFI).

Porém, pensando no desenvolvimento da cidade de Campo Grande e do Estado, a Missão Salesiana de Mato Grosso foi aumentando a oferta de cursos, observando a necessidade de formar profissionais de diversas áreas: em 1965, criou a Faculdade Direito (FADIR); depois, em 1970, surgiu a Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis de Administração (FACECA) e, em 1972, a Faculdade de Serviço Social (FASSO).

O sonho de ser Universidade estava cada vez mais próximo e, para se chegar ao objetivo, os Salesianos reuniram todas as faculdades numa só, iniciando-se aí as Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso (FUCMT) pelo Parecer nº 1.907/76, aprovado pelo Conselho Federal de Educação.

Entre os anos de 1986 e 1989, a Coordenadoria de Planejamento, Avaliação, Pesquisa e Extensão elaborou a Carta-Consulta ao Ministério da Educação, documento que oficialmente buscava a transformação em universidade das então Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso.

Com o parecer do Ministério da Educação e Cultura em 1991, iniciou-se a "Fase de Acompanhamento da Instituição", para comprovação de seu amadurecimento acadêmico-administrativo.

Como tudo caminhou bem, no dia 27 de outubro de 1993, pela Portaria nº 1.547, do MEC, as Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso (FUCMT) transformaram-se na atual Universidade Católica Dom Bosco (UCDB).

Segundo disponibilizado pela instituição, a missão³³ do ambiente universitário é “Promover, por meio de atividades de ensino, pesquisa, extensão e pastoral a formação

³² Disponível em: <https://site.ucdb.br/institucional/1/historia-missao-e-visao/291/>. Acesso em 12 jun. 2021.

³³ Disponível em: <https://site.ucdb.br/institucional/1/historia-missao-e-visao/291/>. Acesso: 12 jun. 2021.

integral fundamentada nos princípios cristãos, éticos e salesianos, de pessoas comprometidas com a sociedade e com a sustentabilidade.”.

Os valores³⁴ da Universidade Católica dom Bosco são:

A educação salesiana constrói pessoas;
Toda pessoa tem um ponto acessível ao bem e é papel do educador encontrá-lo;
O sistema preventivo como uma maneira de ser, viver e rezar;
Educação como um ambiente relacional que forma para a vida.
Vivemos esses princípios a partir de 10 valores:
Cordialidade – Manifestação clara de afeto e carinho ao lidar com os outros.
Coerência – Uniformidade entre critérios, princípios, valores, crenças e procedimentos, sejam eles pessoais ou institucionais.
Honestidade – Atributo de quem é moralmente irrepreensível.
Solidariedade – Cooperação ou assistência moral manifestada a alguém em certas circunstâncias com o intuito de confortar ou ajudar.
Equilíbrio – Condição do que se mantém, não obstante flexível. Refere-se à estabilidade mental e emocional; autocontrole, ponderação.
Justiça – Virtude de dar a cada um aquilo que lhe é de direito.
Lealdade – Capacidade de comprometer-se profundamente com as pessoas ou ideais aprendidos e cultivados.
Otimismo – Disposição para ver o lado mais favorável das situações ou realidades, tomando-as como oportunidades.
Flexibilidade – Capacidade de adaptação, compreensão.
Amor – Atitude que leva querer o bem do outro ou de alguma coisa.

Os itens também foram destacados por se compreender que esse será um importante ponto a ser relacionado quando posteriormente os dados foram coletados.

³⁴ *Ibidem.*

CAPÍTULO 2

O LUGAR DE FALA E O LUGAR DE ONDE FALO? O(S) MOVIMENTO(S) LGBT E SEUS CONTEXTOS

No capítulo anterior, além de apresentar a minha trajetória e os caminhos de pesquisa, destaquei que o espaço da universidade é um ambiente onde se constroem e desenvolvem diferentes falas, inúmeras posturas e performance de condutas espontâneas, muito evidentes nas rodas de conversa hetero. Essas situações marcam os lugares e as posições dos sujeitos. Nesse sentido, antes de trazer a pesquisa de campo e suas análises, sinto a necessidade de fazer breves considerações teóricas sobre o lugar de fala e a sua importância.

2.1 O que é lugar de fala?

De acordo com todo o contexto social dos acadêmicos universitários, é importante, para o presente estudo, um maior debruçar acerca do assunto, bem como sua conceituação e contribuições para as lutas de caráter coletivo, tal qual como as dos coletivos LGBT. Iniciamos trazendo as reflexões de Lobo (1997, p. 14), onde as “palavras têm história, ou melhor, que elas fazem história”. Nesse sentido, considerar o protagonismo de indivíduos socialmente marginalizados na construção de lutas contra os processos violentos estimulados pela própria sociedade é compreender a história daqueles que constroem e dar-lhes lugar de fala no processo construtivo.

Pensando nas copas de travestis e transexuais, ao assumirem uma identidade que rompe com as normas conservadoras e impõem enorme sofrimento, busca-se, também, por uma liberdade de ser o que está em um processo de maturação pessoal e social, um enfrentar de resistências encontradas na família e na sociedade. Estas, por sua vez, acarretam momentos extremamente difíceis e dolorosos durante a vida, cicatrizes que ficam marcadas através das mudanças corporais e sociais e as condições padecem de compreensão e aceitação da sociedade. Em razão do estigma que o preconceito se estabelece e produz resistência, que se busca compreender a percepção de acadêmicos LGBT na universidade.

Ao abordar o lugar de fala, podemos pensar nas pesquisadoras como Adriana Sales (2012, p.07), intitulada *Travestilidades e escolas nas narrativas de alunas travestis, que*

trouxe narrativas de três alunas travestis matriculadas na educação básica da rede pública de ensino do Estado de Mato Grosso; Marina Reidel, em sua pesquisa A pedagogia do salto alto, histórias de professoras travestis e transexuais na educação brasileira, traz histórias de professoras transexuais e travestis atuantes na educação brasileira como personagens que, por muito tempo, ficaram escondidas ou à margem da sociedade. Neli Franco (2014, p.09), também pesquisou o tema em sua tese intitulada “Professoras Trans brasileiras: ressignificações de gênero e de sexualidades no contexto escolar”, o objetivo da pesquisadora foi identificar e problematizar indícios de desestabilização que a presença de professoras travestis, transexuais e transgêneros provocam na escola na qual atuam.

Esse contexto, retomamos a observação de Ribeiro (2017, p. 90) sobre o tema. Segundo ela, "pensar no lugar de fala seria romper com o silêncio institucionalizado para quem foi subalternizado, um movimento no sentido de romper com a hierarquia, muito bem classificada por Derrida como violenta". Isso implica, portanto, que entender o lugar de fala é também reconhecer a importância de respeitar a voz daqueles que historicamente são frequentemente silenciados, incluindo as identidades travestis, transexuais e diversas outras que estão ocupando os espaços universitários. Isso se aplica não apenas aos espaços acadêmicos, mas também aos espaços políticos, científicos e mesmo dentro da própria comunidade LGBT.

Estou familiarizado com o trabalho da minha colega Amara Moira, com quem já tive a oportunidade de compartilhar um evento promovido pela Escola de Defensoria Pública em 2018. Em sua obra, ela evidencia os desafios e obstáculos que estudantes trans podem enfrentar no ambiente universitário, um relato que ela apresenta em seu primeiro livro, "Vidas Trans", onde compartilha suas experiências em busca do reconhecimento de sua identidade.

É perceptível que a academia ainda insiste na binariedade quando se discute ou reflete sobre as percepções de identidade, gênero e sexo. Muitas vezes, acredita-se que esses conceitos se resumam a uma construção social e política de nossa sociedade que fixa a existência do masculino e do feminino, uma visão biológica e ultrapassada. Butler (2003) argumenta que a sexualidade é uma construção ideal que é forçosamente materializada ao longo do tempo. Assim, é possível inferir que a formação de um coletivo de pesquisadoras trans, proposto no Encontro da Antra em 2022, não é uma tarefa fácil, muitas vezes devido ao egoísmo ou à vaidade. No entanto, é fundamental a existência de tais coletivos para dar visibilidade às vozes e narrativas de LGBTs que são deturpadas pela falta de conexão com o

objeto de pesquisa, negando a eles a oportunidade e a credibilidade para expressar sua própria voz.

Para tanto, é preciso compreender que nenhum lugar de fala é imparcial, mas é esse o critério que destitui determinados corpos de se personificarem. Assim, é necessário entender que, dentro desse padrão hegemônico:

Pelo critério da imparcialidade, o homem é mais credenciado para falar sobre mulher; a pessoa branca é menos afetada ao falar sobre negritude e a pessoa heterossexual é mais gabaritada para discutir sobre sexualidade. Dessa forma, mantém-se a perspectiva hegemônica, que não é neutra, mas é assim considerada, porque é legitimada e naturalizada como objetiva e imparcial, dado que o corpo masculino, branco, hetero corresponde ao padrão normativo de descorporificação. (REZENDE; SILVA, 2018b, p. 177-178)

Nesse sentido, contribui Braga (2000, p. 169) ao afirmar que "ao tratar uma situação, uma fala constrói um lugar de fala na realidade social e no conjunto de discursos socialmente disponíveis". Ou seja, dialogar sobre um determinado assunto traz por si só uma bagagem histórica da construção individual. Por essa razão, é importante compreender que os lugares de fala não podem ser destituídos por outrem.

Atualmente, não existe um consenso no que diz respeito ao conceito de 'lugar de fala', conforme apresentado por Oliveira et al.(2019, p. 31):

Nos pensamentos de grandes nomes do feminismo negro, como Grada Kilomba, Audre Lorde, Lélia Gonzalez, Luiza Bairros, Sueli Carneiro, entre outras, germinam discussões que inserem no centro o problema da universalização da categoria mulher e questiona-se o modelo de organização social nos prolegômenos do eurocentrismo. É a partir do ponto de vista feminista que se iniciam as discussões sobre o que é lugar de fala, termo para o qual não há um conceito definido, apenas um ponto de partida: os debates sobre feministstandpoint, diversidade, teoria racial e estudos de gênero e área.

Muito embora não haja consenso na conceituação, a grande maioria das (os) autoras (es)compreendem que o lugar de fala se relaciona, de maneira direta, com o possibilitar diálogos que não se pautem a partir da métrica eurocêntrica, higienista e integralista. Com o objetivo de exemplificar a importância de legitimar vozes diversas na construção de lutas coletivas, Andrade e Torres (2018, p. 4-5) pontuam que:

Falar num feminismo único seria ignorar as especificidades de cada grupo social. As demandas de lutas das mulheres negras, indígenas, pobres, trans, lésbicas, não são as mesmas das mulheres brancas, por exemplo, por mais que pautas prioritárias como o combate a todas as formas de violências e descriminalização do aborto, estejam no eixo dessas categorias. Colocar essas questões aqui é provocar a desestabilização de uma epistemologia dominante. As epistemologias dominantes, as quais determinaram por muito

tempo, os lugares de fala, o que deve ser falado, quem tem conhecimento e quem deve falar. Nesses casos, homens, brancos abastados e as culturas superiorizadas.

No entanto, embora as autoras tenham exemplificado a partir da luta feminista, o mesmo conceito pode ser aplicado a outras formas de organização coletiva para corpos que também sofreram subalternizações. É inegável que, por exemplo, indígenas e afrodescendentes sofrem racismo devido à construção sócio-histórica do país. Entretanto, os lugares de fala não são os mesmos, dadas as especificidades do racismo e das diferentes experiências sofridas por cada grupo.

Nesse sentido, se faz necessário apresentar dois conceitos abordados por Ribeiro (2017): o lugar social e o lugar que ocupamos. Ribeiro (2017, p. 69) nos esclarece que “o lugar social não determina uma consciência discursiva sobre esse lugar. Contudo, o lugar que ocupamos socialmente nos faz ter experiências distintas e outras perspectivas”. Dessa forma, o lugar de fala parte daquele espaço que os indivíduos ocupam socialmente e a forma em que dizem de suas dores e suas vivências. Lugar de fala, nesse contexto, nada mais é do que a exposição de dores e experiências que indivíduos vivenciam a partir das ‘regras’ que estruturam a sociedade.

No que se refere à necessidade dessas ‘autorização’ de epistemologias dominantes, citada por Andrade e Torres no trecho anterior, Ribeiro (2017, p. 31) indica fazer parte de uma métrica branca eurocêntrica, sendo assim, a autora complementa a partir do *modus operandi* da sociedade:

Além disso, a sociedade brasileira como tendo sido colonial traz mais algumas estruturas limitantes para o eco da voz negra: a não autorização da fala por medo de retaliação e a falta de legitimidade para falas que sejam diferentes da sociedade supremacista branca patriarcal. Aliado a isso, o fato dessa sociedade só considerar universal seus pontos de vista fazem com que tudo que não seja esse posicionamento seja abafado, desqualificado e desconsiderado de alguma forma: “Essa insistência em não se perceberem como marcados em discutir como as identidades foram forjadas no seio de sociedades coloniais, faz com que pessoas brancas, por exemplo, ainda insistam no argumento de que somente elas pensam na coletividade; que pessoas negras, ao reivindicarem suas experiências e modos de fazer político e intelectuais, sejam vistas como separatistas ou pensando somente nelas mesmas. Ao persistirem na ideia de que são universais e falam por nós todos, insistem em falarem pelos outros, quando, na verdade, estão falando de si ao se julgarem universais.

A perspectiva trazida por Ribeiro (2007) dialoga com as críticas dos escritos decoloniais. Para Walter Mignolo (2010, p. 33):

A decolonialidade, portanto, significa superar uma visão da vida humana que não depende da imposição de um ideal da sociedade sobre aqueles que diferem dela, como faz a modernidade/colonialidade; é aí onde a decolonização da mente teria que começar (MIGNOLO, 2010, p. 33, tradução nossa)³⁵.

Dialogando com esse conceito, Dering (2021, p. 33) considera que:

A decolonialidade, aqui, pode ser concebida enquanto uma maneira crítica de identificar, interpretar e explicar como experienciamos as subjetividades da colonialidade e, ainda, como as reproduzimos, muitas vezes, de modo inconsciente, uma vez que essa estrutura produziu e ainda produz memórias, conhecimentos e pensamentos que tinham (e tem) com foco o silenciamento e apagamento dos sujeitos.

Essa discussão entre os autores e a autora, por sua vez, possibilita ampliar a discussão para uma reflexão acerca de todo processo sócio-histórico vivenciado no Brasil, de modo a questioná-lo desde os seus primórdios. O direito de falar sobre experiências vivenciadas por um grupo fortalece a idéia de que é possível que a história seja construída também por esses grupos já tão violentados estruturalmente. Ribeiro (2017, p. 21), nos alerta que: “existe um olhar colonizador sobre nossos corpos, saberes, produções e, para além de refutar esse olhar, é preciso que partamos de outros pontos. De modo geral, diz-se que a mulher não é pensada a partir de si, mas em comparação ao homem.”. Assim, do mesmo modo, esse olhar se estende às demais minorias. Por essa razão, dando continuidade à essa necessidade imposta e não genuinamente obtida, de legitimação Ribeiro (2017, p. 24) atenta-se ao fato de que:

(...) quem possui privilégio social, possui o privilégio epistêmico, uma vez que o modelo valorizado e universal da ciência é branco. A consequência dessa hierarquização legitimou como superior a explicação epistemológica eurocêntrica conferindo ao pensamento moderno ocidental a exclusividade do que seria conhecimento válido, estruturando-o como dominante e assim inviabilizando outras experiências do conhecimento.

Tal fator contribui para se pensar que os privilégios são valores construídos por um ideal de modernidade e que:

Dentro desse preceito, que busca apagar/eliminar outras formas de (inter)subjetividade, cristaliza-se na modernidade, então, estruturas que buscam validar as construções advindas do poder colonial. Por assim ser, tem-se que há uma hierarquização dos sujeitos, além da naturalização de formas de discriminações que tem como intuito a promoção da manutenção da atual sociedade. (DERING, 2021, p. 35)

³⁵ La de-colonialidad, entonces, significa superar una visión de la vida humana que no dependa de la imposición de un ideal de sociedad sobre los que difieran de él, como lo hace la modernidad/colonialidad; es allí donde la decolonización de la mente tendría que empezar. (MIGNOLO, 2010, p. 33).

De modo conseqüente, isto nos leva a afirmar que o privilégio social historicamente desfrutado por aqueles que se adéquam ao padrão eurocêntrico, branco, cisheteronormativo, está intrinsecamente ligado ao privilégio de produzir e autenticar o conhecimento. Assim sendo, é fundamentalmente importante compreender que o "lugar de fala", conceito discutido intensamente por Ribeiro (2017), não se correlaciona diretamente com o mero ato de expressão, mas de fato refere-se à compreensão de que esse ato expressivo se encontra situado discursivamente e representa determinadas posições e ideologias.

Dessa forma, Ribeiro (2017) alerta que o entendimento desses lugares de fala não implica a negação das experiências previamente vivenciadas, mas sim o reconhecimento do lócus social e da reflexão. É desta percepção que podemos considerar a idéia de transcendência. Ou seja, torna-se imperativo perceber que "Os conhecimentos produzidos por indivíduos de grupos historicamente discriminados, além de serem contrapontos discursivos de grande relevância, são lugares de potência e configuração do mundo por outros olhares e geografias." (RIBEIRO, 2007, p. 43).

É fundamental destacar, nesta discussão, que a autora sublinha que o lugar de fala visa possibilitar que aqueles que foram historicamente silenciados possam ter protagonismo em determinadas pautas. Contudo, é igualmente necessário considerar que as experiências individuais continuam a ser legitimadas e reconhecidas. Nesse sentido, o lugar de fala emerge da "necessidade de reconhecer outros saberes e a importância de entendê-los como localizados e de romper com um pressuposto de silêncio" (RIBEIRO, 2017, p. 88). Sobre o conceito de lugar de fala, trazemos para a discussão, ainda, uma matéria veiculada pela Revista Nexo. Nela, Moreira e Dias (2017) discutem que o lugar de fala é:

[...] um mecanismo que surgiu como contraponto ao silenciamento da voz de minorias sociais por grupos privilegiados em espaços de debate público. Ele é utilizado por grupos que historicamente têm menos espaço para falar. Assim, negros têm o lugar de fala - ou seja, a legitimidade - para falar sobre o racismo, mulheres sobre o feminismo, transexuais sobre a transfobia e assim por diante.

Mais uma vez, o conceito está relacionado a possibilitar a fala para aqueles indivíduos marginalizados pela sociedade, em nome de um pacto social. Oliveira *et. Al* (2019), seguindo o mesmo caminho, indica ainda que o lugar de falar possibilita o reconhecimento de vozes que historicamente são silenciadas, que não ganhariam vozes sem esse movimento. Os autores consideram ainda, que graças a esse reconhecimento de caráter coletivo, é que o exercício da cidadania individual é viabilizado. Gohn (1995, p. 195) complementa corroborado que "cidadania individual pressupõe a liberdade e a autonomia dos indivíduos num sistema de

mercado, de livre jogo da competição, em que todos sejam respeitados e tenham garantias mínimas para a livre manifestação de opinião.”. Dalcastagnè (2012, p.19) sobre o lugar de fala, nos alude que:

[...] não se trata apenas da possibilidade de falar – que é contemplada pelo preceito da liberdade de expressão, incorporado no ornamento legal de todos os países ocidentais -, mas da possibilidade “de falar com autoridade”, isto é, o reconhecimento social de que o discurso tem valor e, portanto, merece ser ouvido.

A autora pontua, então, que o lugar de fala possibilita o diálogo com propriedade, que traz legitimidade para o discurso apresentado. Nesse mesmo sentido, Ribeiro (2017, p. 96) discorre sobre as conseqüências do silenciamento desses indivíduos marginalizados:

[...] não poder acessar certos espaços; não poder estar de forma justa nas universidades, meios de comunicação, política institucional, por exemplo, impossibilita que as vozes dos indivíduos desses grupos sejam catalogadas, ouvidas, inclusive, até de quem tem mais acesso à internet. O falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas de poder existir. Pensamos o lugar de fala como refutar a historiografia tradicional e a hierarquização de saberes conseqüente da hierarquia social. Quando falamos de direito à existência digna, à voz, estamos falando de lócus social, de como esse lugar imposto dificulta a transcendência.

Importante frisar, neste instante, que o lugar de fala também se refere à possibilidade de acessar espaços que estruturalmente não foram planejados para que determinados indivíduos o acessassem. Isto é, a sociedade, enquanto um produto da modernidade, também se organiza para que o acesso seja dificultado para os sujeitos que foram marginalizados, sejam por questões estruturais ou pelas formas discursivas que se apresentam nos espaços socialmente constituídos. Pautar lugar de fala é também pautar a luta pela garantia de existência digna, em segurança e com possibilidade de protagonismo em suas próprias narrativas, haja vista a conceituação do lugar de fala, bem como as conseqüências do silenciamento dos indivíduos. É nesse sentido que Ribeiro (2017, p. 89) indica a tão latente necessidade de romper com a epistemologia dominante.

Todas refutam a neutralidade epistemológica, a necessidade do reconhecimento de outros saberes e a importância de entendê-los como localizados e a importância de se romper com um postulado de silêncio. Tanto Lélia Gonzalez, como Linda Alcoff. Spivak, entre outras, pensam a necessidade de romper com a epistemologia dominante e de fazer o debate sobre identidades pensando o modo pelo qual o poder instituído articula essas identidades de modo a oprimir e a retificá-las.

A autora se utiliza de grandes autoras feministas, que corroboram para essa tão latente necessidade de ruptura com a necessidade de legitimação de um grupo dominante, para que

seja possível a construção de diálogos e debates identitários. Romper com essa estrutura é viabilizar a construção de lutas e movimentos verdadeiramente emancipatórios.

Por isso, é necessário discutir os sujeitos não apenas na concepção de sociedade a qual recebemos, mas também correlacionar esses ideais à par modernidade/colonialidade e seus desdobramentos; mais ainda, que os sujeitos participem das discussões com corpo e voz e não sendo representados por outrem. (DERING, 2021, p. 36)

Logo, reconhecer a existência do lugar de fala é também reconhecer a existência de uma estrutura dominante, opressora, machista, LGBTfóbica e racista dessa dita modernidade. Sendo assim, “ser contra hegemônica, ainda é ter como norte aquilo que me impõe” (RIBEIRO, 2017, p. 90). Abaixo se disponibiliza um esquema que revela, de forma geral, como funciona o lugar de fala e a necessidade de legitimação de vozes.

Figura 1: Funcionamento do lugar de fala



Fonte: Medeiros (2019)

A figura 1 demonstra como o protagonismo deve ser dado. Já em um primeiro momento, indica que se há alguém com repertório pertencente a uma minoria para falar sobre o assunto pautado, este tem prioridade – e não exclusividade – para dialogar. Isso ocorre para que indivíduos privilegiados não tomem o protagonismo quando existe alguém apto para falar que seja pertencente ao grupo de indivíduos historicamente silenciados.

Ainda assim, conforme também disposto na figura, isso não quer dizer que o diálogo é restrito somente à minoria, caso haja pertinência, todos (as) podem fazer suas contribuições, lembrando que o lugar de (r)existência de cada um é diferente. A máxima do conceito de lugar de fala é que todos (as) tenham suas falas e suas narrativas legitimadas.

Ribeiro (2017, p. 84) ressalta que o fato de ser necessária a existência da compreensão e do respeito aos mais diversos ‘lugares de fala’, é preciso se atentar para que o debate não seja restrito a somente a alguns grupos sociais:

Porém, falar a partir de lugares é também romper com essa lógica de que somente os subalternos falem de suas localizações, fazendo com que aqueles inseridos na norma hegemônica, sequer se pensem. Como disse Rosane Borges, para a matéria O que é lugar de fala e como ele é aplicado no debate público, pensar lugar de fala é uma postura ética, pois “saber o lugar onde falamos é fundamental pensarmos as hierarquias, as questões de desigualdades, pobreza, racismo e sexismo.

Legitimar a voz e as experiências daqueles que historicamente são colocados nas margens da sociedade não significa ‘autorizar’ epistemologias dominantes a se afastarem do debate. É importante e necessário que aqueles que outrora construíram a métrica eurocêntrica, já mencionada por aqui, façam parte dos diálogos e debates propostos, de modo a criar possibilidades de reflexões.

Por fim, o reconhecimento e legitimação do ‘lugar de fala’ traz por si só a noção da necessidade de emancipação e rupturas estruturais. Para, além disso, tal compreensão permite a compreensão do outro, conforme bem pontua Morin (1999, p. 50):

A compreensão humana nos chega quando sentimos e concebemos os humanos como sujeitos; ela nos torna abertos a seus sofrimentos e suas alegrias. Permite-nos reconhecer no outro os mecanismos egocêntricos de autojustificação, que estão em nós, bem como as retroações positivas (no sentido cibernético do termo) que fazem degenerar em conflitos inexplicáveis as menores querelas. É a partir da compreensão que se pode lutar contra o ódio e a exclusão.

Nesse sentido, é necessária a compreensão dos humanos enquanto sujeitos, como alguém passível de direitos e que são capazes de criar suas próprias narrativas, a partir de suas próprias perspectivas.

2.2 De onde que eu falo? - O(s) Movimentos LGBT e seus contextos

A gênese desta pesquisa é decorrente da necessidade de explorar e entender como ocorre o processo de acessibilidade e de permanência dos acadêmicos LGBT no ambiente universitário. Quando iniciei o mestrado, em 2017, percebi a presença desses indivíduos num espaço que, à primeira vista e conforme minha observação parecia ser uma universidade de caráter conservador, com escassos corpos que se desviassem do padrão social previamente estabelecido. A partir da minha posição enquanto militante e mestrando comecei a refletir

sobre a inclusão para as minorias, dado que, como portadores de direitos, os corpos dissidentes estavam em busca de respeito e reconhecimento. É crucial reconhecer que o binarismo estritamente estabelecido na sociedade tem sido o principal opressor desses corpos, uma vez que a sociedade é fortemente orientada por papéis de gênero. Portanto, levando em consideração minha trajetória em diversos espaços acadêmicos – universidades católica, estadual e federal – surgiu a idéia de ouvir e ponderar sobre o lugar de fala das identidades de gênero que estão ocupando tais espaços.

Neste contexto, partindo de um programa de pós-graduação em educação, torna-se relevante também definir algumas noções fundamentais sobre gênero e orientação sexual, que se dará por meio da conceptualização da sigla LGBT, bem como dos trajetos trilhados para a consolidação e entendimento do movimento como o conhecemos atualmente. É relevante pontuar, inicialmente, que apesar da sigla abranger todos aqueles que performam gênero e sexualidade, certas nuances e pontos de diferenciação devem ser considerados. Este serão discutido ao longo deste capítulo. Para iniciar, precisamos compreender que a representação estrutural reforça as principais diferenças entre esses conceitos, como podemos perceber na figura abaixo.

Figura 2: Diferenças entre sexo, gênero e orientação sexual



Fonte: <http://www.leticialanz.org/>

É possível identificar na figura a complexidade dos conceitos e a magnitude que uma discussão detalhada pode e deve tomar para iniciar qualquer discussão que traga à tona a

temática LGBT. Dado a amplitude dos conceitos e da necessidade da compreensão da estrutura que molda a sociedade de forma geral, optou-se por subdividir o capítulo com dois itens para que os conceitos sejam mais bem absorvidos.

Posteriormente, as letras presentes na sigla, que representa os indivíduos a partir das suas orientações sexuais e da (não) identidade de gênero, serão brevemente conceituadas. Verifica-se que, dessa forma, o conceito base que permeará toda a discussão da construção da identidade no ambiente acadêmico será mais bem compreendido pelos leitores.

2.2.1 Identidade de gênero

A identidade de gênero se vincula ao entendimento que os indivíduos já no nascimento são classificados enquanto homens e mulheres a partir da genitália. De acordo com Scott (2005), a questão de gênero se constrói a partir da noção social do seu significado, a partir das diferenças biológicas entre os sexos. Historicamente, gênero é visto como forma de encaixar pessoas a papéis construídos socialmente. Nesse sentido, o gênero é definido logo no nascimento.

Logo, se este indivíduo nasce com um pênis, ele é automaticamente designado ao gênero masculino, e espera-se que ele performe o papel da masculinidade frente a sociedade. Do mesmo modo, se o indivíduo nasce com uma vagina, é designado para ao gênero feminino e espera-se que este desempenhe a feminilidade para esse sujeito. A visão relatada parte de uma ideia binária³⁶ de gênero, que justifica a naturalização da identidade de gênero imposta pela sociedade e que é passado por gerações.

Bourdieu (1999) pontua ainda que esse método classificatório, por si só, oferece oposição, tal qual magro/gordo, alto/baixo e dominante/dominado. O autor compreende ainda, conforme exposto no trecho abaixo, que a classificação ocorre de maneira arbitrária e construída a partir dos parâmetros sociais.

A divisão entre os sexos parece estar na ordem das coisas(...) ela está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado (...) em todo o mundo social, e em estado incorporado, nos corpos e nos hábitos dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação (BOURDIEU, 1999, p. 17).

³⁶ De acordo com Reis e Pinho (2016), o gênero binário é a forma naturalizada da definição da identidade e expressão de gênero em heterogenia, ou seja, de forma que só seja constituída dois tipos de identidades, masculino e feminina, como um dos princípios do cissexismo, pessoas que nascem e concernem com estes dois papéis que foram intitulados a eles.

Dessa forma, o autor acima relata que o gênero definido no nascimento do indivíduo é responsável por determinar as formas dos sujeitos perceber o mundo e agir diante dos grupos sociais. Segundo Lima (2011, p.169) discorre acerca das diferenças presentes na conceituação de sexo biológico, aquele que se relaciona com a genitália a partir da concepção social binária versus a identidade de gênero pouco tem a ver com a definição anterior.

O fato de um indivíduo se sentir homem ou mulher (sua identidade de gênero) não tem, necessariamente, relação com seu sexo biológico (identidade sexual); nem tampouco com sua orientação sexual (que pode ser heterossexual, homossexual, bissexual). Contudo, no Ocidente, o conceito de gênero está colado ao de sexualidade/reprodução, o que promove uma imensa dificuldade de separar, segundo o senso comum, a problemática da identidade de gênero da de orientação sexual.

O autor, assim como Bourdieu (1999), sinaliza a dificuldade gerada pela conceituação que parte da construção binária de gênero que reflete na compreensão social acerca das diferenças entre esta e orientação sexual. Beauvoir (1967, p. 9), considerando a identidade de gênero dentro dos parâmetros previamente fundamentados, determina que, ao contrário do que a compreensão que parte do senso comum e que está diretamente relacionada ao conceito de sexo biológico, “ninguém nasce mulher, mas aprende a ser”. Com isso, a autora revela que identidade de gênero nada tem a ver com a genitália e com a definição de sexo biológico, mas sim com a maneira que o sujeito se percebe diante o mundo.

Nesse mesmo sentido, Fausto-Sterling³⁷ (1985, p. 8) conceitua gênero enquanto algo dinâmico, que é construído no decorrer do tempo, assim:

As capacidades de um indivíduo provenham de uma teia de interações entre o ser biológico e o ambiente social... A biologia pode condicionar o comportamento de alguma maneira, mas o comportamento, por sua vez, pode modificar a fisiologia individual. Além disso, qualquer comportamento em particular pode ter muitas causas diferentes. Essa nova visão questiona a busca de causas biológicas fundamentais na sua própria raiz, sustentando de modo inequívoco que essa própria busca é baseada numa compreensão falsa da biologia.

A autora, a partir dessa fundamentação, acredita que rotular qualquer indivíduo como homem ou mulher, é uma decisão social que nada tem a ver com os fatores biológicos. Fausto-Sterling (2000, p. 3) exemplifica o conceito da identidade de gênero quando traz a reflexão do caso de pessoas intersexuais, que optam pela cirurgia de “adequação sexual”. A autora pontua que “o conhecimento científico pode auxiliar na tomada das decisões quanto às

³⁷ Indica-se a leitura da obra “*Sexingthebody*”.

cirurgias, mas são as nossas crenças sobre o gênero – e não a ciência – que definem efetivamente o sexo.”.

Nesse sentido, a autora identifica que a escolha do gênero é dada pelo indivíduo a partir das suas percepções e compreensões do mundo. Sendo assim, Fausto-Sterling (2000, p. 5) pontua que a definição de gênero relacionada a genitália foi construída por médicos, cientistas e biólogos, entretanto, a definição de gênero trata-se de um “componente da política, da sociedade, e da moral cultural e econômica” do que do conhecimento científico.

Ainda sobre o assunto, destacamos Scott (1989, p. 19) ao abordar o surgimento da terminologia “gênero”. Segundo é explicitado: “O termo gênero faz parte das tentativas levadas pelas feministas contemporâneas para reivindicar certo campo de definição, para insistir sobre o caráter inadequado das teorias existentes em explicar desigualdades persistentes entre mulheres e homens.”.

Os movimentos feministas compreendem e reivindicam a forma de organização social que se dá a partir do gênero masculino. Nesse sentido, é possível afirmar que a sociedade se organiza a partir dos reflexos de uma estrutura patriarcal, cuja principal característica é a desvalorização do feminino em detrimento do gênero. Seguindo a mesma linha de pensamento, Giddens (2005, p. 102) reforça a noção de que gênero é construído e não determinado no nascimento a partir da genitália.

Gênero [...] diz respeito às diferenças psicológicas, sociais e culturais entre homens e mulheres. O gênero está ligado a noções socialmente construídas de masculinidade e feminilidade; não é necessariamente um produto direto do sexo biológico de um indivíduo. A distinção entre sexo e gênero é fundamental, já que muitas diferenças entre homens e mulheres não são de origem biológica.

Scott (1989) defende que as mulheres feministas foram as pioneiras a apropriar-se do debate, uma vez que elas reconhecem que as relações de gênero são inerentemente violentas. Dessa forma, começaram a empregar o termo gênero com o objetivo de evidenciar e construir reivindicações sobre as discrepâncias sociais perceptíveis nas relações interpessoais.

De acordo com Giddens (2005), o conceito de gênero, em geral, não enfrenta grandes oposições em relação à sua fundamentação, exceto por aquelas provenientes de linhas de pensamento conservadoras que, infelizmente, tendem a equiparar sexo biológico a identidade de gênero. A respeito deste aspecto, é importante enfatizar que, em sua vasta maioria, as correntes conservadoras baseiam-se em posições religiosas e carecem de embasamento científico sólido. Entretanto, Giddens (2005) afirma que existem muitas discussões acerca da

origem das diferenças entre homens e mulheres e que todas elas partem da práxis feminista³⁸, que inclusive foi pioneira no debate de gênero.

O feminismo foi marcado por três grandes ondas, em diferentes momentos históricos, e a compreensão de gênero e sexo foi se alterando com o passar dos anos. De acordo com Krollokke (2006), o feminismo de primeira onda considerava que sexo biológico e gênero possuíam o mesmo significado, e portando as diferenças entre homens e mulheres eram genéticas, e que, portanto, dificilmente poderiam ser alteradas.

Já na segunda onda, as feministas compreendiam que o gênero era uma construção social, portanto, aprendida com o passar dos anos pelo indivíduo, e sexo estava relacionado única e exclusivamente ao fator biológico.

Por fim, ainda de acordo com Krollokke (2006), a terceira onda do feminismo acredita que sexo biológico e gênero são rótulos elaborados por uma sociedade normativa, que se sustenta a partir do binarismo³⁹. Dessa forma, tanto sexo quanto gênero se relacionaria a um determinismo político cultural. De acordo com Weeks (2000), a rotulação binarista vigente acaba por oferecer aos indivíduos duas únicas possibilidades de existência, independente da compreensão de gênero enquanto construção social. Significa dizer, portanto, que os indivíduos devem pertencer a um dos dois grandes grupos possíveis, e que teriam, necessariamente, características comuns⁴⁰ que os ligam.

Partir da premissa de que os indivíduos podem ser colocados em duas únicas categorias, masculino/feminino, é considerar que homens e mulheres têm essências naturais de masculinidade e feminilidade, advindas da herança genética (se considerar a definição biológica) ou da construção social (quando considerado a definição de identidade de gênero).

³⁸ O feminismo de primeira onda, como denomina-se a primeira grande organização, surgiu no contexto da sociedade industrial e da política liberal. O movimento está relacionado ao movimento pelos direitos das mulheres liberais e o feminismo socialista, do final do século XIX e início do século XX. Os movimentos tiveram início nos Estados Unidos e na Europa. Preocupada com o acesso e a igualdade de oportunidades para as mulheres, a primeira onda continuou a influenciar o feminismo nas sociedades ocidentais e orientais ao longo do século XX. Passamos então à segunda onda do feminismo, que surgiu nas décadas de 1960 a 1970 em sociedades ocidentais no pós-guerra, quando outros grupos "oprimidos", como negros e homossexuais, definidos como a Nova Esquerda, estavam em ascensão. O feminismo de segunda onda está intimamente ligado às potentes vozes do empoderamento das mulheres e da defesa de direitos. Ressalta-se que o feminismo de segunda onda, ainda que de maneira discreta, passou a incluir a presença de mulheres pobres e negras. Por fim, ocorre a terceira onda feminista, a partir de meados dos anos 90, que passa a desafiar a noção de "feminilidade universal" e abraça ambiguidade, diversidade e multiplicidade a partir da transversalidade da luta de gênero (KROLOKKE, 2006, p. 1-2, tradução nossa).

³⁹ O gênero binário é a forma naturalizada da definição da identidade e expressão de gênero de forma a se pensar na heterogenia, ou seja, de forma que só seja constituída dois tipos de identidades, masculino e feminino.

⁴⁰ Refere-se a forte presença da compreensão de Universalidade. A ideia de universalidade já foi contestada no passado diversas vezes. Recomenda-se a leitura de *Sexo e Temperamento em Três Sociedades Primitivas*, de Mead (1935).

Entretanto, de acordo com a afirmação de Moore (1997), é extremamente perigoso empregar a naturalização na discussão de gênero. Quando considerado que os indivíduos possuem a essência do feminino e do masculino, exige-se que eles performem o que se entende de cada gênero.

Assim, o gênero, enquanto organizador da cultura, e em articulação com sexualidade, modula o modo heteronormativo de como homens e mulheres “devem” se comportar, como seus corpos podem se apresentar e como as relações interpessoais podem se constituir, nesses domínios. (PETRY; MEYER, 2011).

Cumpra-se, antes mesmo de prosseguir com as fundamentações da construção de gênero, conceituar o que os autores identificaram como “modo heteronormativo”. De acordo com Butler (1990), a heteronormatividade é a instituição de uma heterossexualidade compulsória e naturalizada, que exige e regula gênero a partir de relações binárias na qual aceita-se que o indivíduo se identifique somente com o gênero masculino ou feminino, que performe a masculinidade ou feminilidade desejada socialmente e que construa suas relações afetivas a partir de práticas heterossexuais⁴¹.

Dessa forma, segundo Lipkin (1999), gênero não passa por um aglomerado de imposições sociais que são internalizadas e absorvidas pelos sujeitos e determinam de maneira direta a forma de agir, pensar e se relacionar. Gênero, portanto, é uma construção social.

Adelman et al. (2003) indicam que a forma como as relações se organiza socialmente e a questão de gênero acaba por ser permeada pela submissão e pelas constantes violências sofridas pelo feminino. De acordo com Butler (1990b), muito embora os avanços são grandes, quando se observa que atualmente a idéia de identidade de gênero já aparece dissociada do conceito de sexo biológico, infelizmente ainda não se aproxima do ideal de compreensão.

A principal crítica compartilhada entre os pesquisadores de gênero é que o sexo biológico ainda serve como estrutura para o que se entende enquanto construção social do gênero. Schilte e Westbrook (2009) afirmam que como a masculinidade e feminilidade não são propriedades fixas dos corpos masculino e feminino, seus significados e expectativas diferem de acordo com o período histórico e com as formas da organização social. Por exemplo, se analisarmos atualmente existem culturas nas quais os homens utilizam saias e isso não abala no que se entende por masculinidade naquele território, enquanto em outros

⁴¹ A discussão sobre orientação sexual, bem como as outras possibilidades de se relacionar para além da heterossexual, serão discutidas no próximo item.

(como no Brasil) o uso de saia pode ser extremamente problemático para a manutenção da masculinidade.

Os autores consideram que as expectativas normativas para homens e mulheres mantêm a desigualdade de gênero, que estruturalmente a figura masculina está relacionada com a posição de domínio, enquanto a feminina se relaciona com a posição de indivíduos domináveis e submissos. Scott (1990) considera que tanto o feminismo de segunda onda, que ainda se faz muito presente, quanto a própria construção social que se pauta no binarismo, colaboram para os moldes do patriarcado.

O binarismo, nessa enseada, torna-se importante ferramenta na análise de perpetuação desta construção, visto que naturaliza e aprisiona estes corpos na lógica do gênero e, sobretudo, na relação de poder/submissão, onde um possui mais poder sobre o corpo do outro de acordo com o seu gênero. Destaca Dering (2021, p. 26) que: “O projeto colonialidade/modernidade, portanto, é um modelo que hierarquiza saberes pela manutenção, principalmente, da idéia binária do conhecimento em que se considera a existência de uma elite que modela/moldura/dita as regras da sociedade.”.

Dando seqüência a essas reflexões, Lauretis (1994, p. 208) pontua que quando as feministas aceitam, ainda que implicitamente, a idéia de que “assim como a sexualidade, o gênero não é uma propriedade de corpos nem algo existente a priori nos seres humanos”, elas acabaram por universalizar mulheres a partir da performance de feminilidade desejada. É a partir desse ponto que trazemos Rubin (1975, p. 159) para a discussão, ao afirmar que sexo e gênero formam um sistema de significados e, sendo assim, “esses significados não são emanções atemporais da mente humana, mas produtos históricos da atividade humana”. Dessa forma esses significados, que fazem parte de um sistema simbólico, estão ligados a valores políticos, sociais e econômicos, cujas sociedades se apropriam de forma a manter as desigualdades já antes aqui sinalizadas.

Lauretis (1994, p. 212), anos depois, complementa a partir dos pensamentos expostos por Rubin, que:

O sistema de sexo-gênero, enfim, é tanto uma construção sociocultural quanto um aparato semiótico, um sistema de representação que atribui significado (identidade, valor, prestígio, posição de parentesco, status dentro da hierarquia social etc.) a indivíduos dentro da sociedade. Se as representações de gênero são posições sociais que trazem consigo significados diferenciais, então o fato de alguém ser representado ou se representar como masculino ou feminino subentende a totalidade daqueles atributos sociais. Assim, a proposição de que a representação de gênero é a sua construção, sendo cada termo a um só tempo o produto e o processo do

outro, pode ser reexpressa com 50 mais exatidão: "a construção do gênero é tanto o produto quanto o processo de sua representação'.

A autora, a partir de uma análise crítica, relaciona a identidade de gênero, construída sob os parâmetros socioculturais, com as representações que são exercidas a partir das posições sociais. Sobre o assunto, Giddens (2005, p. 43) chama a atenção no trecho abaixo que, muito embora a identidade de gênero se signifique a partir das relações sociais, é importante compreender que as pessoas, individualmente, são capazes de serem agentes ativos na definição e incorporação dos papéis de gênero que exercerão ao longo de suas vidas.

Os cenários culturais em que nascemos e amadurecemos influenciam nosso comportamento, mas isso não significa que os humanos são privados da sua individualidade ou do seu livre-arbítrio. Talvez pareçamos moldados em fôrmas que a sociedade preparou previamente para nós. Alguns sociólogos realmente tendem a escrever sobre a socialização como se fosse esse o caso; mas tal concepção é fundamentalmente falha. O fato de que, do nascimento até a morte, estejamos em interação com outros certamente condiciona nossas personalidades, os valores que sustentamos e o comportamento em que nos engajamos. Além disso, a socialização está também na origem de nossa própria individualidade e liberdade.

Essa reflexão se mostra imprescindível para evitarmos a falácia de conceber a identidade de gênero como decorrente exclusivamente da socialização e, conseqüentemente, das pessoas que circundam o indivíduo. Apesar de as relações sociais desempenharem papel crucial, os indivíduos possuem autonomia na definição de quem são.

Ao distinguirmos as concepções de gênero e sexo biológico, apesar das várias críticas que surgiram ao longo do processo de fundamentação, o fenômeno transgênero migra do âmbito do patológico para a esfera da construção social. Connell (1987) destaca que, embora seja um progresso a despatologização do fenômeno transgênero, considerar apenas a construção social pode levar indivíduos a impor, mesmo que não fisicamente, a performance do gênero designado pelo sexo ao sujeito. De acordo com Connell (1987, p. 132), em uma sociedade onde a masculinidade é caracterizada pela força física, bravura e coragem, "se incentiva os homens a cultivarem uma imagem corporal específica e um correspondente conjunto gestual específico. Em outras palavras, as identidades de gênero e as diferenças de sexo estão intimamente ligadas dentro dos corpos humanos individuais".

Neste sentido, as perspectivas feministas mais recentes não consideram corretas nenhuma das abordagens mencionadas, seja aquelas que se baseiam na construção social do gênero ou naquelas que compreendem que gênero e sexo biológico são equivalentes. Butler (1990) entende que tanto sexo quanto gênero são conceitos adotados com o intuito de

normatizar corpos e rotular indivíduos. Assim, segundo a autora, nem o sexo nem o gênero dependem da existência de uma base material biológica que seja coerente e concisa. De acordo com Giddens (2005), a partir da teoria de Butler, nasce a teoria *Queer*⁴² que compreendem que gênero e sexo são produtos socialmente construídos.

De acordo com Butler (1990), a diferença entre gêneros, bem como a diferença sexual, é embasada por uma série de teorias centradas no sexo biológico, gênero social, identidade de gênero e escolha do desejo sexual. A partir dos fatores biológicos, físicos, sociais, psicológicos e culturais, completamente diferentes entre si, é que se rotula e categoriza os indivíduos.

A autora comenta ainda que “a formulação do corpo como um modo de dramatizar ou ratificar possibilidades oferece um modo de entender como uma norma cultural é personificada e ordenada” (BUTLER, 1990b, p. 276). A autoria afirma ainda que não há um “sexo verdadeiro”, como o senso comum prega, por trás de uma identidade de gênero. O raciocínio, de acordo com Butler, deve ser inverso, a identidade de gênero que será “a verdade” em relação ao sexo.

Dado que gênero sempre esteve estampado no corpo, a autora compreende que sexo, no entanto, sempre foi considerado como sinônimo de gênero. “O ‘ser um gênero ‘é um efeito”, visto que os indivíduos incorporam e repetem de forma mecânica a reprodução das determinações sociais (BUTLER, 1999, p. 28). Ainda sobre essa perspectiva de compreensão do gênero, Butler (1990a, p. 7) afirma que:

Gênero não está para a cultura como o sexo está para a natureza; gênero é também o meio discursivo/cultural pelo qual a ‘natureza sexuada ‘ou o ‘sexo natural’ é produzido e estabelecido como ‘pré-discursivo’, anterior à cultura; uma superfície politicamente neutra na qual atua a cultura.

Nesse sentido, para Butler (2001), gênero não passa de uma ferramenta normatizadora utilizada pelos indivíduos para performar masculinidade e feminilidade. A autora complementa o conceito trazido:

Dessa maneira, um discurso restritivo sobre gênero que insere no binômio "homem" e "mulher" como a via exclusiva para entender o âmbito de gênero, representa uma função reguladora de poder, naturalizando o hegemônico e anulando toda e qualquer possibilidade de interrupção dessa lógica (BUTLER, 2001, p. 22, tradução nossa).

⁴² *Queer* é uma palavra em inglês que significa “estranho” e, em alguns países, ainda é usado como termo pejorativo. É usado para representar as pessoas que não se identificam com padrões impostos pela sociedade e transitam entre os gêneros, sem concordar com tais rótulos, ou que não saibam definir seu gênero. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2020/03/o-que-significam-letras-da-sigla-lgbtqi.html>. Acesso: 10 abr. 2021.

Partindo de toda a discussão de acordo com Foucault (1985), corpos marginalizados são aqueles que de alguma forma não atingem o padrão imposto pelas relações sociais, portanto, estes corpos passam a ser desumanizados e sua existência significa um ato de transgressão “[...] Não somente não existe, como não deve existir e à menor manifestação fá-lo-ão desaparecer – sejam atos ou palavras.” (FOUCAULT, 1985, p. 9). O autor conclui que os corpos que não seguem a autocracia binária e vivem às margens da sociedade, não sendo passível sequer de reivindicar os seus direitos enquanto seres humanos.

Horwitz (1999), interseccionando com isso, acredita que indivíduos que registram desvios na conduta social esperada acabam por violar as normas sociais. O autor pontua ainda que aquilo que é denominado como “transgressivo”, ou “errado”, não depende do comportamento do indivíduo e sim da cadeia de valores estabelecida nos determinados grupos sociais. Durkheim, embebido pelos mesmos pensamentos, compreende a necessidade de deixar de focalizar nos indivíduos considerados como transgressores e passa a compreender a cadeia de signos que fundamentam os grupos sociais, conforme pontuado no trecho abaixo.

O sistema de signos de que me sirvo para exprimir meu pensamento, o sistema de moedas que emprego para pagar minhas dívidas, os instrumentos de crédito que utilizo em minhas relações comerciais, as práticas observadas em minha profissão, etc. funcionam independentemente do uso que faço deles. Que se tomem um a um todos os membros de que é composta a sociedade; o que precede poderá ser repetido a propósito de cada um deles. Eis aí, portanto, maneiras de agir, de pensar e de sentir que apresentam essa notável propriedade de existirem fora das consciências individuais. Esses tipos de conduta ou de pensamento não apenas são exteriores ao indivíduo, como também são dotados de uma força imperativa e coercitiva em virtude da qual se impõem a ele, quer ele queira, quer não. Certamente, quando me conformo voluntariamente a ela, essa coerção não se faz ou pouco se faz sentir, sendo inútil. Nem por isso ela deixa de ser um caráter intrínseco desses fatos, e a prova disso é que ela se afirmar tão logo tento resistir. Se tento violar as regras do direito, elas reagem contra mim para impedir meu ato, se estiver em tempo, ou para anulá-lo e restabelecê-lo em sua forma normal, se tiver sido efetuado e for reparável, ou para fazer com que eu o expie, se não puder ser reparado de outro modo. Em se tratando de máximas puramente morais, a consciência pública reprime todo ato que as ofenda através da vigilância que exerce sobre a conduta dos cidadãos e das penas especiais de que dispõe. Em outros casos, a coerção é menos violenta, mas não deixa de existir. Se não me submeto às convenções do mundo, se, ao vestir-me, não levo em conta os costumes observados em meu país e em minha classe, o riso que provoço, o afastamento em relação a mim produz, embora de maneira mais atenuada, os mesmos efeitos que uma pena propriamente ditam. Ademais, a coerção, mesmo sendo apenas indireta, continua sendo eficaz. (DURKHEIM, 2007. p. 2)

Dessa forma, a conduta moral bem como o que é considerado certo ou errado, tem relação com aquilo que a maioria dos integrantes do grupo em algum momento consentiram.

Evidente que embora o coletivo, ou grande parte destes, consente com os signos criados, as determinações partem dos grupos dominantes. Sendo assim, aquele que transgride o que foi acordado com o coletivo sofre sanções.

A partir da compreensão que a transgressão é determinada pelo grupo social, de acordo com o que se pactuou ser correto ou não, Foucault (2011) reforça então que os padrões não são imutáveis e são constantemente alterados de acordo com os grupos dominantes. Nesse sentido, Becker indica que aqueles que transgridem⁴³ as regras são produtos da rotulação social.

[Uma] visão sociológica define desvio como a infração de alguma regra acordada. A partir daí se pergunta quem está quebrando as regras e parte-se em busca dos fatores presentes em suas personalidades e situações de vida que possam explicar suas infrações. Isso pressupõe que aqueles que tenham infringido uma regra constituam uma categoria homogênea, pelo fato de terem cometido o mesmo ato desviante. Tal suposição parece-me ignorar o fato central sobre desvio: ele é criado pela sociedade. Eu não quero afirmar isso na forma em que o desvio é normalmente entendido, em que as causas do desvio são localizadas na situação social do desviante ou em fatores sociais que desencadeiam sua ação. Em vez disso, quero dizer que os grupos sociais criam o desvio, mediante a criação de regras cuja infração constitui desvio e a aplicação dessas regras a pessoas em particular, rotulando-as como 'outsiders'. A partir deste ponto de vista, desvio não é um atributo do ato que a pessoa comete, mas uma consequência da aplicação por outros de regras e sanções a um 'transgressor'. O desviante é uma pessoa a quem esse rótulo foi aplicado com sucesso; o comportamento desviante é um comportamento que as pessoas simplesmente rotulam como tal (BECKER, 2008, p. 21-22).

Pode-se verificar que a autora pontua ainda que a grande problemática esteja nas regras criadas pelo grupo social, e não daquele que então é rotulado enquanto alguém que desvia das regras. O autor afirma que aqueles que determinam as regras acreditam ser superiores aos que as transgridem, visto que se sentem no direito de excluí-los do grupo social como forma de sanção.

Miskolci (2003) sintetiza a discussão quando afirma que aqueles que seguem os pactos sociais pré-determinados são considerados "normais", enquanto aqueles que desviam desses pactos são considerados "anormais".

Afinal, o que se teme no anormal é mais do que sua diferença, é o poder de transformação social de seu estilo de vida. O espaço hegemônico da normalidade visa, sobretudo, a perpetuação e a intensificação das normas que a instituam. Os anormais se caracterizam principalmente por sua forma de viver. Os gays, por exemplo, não seguem o fim da reprodução social ou biológica e, apesar do forte estigma que ainda a marca, têm o potencial de

⁴³ A autora denomina esses como "outsiders."

colocar em xeque os fundamentos da ordem vigente e subvertê-la. [...]. Os anormais nada mais são do que construções sociais naturalizadas, as quais derivam de relações de poder que atribuem a eles uma posição de inferioridade e submissão na ordem social. Nossos corpos socializados trazem o passado ao presente e contribuem para a manutenção das categorias sociais e da hierarquia imposta pelo padrão de normalidade burguês (MISKOLCI, 2003, p. 123-124).

O autor evidencia o fato da normalidade em questão, desejar manter a hegemonia daquilo que se deseja ser presente em uma sociedade. Também se destaca o fato de a normalidade partir de um ideal burguês, que marginaliza corpos e vivências.

Quando o indivíduo transgride ao sistema binário de gênero, ele automaticamente torna-se um indivíduo que se desvia das regras estabelecidas pela sociedade, tornando-se então um sujeito degenerado. No trecho abaixo tal idéia fica mais nítida. Importante destacar, que, para além da marginalização, citada a autora reforça a patologização daqueles que simplesmente performam o gênero de maneira diferente daquela que se considera “normal”.

Dito isso, Iamamoto (2012) sugere, a partir de todos os fatores pontuados, a naturalização da violência vivenciada por esses indivíduos considerados desviantes da regra social.

As desigualdades que marcam a diversidade sexual e de gênero no Brasil, experienciadas diretamente por travestis e transexuais, inserem-se em uma conjuntura que acumula critérios de opressão e dominação colocados em marcha com o intuito de se justificar e se manter, ou, melhor dizendo, de se naturalizarem as desigualdades. (IAMAMOTO, 2012, p. 14).

Por fim, pontua-se que o sistema dominante se sente no direito de oprimir corpos a partir do que considera regra e tal conduta é tão violenta que são naturalizadas pelos indivíduos que compõem os grupos sociais. Sendo assim, partindo dessa perspectiva, determinadas atitudes tomadas cotidianamente violentas, sejam físicas ou psicológicas, são tidas como normais quando se trata daqueles que tem sua vivência marginalizada.

Diz-se que quando nasce uma criança, nasce um menino ou uma menina também "nasce", e muitas definições estão relacionadas ao gênero a que a criança deveria pertencer. Essa definição está puramente relacionada às características do gênero biológico (como estereótipos corporais e genitais). Na sociedade como um todo, a anatomia será um indicador do gênero de um indivíduo, e o indivíduo deverá apresentar comportamentos que correspondam ao corpo masculino ou feminino (DA SILVA STACK, 2020).

Nossa sociedade vive e aceita a chamada cultura dual, em que só existem homens / homens e mulheres / mulheres. Esse tipo de pensamento é tão arraigado e aceito na sociedade que é dado como certo. Além disso, as várias identidades estabelecidas por essa cultura dual

também foram estigmatizadas. No entanto, é preciso considerar que embora o gênero biológico seja considerado a manifestação inicial da identidade da existência, não é a única existência. O fato de alguém se sentir homem ou mulher (identidade de gênero) não está necessariamente relacionado ao seu gênero biológico (identidade sexual), sua orientação sexual (pode ser heterossexual, homossexual, bissexual) é muito menor (SILVA et al., 2017).

Existe uma diferença básica entre homens e mulheres, o que nos ajuda a entender que somos humanos, portanto, na maioria das sociedades contemporâneas, a distinção entre homens e mulheres é fundamental. No entanto, a teoria quer reconhecer que o gênero pode desempenhar um papel subversivo, embora gênero seja uma categoria de classificação binária (masculino e feminino). Vale lembrar que uma vez que as diferentes identidades e personalidades são restritas, o gênero também pode se tornar uma espécie de fuga ao dualismo com experiência (CAMPUZANO, 2009).

Conforme Cavalcante (2016) explana, os indivíduos transgêneros, ao expressarem a discrepância existente entre sua identidade física e psicológica, buscam uma série de intervenções cirúrgicas e terapêuticas hormonais com o objetivo de se harmonizarem com o gênero que reivindicam. Tais indivíduos, identificados como trans, são aqueles que, embora possuam um gênero biológico determinado, sentem-se pertencentes ao sexo oposto e buscam maneiras de adaptar seu corpo à sua identidade de gênero psicológica.

A questão da transgeneridade é intimamente ligada ao estudo da identidade de gênero e à sensação de não pertencer ao sexo designado ao nascer. Todavia, a nossa cultura ocidental entrelaça conceitos de gênero a conceitos sexuais e reprodutivos. Conforme o senso comum, é bastante desafiador desvincular as questões de identidade de gênero das questões de orientação sexual. A liberdade para exercer a diversidade sexual deve ser pautada na capacidade do indivíduo em assumir a identidade de gênero que melhor se adéque à sua realidade, rompendo com equívocos referentes a comportamentos sexuais "anormais" que se desviam dos padrões heterossexuais de diferenças de gênero (ZAMBRINI, 2012).

Nessa perspectiva, as pessoas trans não apenas habitam ambientes marginalizados devido a preconceitos relacionados à moralidade e ao desconhecimento dos fenômenos, como também desafiam diretamente o que está arraigado na sociedade acerca dessa temática, bem como o conceito já estabelecido para a questão. Ao se levar em conta a despatologização, isso nos leva a refletir sobre o fenômeno de gênero e sua desconstrução global. A fim de integrar as agendas de psicólogos e tribunais, o fenômeno transgênero tem suscitado significativo interesse nas discussões contemporâneas, uma vez que o gênero não é mais considerado

meramente um fator fisiológico, determinado geneticamente e essencialmente imutável (CAMPELO, 2018). No intuito de buscar uma vida mais digna, as pessoas trans buscam se submeter a cirurgias genitais para adequar seu corpo ao seu "caráter psicológico" e promover a realização de um princípio básico da Carta Política, a saber: dignidade humana (BORBA, 2016).

2.2.2 Orientação sexual

Este item destinou-se a compreender o significado de orientação sexual, que desrespeita as formas e os indivíduos que as pessoas decidem se relacionar afetivamente e sexualmente. Na maioria das vezes, quando se observa estudos anteriores, a definição de orientação sexual se pauta no gênero para qual os indivíduos se sentem sexualmente atraídos.

Sobre o assunto, Foucault (2011) relata que, na Idade Média, havia um discurso embebido pelos valores cristãos e, desse modo, as relações sexuais se limitavam às práticas heterossexuais⁴⁴, tendo como propósito a reprodução humana. Dado ao fato da presença cristã e da importância dada aos matrimônios, Foucault (2011, p. 45) reforça que “romper as leis do casamento ou procurar prazeres estranhos mereciam de qualquer modo, condenação.”. Para além disso, ainda de acordo com o autor, as relações sexuais funcionavam como “um dispositivo de aliança: sistema de matrimônio, de fixação e desenvolvimento dos parentescos, de transmissão dos nomes e dos bens”, reforçando a concepção de que o sexo ocorria meramente como um acordo feito ao realizar o matrimônio (FOUCAULT, 2011, p. 100).

Com o passar do tempo, o sexo deixou de exercer meramente esse caráter e passou a considerar os atributos físicos, gerando o conceito de sexualidade. Significa dizer que o sexo deixou de exercer um papel extremamente mecânico e comumente presente, somente, no matrimônio. Foucault (2011, p. 139) identifica que o sexo foi uma construção burguesa. Acerca da temática:

Alguns acreditam poder denunciar duas hipocrisias simétricas: a dominante, da burguesia, que supostamente nega sua própria sexualidade, e a do proletariado, induzida, que rejeita a sua por aceitação da ideologia oposta. Isso equivalia compreender mal o processo pelo qual a burguesia se dotou, ao contrário, numa afirmação política arrogante, de uma sexualidade loquaz, que o proletariado, por muito tempo, recusou-se a aceitar, já que ela lhe foi imposta, mais tarde, com fins de sujeição. Se é verdade que a “sexualidade” é o conjunto dos efeitos produzidos nos corpos, nos comportamentos, nas

⁴⁴ Relação entre dois indivíduos de gêneros diferentes.

relações sociais, por um certo dispositivo pertencente a uma tecnologia política complexa, deve-se reconhecer que esse dispositivo não funciona simetricamente lá e cá, e não produz, portanto, os mesmos efeitos. Portanto, é preciso voltar a formulações há muito tempo desacreditadas: deve-se dizer que existe uma sexualidade burguesa, que existem sexualidades de classe. Ou, antes, que a sexualidade é originária e historicamente burguesa e que induz, em seus deslocamentos sucessivos e em suas transposições, efeitos de classe específicos.

Compreende-se, então, a partir do conceituado pelo autor, que a sexualidade se relaciona diretamente com a construção social. Assumir tal premissa enquanto verdadeira, de acordo com Rios (2001, p. 54) é:

[...] postular que a identificação de alguém ou a qualificação de seus atos sob uma ou outra orientação sexual só tem sentido na medida em que, num certo contexto histórico cultural, houver a institucionalização de papéis e de práticas próprias para cada um dos sexos, onde a atração pelo sexo oposto ou pelo mesmo sexo seja considerada um elemento relevante, capaz inclusive de impor diferenças de tratamento entre os indivíduos.

Weeks (2000, p.25), no que se refere às definições de sexualidade, indica que:

embora o corpo biológico seja o local da sexualidade, estabelecendo os limites daquilo que é sexualmente possível, a sexualidade é mais do que simplesmente o corpo [...] tem tanto a ver com nossas crenças, ideologias e imaginações quanto com nosso corpo físico.

Dessa forma, a homossexualidade desvincula a concepção de que sexo necessariamente se relacionava com a procriação e traz a idéia de que ele pode estar relacionado como uma forma de sentir prazer. Quanto ao surgimento daquilo que se compreende por homossexualidade, Foucault (1988, p. 43-44) relata que:

Essa nova caça as sexualidades periféricas provocam a incorporação das perversões e nova especificações dos indivíduos. A sodomia - a dos antigos direitos civil ou canônico - era um tipo de ato interdito e o autor não passava de seu sujeito jurídico. O homossexual do século XIX torna-se uma personagem: um passado, uma história, uma infância, um caráter, uma forma de vida: também é morfologia, com uma anatomia indiscreta e, talvez, uma fisiologia misteriosa. Nada daquilo que ele é, no final das contas, escapa à sua sexualidade. (...) A homossexualidade apareceu como uma da figura da sexualidade quando foi transferida, da prática da sodomia, para uma espécie de androgenia interior, um hermafroditismo da alma. O sodomita era um reincidente, agora o homossexual é uma espécie.

Ainda sobre o assunto, Sierra (2004, p. 96) complementa ao dizer que:

é justamente no momento em que passam a ser coisa, um tipo passível de tratamento, que as sexualidades periféricas, como a homossexualidade, por exemplo, passam a compor um campo extremamente útil do saber, o que aproxima, sobremaneira, as relações de poder com o sexo e inscreve, no

corpo de mulheres e homens, as marcas de comportamentos ligados à “perversidade”, à loucura, à monstrosidade e sedimenta nestes prazeres polimorfos a idéia de que são, todos eles, doenças do instinto sexual: anormalidades. E, assim, se infiltrando na estranheza destas práticas, o poder joga com o prazer na produção de técnicas de gerenciamento do corpo e de nosso sexo. É deste jogo que são produzidas as sutilezas de um poder que, através do prazer em exercer o controle, o questionamento, a fiscalização, a vigília se deixa inebriar pelo gozo que condena e persegue e, por isso, estimula-o a manifestar-se, a espetacularizar-se a todo tempo.

Os autores pontuam que aquilo que antes era despercebido por diversas sociedades, em um dado momento histórico, foi lido como uma patologia. A sociedade, a partir de seus pactos, compreendeu que o correto era transformar em patologia aquilo que considerava inapropriado. De acordo com os princípios presentes na legislação internacional de direitos humanos, a orientação sexual refere-se à “capacidade de cada pessoa de experimentar uma profunda atração emocional, afetiva ou sexual por indivíduos de gênero diferente, do mesmo gênero ou de mais de um gênero, assim como de ter relações íntimas e sexuais com essas pessoas” (ICJ, 2007).

Prado e Machado (2008, p. 40) afirmam que o ato de se relacionar com o mesmo gênero acaba por enfraquecer “os padrões tradicionais de comportamentos e representações nos papéis de gênero, além de tornar visível a homossexualidade masculina e feminina”. Nesse sentido, Miskolci (2009) diz que o ato de se relacionar com alguém do mesmo gênero é romper com a lógica heteronormativa patriarcal, que válida somente relação entre gêneros opostos e entre corpos cisgêneros.

No trecho abaixo, o autor expressa essa conceituação de forma mais detalhada:

A heteronormatividade é um conjunto de prescrições que fundamenta processos sociais de regulação e controle, até mesmo aqueles que não se relacionam com pessoas do sexo oposto. (...) é uma denominação contemporânea para o dispositivo histórico da sexualidade que evidencia seu objetivo: formar todos para serem heterossexuais ou organizarem suas vidas a partir do modelo supostamente coerente, superior e “natural” da heterossexualidade (MISKOLCI, 2009, p. 156).

Assim, como já abordado no item anterior, o conjunto social naturaliza aquilo que foi pactuado em consenso. Sendo assim, o “certo” e o “errado” tem significações diferentes com o decorrer do tempo. Dialogando com o exposto, Santos (2007, p. 7) aponta que a concepção utilizada atualmente para rotular indivíduos heterossexuais e homossexuais é datada do século XIX. Segundo discorre o autor:

[...] a própria idéia de “homossexualidade” e de um “indivíduo homossexual” são invenções do século XIX. Nesse sentido, portanto, só podemos pensar em práticas homofóbicas, tais como as concebemos

atualmente, a partir do discurso da sexualidade humana em sua versão 'normal' (heterossexualidade) e seu correlato "anormal" (homossexualidade).

Cumpr-se registrar que isso não significa que nos séculos anteriores não havia indivíduos que se relacionavam com o mesmo gênero, mas sim que em muitas sociedades a prática era tida como "normal". Partindo do ponto de que a homossexualidade é uma construção social, a identidade é:

[...] sempre pontual, provisória, e estabelecida como em reação a contingências pessoais, sociais e históricas [...] a identidade gay é um processo de devir que depende das descrições e crenças históricas que temos do assunto. (COSTA, 1995 apud NUNAN, 2003, p. 118).

Portanto, de acordo com o autor, a identidade é algo que está em constante movimento e que é moldada a partir do próprio indivíduo e de sua perspectiva de mundo, bem como pela leitura social do que envolve a homossexualidade. Neves e Sierra (2012, p. 9) complementam afirmando que:

A construção da identidade gay é influenciada pelo meio social que o indivíduo está inserido, ou seja, cada indivíduo terá uma identidade diferente do outro, por exemplo: se um sujeito mora na área central ou periférica de uma cidade (grande ou pequena), se este indivíduo frequenta uma universidade e, caso freqüente, em que área de saber (humana ou exata/técnica/agrícola).

De acordo com os autores, os fatores sociais que fazem parte da construção individual, influenciam no processo de construção identitária. Nunan (2003, p. 120) complementa afirmando que "[...] a identidade de um indivíduo está em permanente construção" [e] "designa tudo aquilo que o sujeito experimenta e descreve como sendo ou fazendo parte do self [...]". Isso "[...] não é objeto em si, mas é construído socialmente, através de um acúmulo de experiências e crenças [...]".

Ainda, chama a atenção Loura (2000, p. 21) que a heterossexualidade só faz sentido e ganha significado com a definição da homossexualidade, conforme exposto:

as instituições e os indivíduos precisam desse "outro". Precisam da identidade "subjugada" para se afirmar e para se definir, pois sua afirmação se dá na medida em que a contrariam e a rejeitam. Assim, podemos compreender por que as identidades sexuais "alternativas", mesmo quando excluídas ou negadas, permanecem ativas (e necessárias): elas se constituem numa referência para a identidade heterossexual; diante delas e em contraposição a elas a identidade hegemônica se declara e se sustenta.

Nesse sentido, a heteronormatividade se entende enquanto uma forma de se relacionar dada como superior, que é validada socialmente. Nesse sentido, a homossexualidade é

compulsoriamente forçada a estar na posição de marginalidade. A identidade de gênero, onde está a homossexualidade e a bissexualidade, para diversos cientistas, não se trata de uma “opção” e sim de uma orientação afetiva. Barreto, Araújo e Pereira (2009, p. 125), no que se refere à orientação sexual, pontuam:

[...] a heterossexualidade (atração afetiva, sexual e erótica por pessoas de outro gênero); a homossexualidade (afetiva, sexual e erótica por pessoas do mesmo gênero); e a bissexualidade (atração afetiva, sexual e erótica tanto por pessoas do mesmo gênero quanto pelo gênero oposto). As autoras ainda nos trazem o conhecimento de que o termo “orientação sexual” se contrapõe a uma determinada noção de “opção sexual”, entendida como escolha deliberada e supostamente realizada de maneira autônoma pelo indivíduo, independente do contexto social em que se dá.

Frisa-se, assim como exposto, que a sexualidade é, portanto, parte de um contexto social e não uma pura e simples escolha. Trevisan (2000) também compartilha da idéia de que homossexuais e bissexuais não optam por uma sexualidade. A autora complementa afirmando que a grande maioria dos indivíduos que se entendem enquanto homossexuais ou bissexuais não optam pela sua sexualidade, na verdade, optam por assumir ou não, para si ou para outrem, sua identidade sexual.

O processo de auto-identificação desempenha um papel crucial e decisivo na vida do indivíduo entrevistado. É um marco que descreve o fenômeno de reconhecimento de que a identidade de gênero atribuída ao nascimento não condiz com a realidade sentida. Um sinal principal desta fase é o estranhamento em relação ao próprio corpo. Em entrevistas com determinadas pessoas trans, esse estranhamento manifestou-se na infância, quando sentiam uma discrepância entre o corpo e a identidade de gênero. Elas se viam como crianças normais, embora abrigassem sentimentos que não pareciam adequados para o gênero que lhes foi atribuído (GOMES et al., 2018).

Indivíduos que não se identificam com o gênero atribuído ao nascer podem sentir o sistema binário de gênero como um padrão opressivo. A sociedade impõe regulações sobre as normas de gênero e qualquer desvio é frequentemente patologizado, visto que permite ao indivíduo expressar uma identidade que desafia a binariedade. Isso pode ser percebido como uma anormalidade, pois não se ajusta ao modelo corporal binário, resultando em vários tipos de rejeição. Isso pode levar a diversas formas de violência, uma vez que o sexismo e a homofobia são reforçados por esses sistemas binários (DA SILVA SOUZA et al., 2020).

A homofobia é uma forma de discriminação que rejeita não apenas a diversidade sexual, mas também todos aqueles que não se conformam com o papel de gênero biologicamente prescrito. Portanto, pode-se afirmar que a cissexismo é uma causa subjacente

de violência e invisibilidade transgênero, também conhecida como transfobia. A experiência do entrevistado é um exemplo, revelando um processo de auto-identificação repleto de conflitos internos e interpessoais (SILVA et al., 2015).

Apesar da falta de apoio de familiares ou de pessoas próximas, muitos indivíduos trans encontram consolo e compreensão ao se conectar com outros que compartilham experiências semelhantes. Com o tempo, eles começam a se perceber de acordo com o gênero com o qual se identificam. Nesse sentido, a importância das redes sociais é fundamental (DA SILVA STACK, 2020).

A necessidade de usar um nome social não está apenas relacionada à identidade de gênero, mas também serve para evitar situações constrangedoras. Jasmim, por exemplo, contou que por muitos anos teve que lidar com documentos originais que não refletiam sua identidade de gênero, e alguns com seu nome social. Ela pedia que as pessoas a chamassem pelo sobrenome, e as pessoas, por respeito ou receio, acabavam usando o seu nome social (FIUZA; DE FARIA PEREIRA, 2015).

Segundo o estudo de Martínez e Esteban (2017), a diferença entre o nome do registro civil e a aparência é a causa da discriminação, que pode levar ao isolamento social, ao desemprego e à distância dos serviços de saúde. Nesse sentido, a possibilidade de mudar o nome para reajustar os genitais ou mesmo não ajustar os genitais antes da cirurgia é um passo importante para a promoção da saúde geral das pessoas trans. Entretanto, mesmo diante das dificuldades de reconhecimento social, os entrevistados ainda acompanham seu próprio processo de transição de gênero, esse processo pode ser entendido como uma forma de equilibrar a trans identidade e o corpo.

2.2.3 O significado da sigla: LGBT

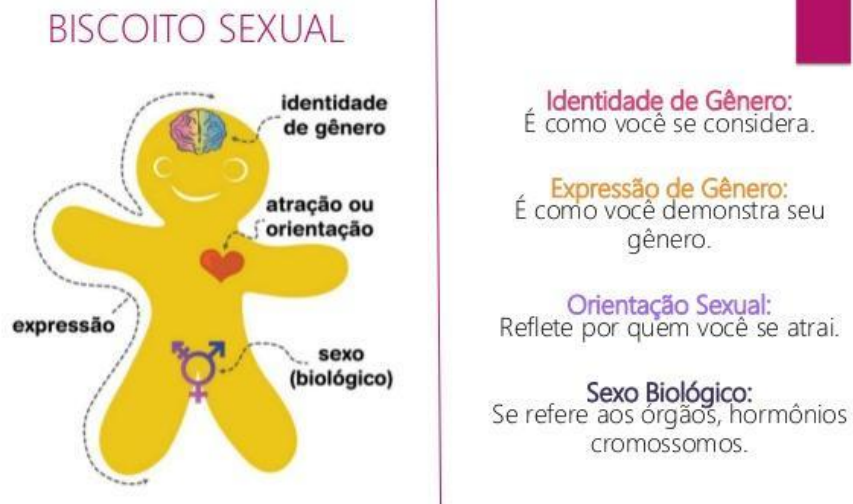
Ainda que as principais conceituações tenham sido já apresentadas durante o decorrer do capítulo, acredita-se ser relevante a explicação de todas as umas das letras que compõem a sigla da diversidade de sexual e de gênero, bem como de explicitar em que grupo (orientação sexual e/ou identidade de gênero). Cumpre-se registrar, por fim, que as letras **L**, **G** e **B** da sigla se referem à orientação sexual, conforme demonstrado, enquanto as siglas **T** e **Q** referem-se à identidade de gênero. A sigla, com o decorrer dos anos sofreu atualizações, de modo a contemplar mais identidades compreendidas pelo movimento. Sendo assim, muito

embora as siglas **I** e **A** não foram trabalhadas de forma detalhada na pesquisa, foram aqui explicadas dado à importância do reconhecimento destas.

Falar-se-á de cada identidade de gênero/ orientação sexual, de acordo com o critério de apresentação da sigla pré-determinado pelo autor. Reforça-se ainda que este fosse o único critério estabelecido, portanto o autor considera que cada performance humana tem a importância devida. De acordo com matéria desenvolvida pela plataforma Educa+ Brasil (2020), são essas as definições:

- **L** = Lésbicas: São mulheres que sentem atração afetiva/sexual pelo mesmo gênero, ou seja, outras mulheres.
- **G** = Gays: São homens que sentem atração afetiva/sexual pelo mesmo gênero, ou seja, outros homens.
- **B** = Bissexuais: Diz respeito aos homens e mulheres que sentem atração afetivo/sexual pelos gêneros masculino e feminino.
- **T**= Transexuais: A transexualidade não se relaciona com a orientação sexual, mas se refere à identidade de gênero. Dessa forma, corresponde às pessoas que não se identificam com o gênero atribuído em seu nascimento. As travestis também são incluídas neste grupo. Entretanto, apesar de se identificarem com a identidade feminina, constituem um terceiro gênero.
- **Q** = Queer: Pessoas com o gênero “*Queer*” são aquelas que transitam entre as noções de gênero, como é o caso das *dragqueens*. A teoria *queer* defende que a orientação sexual e identidade de gênero não são resultado da funcionalidade biológica, mas de uma construção social.
- **I** = Intersexo: A pessoa intersexo está entre o feminino e o masculino. As suas combinações biológicas e desenvolvimento corporal - cromossomos, genitais, hormônios etc. - não se enquadram na norma binária (masculino ou feminino).
- **Assexual**: Assexuais não sentem atração sexual por outras pessoas, independente do gênero. Existem diferentes níveis de assexualidade e é comum que estas pessoas não veem as relações sexuais humanas como prioridade.
- **+**: O + é utilizado para incluir outros grupos e variações de sexualidade e gênero. Aqui são incluídos os pansexuais, por exemplo, que sentem atração por outras pessoas, independente do gênero.

Figura 3: Principais conceitos do universo LGBT



Fonte: Sousa (2020).

Todos os conceitos apresentados na figura acima foram detalhadamente explicados durante toda a construção do presente capítulo. Cumpre-se informar que a ilustração apresentada é utilizada em diversos espaços educacionais, de modo a trazer os conceitos de forma lúdica a aqueles que desejam aprender.

CAPÍTULO 3

A PERCEPÇÃO DA POPULAÇÃO LGBT NO AMBIENTE UNIVERSITÁRIO E A INTERSECCIONALIDADE COMO MECANISMO DE LEITURA PARA AS OPRESSÕES

No capítulo anterior, apresentei os conceitos teóricos relacionados à gênero e orientação sexual. Neste capítulo busco compreender algumas ações presentes no ambiente universitário e que interferem de forma direta e indireta no acadêmico LGBT, principalmente nos espaços universitários por onde transitam. Em outras palavras, uma análise detalhada da relevância de coletivos universitários, bem como da importância de considerar o quão diverso é o movimento LGBT. Desse mesmo modo, compreender quais os impactos dessas percepções.

3.1 A população LGBT e ambiente universitário: percepções, discussões e contribuições

Dado que a conceituação de identidade de gênero e orientação sexual já foi feita, bem como a condição de marginalidade dos corpos dessa população considerou relevante compreender como é o processo da viabilidade dos corpos dissidentes na universidade. A partir do entendimento desse processo, foi identificada a relevância dos espaços de identificação e agrupamento desses indivíduos. Dessa forma, de acordo com Araújo e Carla (2013), a permanência estudantil, sobretudo de grupos historicamente marginalizados, tem se revelado importante temática de estudo.

Ferreira (2015) nos coloca que a orientação sexual e identidade de gênero já vêm se demonstrando um importante fato excludente dos indivíduos dos espaços estudantis. Tal fato está intrinsecamente atrelado às condicionalidades de permanência estudantil. Dessa forma, considerar o sofrimento vivido pela população LGBT em diversos aspectos, é compreender

que a LGBTfobia⁴⁵ é uma questão estrutural na sociedade e que, portanto, se faz presente no ambiente universitário, ocupando os espaços como Diretório Acadêmico, as atléticas que eram espaços que não se tinha uma diversidade de identidades de gênero pensando e discutindo o contexto universitário.

Bourdieu (1998) afirma que a educação formal é uma das responsáveis pela manutenção de privilégios de grupos historicamente dominantes, enquanto legitima e aprofunda a marginalização de grupos, também historicamente, periféricos. Nesse sentido, Ferreira (2015) afirma que as instituições educacionais em sua grande maioria não estão preparadas para lidar com a diversidade⁴⁶, bem como, com as suas mais diversas expressões da sexualidade. Ocorre que esse ambiente despreparado, por vezes, é responsável pelo abandono estudantil, em decorrência dos diversos tipos de violência. Desse modo, a falta de preparo perpassa os ambientes formais de educação que, por assim ser, acabam sendo reprodutores desse tipo de violência, seja pela omissão ou pelo silenciamento.

Importante considerar, de acordo com exposto, que a violências sofridas nos ambientes formais de educação podem refletir em aspectos mais longínquos da vida não é fácil para uma copa que foge dos padrões da sociedade finalizar o ensino fundamental, quem dera conseguir chegar numa universidade, tendo que enfrentar os olhares de pessoas acreditava que lugar de travesti e na rua agenciando o seu corpo e não na universidade, enfrentar professor que não respeita a identidade de gênero.

Sendo assim, no que se refere à pertencentes ao grupo LGBT, na universidade é a união entre os pares que busca ocupar um espaço onde sofrem uma mutilação social constante ao chegar no campus e ter conviver com pessoas que ainda não respeita e insiste em usar muitas vezes o nome falecido na chamada apenas para constranger perante uma sala, como o relato da Arauanis:

“Espera aí, o que você está fazendo aqui? ” O seu lugar é ali na avenida Costa e Silva e não no curso de Educação Física, até parece que alguma escola vai contratar um sapatão como você. Esse negocio de querer se

⁴⁵ De acordo com Ministério Público do Estado do Paraná, “A LGBTfobia está relacionada aos conceitos de preconceito e discriminação, que podem ser definidos da seguinte forma:

Preconceito: julgamento que fazemos sobre uma pessoa, sem conhecê-la, diante de alguma característica que ela possua. É uma crença ou ideia preconcebida sobre alguém, formulada com base em rótulos socialmente atribuídos.

Discriminação: atitudes diferenciadas e negativas em relação à uma pessoa, com fundamento em noções preconceituosas. Agressões verbais, psicológicas e físicas, exclusão do convívio familiar etc.

Dessa forma, a LGBTfobia refere-se à toda e qualquer forma de preconceito e/ou discriminação em relação à lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais”.

⁴⁶ De acordo com Silva e Balbino (2015, p. 2), diversidade é um “termo utilizado para compreender as extensas possibilidades de relações e identificações sexuais que cada indivíduo possui”.

homem sem pinto, quero ver nas aulas de natação como o “bonitinho” vai fazer, vai colocar sunguinha ou biquine. (ARAUANIS, 2021)

A violação sofrida por Arauanis não é algo fora dos padrões encontrados na sociedade, a inda se pensa na sexualidade como “senso comum pedagógico” fundamentam-se em princípios históricos, sociais e culturalmente construídos pela sociedade ocidental, estruturados, sobretudo, na manutenção da heterossexualidade e do binarismo masculino/feminino, principalmente nos cursos que são ocupados pelo padrão hétero viril que exhibe o corpo como objeto de sustentação de um falo⁴⁷. Nessa perspectiva, criou-se um conjunto de dispositivos que se vinculam diretamente à produção de corpos, sujeitos e identidades definidos e coerentes com a seqüência corpo-gênero-sexualidade. Neste sentido, Guacira Louro afirma que:

A premissa sexo-gênero-sexualidade sustenta-se numa lógica que supõe o sexo como “natural”, entendendo esse natural como “dado”. Ora, segundo essa lógica, o caráter mutável, a - histórico e binário do sexo impõe limites à concepção de gênero e de sexualidade. Na medida em que se equaciona a natureza (ou o que é “natural”) com a heterossexualidade, isto é, com o desejo pelo sexo/gênero oposto, passa-se a considerá-la como uma forma compulsória de sexualidade (LOURO, 2009, p. 92).

O questionamento realizado pelo colega de curso em Educação Física em relação a sua identidade de gênero, fazendo uma comparação como travestis atuam como profissionais do sexo acabam desqualificando uma profissional de forma pejorativa. É preciso pensar que o primeiro obstáculo da violência social passa pela universidade e se encontra depois de formado, “não basta ter um diploma na mão, preciso ser o melhor para quebrar esses padrões” (Arauanis, 2021).

Dito isso, é necessário problematizar que o nível socioeconômico baixo é outro fator expressivo na identificação de processos de violação de direitos, bem como se torna um fator que carece de maior atenção. Isso ocorre, pois:

A existência de transexuais, travestis e transgêneros em sociedade são revestidas por compreensões assimétricas derivadas de contextos morais, éticos e religiosos que fomentam a manutenção de um ideal perverso. Este quadro está diretamente associado à ausência de ações comprometidas com a inclusão social e diminuição da vulnerabilidade social, econômica e cultural deste grupo minoritário, seja pelo mecanismo estatal, ou mesmo através da coletividade que se apresenta completamente omissa. (MARTINS; COSTA, 2020, p. 2)

⁴⁷ Falo - Forma de representação do órgão reprodutor masculino como símbolo de fertilidade, de homem viril.

Tem-se, assim, que o fator econômico aliado à falta de comprometimento de políticas públicas repercute na vulnerabilidade desses corpos. O relato da Oxumarê, uma travesti negra que teve que sair de casa com 16 anos e conseguiu finalizar o ensino médio morando no “pensionato”, onde tinha que pagar agenciando o corpo nas ruas para viver, dialoga com essa problematização.

Mana teve horas que eu pensava em sumir desta vida, nunca pensei que seria tão difícil chegar aqui na universidade, na rua eu levei mijada de homens que se acha as mariconas que acha que vou fazer um atendimento por menos de 150 arô tah louca. Consegui estudar a noite lá no Hercules não tinha vergonha de falar que fazia e nem de assumir a minha identidade, sou barraqueira mesmo. (OXUMARÊ, 2021)

Oxumarê relata que no ensino médio teve ajuda de professores que entendiam a sua identidade de gênero e a respeitavam. Chegou a trocar alimento por sexo dentro da escola, “a minha maior felicidade foi quando passei no vestibular para fazer Artes Visuais, mulher a senhora precisava ver a minha felicidade” (OXUMARÊ, 2021). O fato de ter entrado num curso de graduação, que era o desejo de Oxumarê, mostrou que ela pode ir além do agenciamento do corpo nas ruas, teve uma perspectiva de futuro, e de uma aproximação familiar.

Quando Oxumarê se propôs a contar um pouco da sua vida na universidade, ela estava entrando no 3º ano de Artes Visuais, indo para o campo do estágio e com medo da prática, em ser recebida na escola por onde era obrigada a passar para cumprir a jornada acadêmica exigida para obter o título de licenciatura.

Na rotina universitária, ela se considerava uma diva no curso, por ser um curso com pessoas “abertas, a artes e vida, quem não é tem um pé no vale” (OXUMARÊ, 2021). Refletindo a sua convivência durante o curso, atualizando o contexto da conversa realizada em 2021, sendo amiga da gata, posso dizer que, no meio do 4º ano de Artes Visuais, ela foi aprovada no concurso para professora da rede Estadual de ensino, sendo hoje em 2023 professora de Artes, tendo a sua identidade respeitada pelos alunos e colegas de trabalho.

A emergência de professoras transexuais indica que existem sinais de uma direção do processo social em que transexuais conseguem acessar o mundo do trabalho e estabelecerem redes de solidariedade, contudo não se pode afirmar uma superação da transfobia nas figurações sociais (TORRES, 2010, p. 51).

A chegada de uma travesti graduada ocupando um espaço social, como professora que possibilita “sinais de fissuras na heteronormatividade”, são apontadas pelas professoras trans ao contarem sobre os enfrentamentos e lutas por seus direitos nas escolas, como alunas e

como professoras; pelo respeito ao nome social, à utilização do banheiro feminino e na forma como sua presença pode desencadear novas perspectivas de pertencimento para o segmento LGBT no âmbito escolar, sobretudo para alunos/as trans, a chegar na universidade.

A homofobia, que é responsável pela aversão ao “degenerados”, que fogem do padrão socialmente estabelecido, de acordo com Borrillo (2010 apud Moreira, 2011) é um elemento do que se entende por dominação masculina. No que se refere à homofobia, o autor pontua que:

[...] pelo simples medo de se relacionar mais intimamente com algum amigo do sexo masculino, mesmo que esse contato íntimo não tenha nada de afetivo ou sexual no meio, Borrillo (2010) fala ainda sobre o termo homofobia, que ao seguir a origem da palavra estaria errada por demonstra medo de iguais (homo = iguais e fobos = medo), o termo cunhado por Morin e Garfinkle (1978) seria mais adequado quando fala sobre o heterossexismo, que seria um sexismo, mas que colocaria a heterossexualidade como a forma de sexualidade correta e mais aceita pela sociedade (BORRILLO, MOREIRA, 2010; p.3).

Bourdieu (1998) associa a dominação masculina, citada por Moreira (2011), com o poder simbólico, que se configura a partir de uma forma particular de violência que se fortalece nos acordos sociais. Dado ao que foi exposto, busca-se compreender a leis, diretrizes e documentos regulamentares que visam à inclusão de grupos historicamente marginalizados.

Inicialmente, trazemos o art. 205 e 206, da Constituição Federal de 1988, que efetiva⁴⁸ o exercício da cidadania a partir da universalização a educação para todos os indivíduos sociais, conforme exposto abaixo:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

⁴⁸ Cumpre-se registrar que a educação é apenas uma das formas de exercer a cidadania. O texto Constitucional de 1988 é muito mais abrangente, e não se limita só à garantia da Educação.

V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

VII - garantia de padrão de qualidade.

VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos da lei federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006) (BRASIL, 1988, grifo nosso)

Já no texto mais importante para uma nação, que é a Constituição Federal, a educação é garantida para todos os indivíduos, independente de raça, cor, credo e orientação sexual. O texto constitucional pontua a necessidade de garantir não somente o acesso à educação, mas também se refere à permanência estudantil. A Constituição Federal surge como um marco das conquistas sociais, tão aclamadas e reprimidas no período ditatorial⁴⁹. De acordo com Miskolci (2012, p. 37), no que se refere ao texto constitucional que garante direitos básicos como o da educação, o texto de 1988 evidencia as que “diferenças ignoradas e sufocadas durante a ditadura afloraram na democracia clamando por reconhecimento e aceitação.”

Já nas diretrizes da educação nacional, descrita na Lei 9.394/1996: “Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional”, determinando de forma detalhada o funcionamento do sistema educacional no Brasil. Contudo, embora a lei esclareça sobre esse aspecto, a violência sofrida pela população LGBT no ambiente educacional ainda é uma realidade.

Compreender as políticas públicas voltadas a essa população é de fato refletir acerca da proteção dada pelo Estado no que se refere ao sistema educativo do país. Dessa forma, as políticas públicas revelam a quão inclusiva e emancipadora é a educação para este grupo de indivíduos. Hofling (2001, p. 2) orienta e conceitua o que se deve compreender por política pública, no trecho abaixo:

Políticas públicas são aqui entendidas como o “Estado em ação” (Gobert, Muller, 1987); é o Estado implantando um projeto de governo, através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade. Estado não pode ser reduzido à burocracia pública, aos organismos estatais que conceberiam e implementariam as políticas públicas. As políticas públicas são aqui compreendidas como as de responsabilidade do Estado – quanto à implementação e manutenção a partir de um processo de tomada de decisões que envolve órgãos públicos e diferentes organismos e agentes da sociedade relacionados à política implementada.

⁴⁹ A ditadura militar foi um momento político marcado pela forte repressão e pela perda de direitos sociais e políticos. O período se iniciou em 1 de abril de 1964 e foi até 15 de março de 1985.

Faz-se necessário, por assim ser, uma política voltada para essa população, pois se trata de indivíduos que historicamente são marginalizados por ser quem são. Também foi possível identificar o quão hostil pode ser o ambiente educacional e o abandono, na maioria dos casos entrevistados, pela própria instituição e pelas famílias.

Portanto, é importante que políticas públicas venham para assegurar e garantir direitos básicos, que são negados diariamente. Entretanto, antes mesmo de destacar importantes políticas voltadas para essa população, cumpre-se registrar que todas surgiram a partir de conquistas sociais, logo, não são políticas espontâneas e sim frutos da luta de grupos organizados.

Quando pensamos que iríamos, sair do armário, vem o Bozo no jornal Nacional inventado merda, do Kit Gay, aff... Mulher como esse asno teve a coragem de falar algo sem saber, o Projeto Brasil sem Homofobia construído com o movimento LGBT é tudo de bom, fico passada. (BRENDA LEE, 2021).

Na busca de políticas que assegurem direitos para essa população, destaca-se o Programa “Brasil sem Homofobia”, que foi criado em 2004 pelo Governo Federal, que busca fazer com que gestores públicos e profissionais da área da educação não permitam, e não reproduzam, atos discriminatórios que são traduzidos como forma de violência, seja ela física e/ou verbal. No que se refere ao programa, Miranda (2004) indica:

A expectativa é que essa integração interministerial, em parceria com o movimento homossexual, prospere e avance na implementação de novos parâmetros para definição de políticas públicas, incorporando de maneira ampla e digna milhões de brasileiros. As políticas públicas traduzidas no Programa serão exitosas porque é uma decisão de todos, elaboradas pelo consenso. Entretanto, a participação de cada um de nós como cidadão é importante para a consolidação dos direitos humanos como direito de todos (MIRANDA, 2004, p.7).

De acordo com Miranda (2004), o referido programa é uma forma de efetivar o exercício da cidadania é um importante avanço social e político, que de fato identifica a população LGBT. Em 2007, o Governo Federal estimulou o enfrentamento das violências vividas pela população LGBT, divulgando cadernos que versavam sobre orientação sexual e identidade de gênero. O Governo reconhece a necessidade de cada vez mais educar, aqueles que são responsáveis por transmitir a educação:

Considerando os planos de ação já existentes – Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) e Programa Brasil sem Homofobia (BSH) – a tarefa do Ministério da Educação é fazer com que a sua implementação, a médio e longo prazo, promova o enraizamento dessa agenda de enfrentamento ao sexismo e à homofobia nos sistemas de ensino e na

sociedade. No curto prazo, é indispensável atuar, de forma coerente e consistente, sobre as ações já em curso, visando a superar concepções limitadoras em que corpos, sexualidades, gêneros e identidades são pensados a partir de pressupostos disciplinadores heteronormativos e essencialistas (BRASIL, 2007, p. 35).

Sobre tal período, de acordo com Mello, Brito e Maroja (2012, p. 408-409), houve uma série políticas públicas que assegurem a população LGBT, sendo essas:

- criação do Brasil Sem Homofobia (BSH) – Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLBT e de Promoção da Cidadania Homossexual, em 2004;
- realização da I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, com o tema Direitos humanos e políticas públicas: o caminho para garantir a cidadania de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, em 2008;
- lançamento do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – PNDCDH-LGBT, 2009;
- publicação do decreto que cria o Programa Nacional de Direitos Humanos 3 – PNDH 3, 2009;
- criação da Coordenadoria Nacional de Promoção dos Direitos de LGBT, no âmbito da Secretaria de Direitos Humanos, 2010; e
- implantação do Conselho Nacional LGBT, em 2010, com representação paritária do governo federal e da sociedade civil.

Outra iniciativa, que também foi considerada um marco para a efetivação do exercício da cidadania da população LGBT por meio da educação, foi a Política LGBT inaugurada pela Universidade Federal de Pernambuco⁵⁰ em 2015. A Universidade Federal de Pernambuco foi pioneira entre as Universidades e Faculdades de Ensino Superior no Brasil no que diz respeito à elaboração e à efetivação de uma política voltada especificamente para a população LGBT. De acordo com informações divulgadas no endereço eletrônico⁵¹ da instituição, a política foi elaborada em parceria com: Ministério Público de Pernambuco, o Movimento Mães pela Igualdade, o Humanitas-Unicap e o Instituto José Ricardo, durante uma semana intitulada como “Semana do Amor Igual”. De acordo com a Universidade Federal de Pernambuco – UFPE (2015, p.1):

A Política LGBT da UFPE vai promover ações afirmativas, com o objetivo de minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais, reduzir as taxas de retenção e evasão escolar das pessoas travestis, transexuais,

⁵⁰ A principal referência temporal de criação da Universidade Federal de Pernambuco é o 11 de agosto de 1946, data de fundação da Universidade do Recife (UR). Criada por meio do Decreto-Lei da Presidência da República nº 9.388, a UR reunia um conjunto de escolas de nível superior existentes em Pernambuco. Disponível em: <https://www.ufpe.br/institucional/historia>

⁵¹ Disponível em: <https://www.ufpe.br/institucional/> Acesso: 10 abr. 2022.

transgêneros e intersexuais, bem como promover a inclusão social pela educação. Também vai promover ações preventivas, protetivas, direcionadas à saúde da população LGBT e voltadas para a pesquisa LGBT.

A Universidade conta com uma Diretoria LGBT, que tem como finalidade⁵²:

Planejar, coordenar e desenvolver ações visando à efetiva garantia de direitos e atuação em favor do respeito à dignidade das pessoas LGBTI+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexuais), favorecendo o ACOLHIMENTO, a INSERÇÃO e a PERMANÊNCIA na UFPE.

- **Ações preventivas:** campanhas de conscientização e sensibilização quanto aos direitos da comunidade LGBTI+; cine debates e cursos de capacitação para servidoras(es) e demais agentes públicos da UFPE.
- **Ações protetivas:** elaboração de mapeamento de LGBTfobia.
- **Ações direcionadas à saúde da população LGBT:** manutenção do Espaço de Apoio e Acolhimento de Pessoas Transexuais, das Travestis e Intersexuais (Espaço Trans) no Hospital das Clínicas - HC/UFPE.
- **Ações de pesquisa e extensão:** realização de eventos acadêmicos (aulões, debates, seminários, congressos, etc.) para promover o debate acerca das questões que envolvem a população LGBTI+ (UFPE, 2015; p.1).

Interessante observar que a Diretoria acima mencionada, responsável por efetivar o que está disposto na Política LGBT da Universidade, realiza ações por diversas perspectivas, bem diferente da realidade das universidades em questão. As ações não estão voltadas apenas para o acolhimento, após agressão sofrida por algum indivíduo, elas ocorrem também de maneira preventiva e por ações educacionais. A Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, no mês de maio de 2022, conseguiu implantar um banheiro neutro, onde o acadêmico pode ter a sua identidade de gênero respeitada.

Ainda de acordo com o disponibilizado no endereço eletrônico, a importância de uma política que reflita acerca da permanência estudantil dessa população é descrita da seguinte forma:

[...] A universidade, como uma instituição pública pertencente à sociedade, forma pessoas com uma visão ética, uma visão de cidadania, e que possam reagir a quaisquer tipos de violência ou de assédio às opções de gênero a que qualquer um tem naturalmente direito", disse o reitor Anísio Brasileiro durante o evento de lançamento. [...] (UFPE, 2015, p.1).

A Universidade, portanto, reconhece que enquanto instituição pública deve possibilitar que todos (as) os alunos (as), enquanto membros sociais tenham o direito de usufruir de um ambiente acolhedor e de não serem violentados por ser quem são. Por fim, Maraun (2017, p. 7) pontua que:

⁵² Disponível em: <https://www.ufpe.br/diretoria-lgbt/sobre> Acesso: 10 abr. 2022.

A situação de vulnerabilidade da população LGBT é percebida em função da ausência de legislação específica e enquanto o Brasil não avança no debate para prevenir, criminalizar, punir e erradicar a violência relacionada à orientação sexual e identidade de gênero, a prática de violência contra esse segmento avança silenciada pelas ruas, praças, casas, religiões, profissões, instituições. As violações de direitos humanos vivenciadas pela população LGBT envolvem variadas espécie de abusos e discriminações que vão desde a negação de oportunidades de emprego e educação, a ofensas, agressões, homicídios, etc. Suas ramificações se fazem notar no universo familiar, nas escolas, nos ambientes de trabalho, na justiça, na polícia, em diversas esferas do poder público – onde se manifesta a LGBTFobia institucional.

Com essa fala, Maraux (2017) provoca a reflexão do quanto ainda falta avançar para que a população de fato acesse a Universidade com segurança. Tal provocação dialoga, de maneira direta, com os resultados expostos aqui da pesquisa realizada pela ABLGBT, cuja violência sofrida é estatisticamente comprovada.

Sendo assim, é de grande valia compreender o papel de grupos e coletivos LGBT como uma importante forma de auto-organização que busca, entre pares, possibilitar o acolhimento e garantir a permanência de indivíduos historicamente marginalizados.

Diante do exposto, o que se observa é que os corpos que transitam os espaços hegemônicos de educação são marcados e sofrem diversos tipos de violências. Esses espaços, que deveriam garantir, no mínimo, a reflexão sobre diversidade, acaba por omitir e perpetuar que essas violências ocorram das mais diversas formas. A vulnerabilidade desses corpos em intersecção às questões sociais, econômicas e culturais e também a falta de atenção dos espaços formais de educação provoca e promove, assim, ainda mais formas de marginalização.

3.2 Interseccionalidade entre raça, identidade de gênero e orientação sexual

A seção aqui apresentada tem como objetivo o cruzamento entre identidades de gênero, sexualidade e raça no debate teórico contemporâneo conforme salienta Munanga (*apud* COSTA, 2012), mesmo com o fracasso físico do processo de “branqueamento” da identidade nacional, nasceu um novo mecanismo psicológico que manipulou o inconsciente nacional coletivo, impondo a superioridade da raça branca, sua cultura, seus valores, sua crença, seus ritos, menosprezando qualquer traço ideológico ou cultural da raça negra/mestiça. Este processo de “branqueamento” rompeu a escala do tempo e persiste até os dias de hoje, sob uma prática de repulsa e intolerância àquilo que é “inferior”, negando

qualquer valor à cultura de outros povos não inseridos na raça “branca”, com ascendência europeia.

A naturalização de um imaginário social, que investe explicitamente na eliminação de determinado contingente humano, tende a se materializar por práticas efetivas de extermínio. Wedderburn (2005) sustenta que, ao negar a presença física de uma população que você quer que desapareça, você fará de tudo para que fisicamente ela desapareça, e podemos observar nitidamente. É importante, também, compreender que, conforme Lilia Schwarcz (1998), a democracia racial aparece como uma alternativa de dominação que evita o confronto direto, sustentando as assimetrias raciais, assim o trato da questão racial se dá em uma dinâmica de silenciamento que impede a exposição do racismo, tal assimetria não poderia se perpetuar sem mecanismos institucionais que fossem capazes de ostensivamente privilegiar um segmento em desvantagem do outro.

O problema parece ser o de afirmar oficialmente o racismo e não de reconhecê-lo em sua intimidade, pois se esconde atrás de uma suposta garantia da universalidade e da igualdade das leis, onde na ordem do privado não se regula pela lei, no entanto, depende da esfera pública para sua explicitação, com uma mistura perversa de demonstração de etiqueta que mistura raça com educação e posição social e econômica (MORITZ, 1998, p. 182).

A perpetuação da democracia racial e o convívio harmônico entre as raças, em que brancos e não brancos vivem em perfeita harmonia, que começa a se consolidar a partir do século XX, incide sobre os diversos campos da vida social e prática institucional (FLAUZINA, 2006). De acordo com Moura:

O racismo tem, portanto, em última instância, um conteúdo de dominação, não apenas étnico, mas também ideológico e político. É por isso ingenuidade, segundo pensamos, combatê-lo apenas através do seu viés acadêmico e estritamente científico, uma vez que ele transcende as conclusões da ciência e funciona como mecanismo de sujeição e não de explicação antropológica. Pelo contrário superpõe-se a essas conclusões com todo um arsenal ideológico justificatório de dominação. (MOURA, 1998, p.42)

Importante compreender, de acordo com o exposto, que o racismo opera em diversas esferas sociais. Portanto, pode-se definir o racismo brasileiro como algo que se estruturou na nação, desde os tempos de escravatura, que se dura até os dias de hoje de forma silenciosa e arbitrária que mesmo não agindo escancaradamente, cotidianamente prende e mata pessoas negras, tornando-se, então, um projeto de genocídio permanente.

O racista nega esse quadro e, o que é pior justifica-o. Ele combate de maneira ferrenha qualquer proposta tendente a modificar o *status quo* socioracial, usando dos mais variados universalistas integracionistas e republicanos. Todos os argumentos apresentados sentido inverso, todas as estatísticas aduzidas para demonstrar a prevalência, na América latina, de um espantoso quadro de opressão racial são insuficientes; o racista é imune a tudo quanto não sejam razões para a manutenção dos privilégios unilaterais que desfrutam na sociedade. O racismo retira a sensibilidade dos seres humanos para perceber o sofrimento alheio, conduzindo-os inevitavelmente a sua trivialização e banalização. Essa barreira de insensibilidade, incompreensão e rejeição ontológica do outro, encontrou na América latina, a sua mais elaborada formulação no mito-ideologia da “democracia racial” (MOORE, 2007, p. 24-25)

Observado isso, acrescenta-se, ainda, os apontamentos de Flauzina (2006, p.32), ao dizer que:

O racismo está, portanto, nas bases de sustentação do processo histórico latino americano. Dentro de uma concepção que colocam negros e indígenas como barreira a nos separar da civilização, a partir de uma concepção que compreende os traços civilizacionais inscritos nos padrões europeus, nada mais natural do que investir esforços com vista a remover os segmentos que maculam a potencialidade da região. Assim se desenha todo um quadro simbólico refratário ao reconhecimento da existência desses agrupamentos, formatando-se as prerrogativas necessárias para que os empreendimentos genocidas pudessem ser levados a cabo. A conformação de um imaginário social que investe nitidamente para a eliminação de determinado contingente humano tende a ser materializada por práticas efetivas de extermínio.

Portanto, qualquer tema estudado mostra a extrema importância de serem abordados com o recorte étnico racial, pois as estruturas constituídas no Brasil permeiam a questão do racismo estrutural.

Desse modo, pode-se concluir que, por sua conformação histórica, a raça opera a partir de dois registros básicos que se entrecruzam e complementam: 1- como característica biológica, em que a identidade racial será atribuída por algum traço físico, como a cor da pele, por exemplo; 2. Como característica étnico-cultural, em que a identidade será associada à origem geográfica, à religião, à língua ou outros costumes, “a uma certa forma de existir. (ALMEIDA, 2019, p. 21-22)

Dito isso, é compreendido por meio da interseccionalidade que as formas de opressão são diversas e estruturais, não sendo possível entender e analisar essas variáveis de forma isolada, sobretudo quando se trata de corpos transvestidos. Afinal, de maneira geral, essa população é excluída das relações sociais que violentam suas identidades de gênero, sexualidade, raça, classe, entre outros marcadores sociais, conformando, assim, o sistema de dominação cisheteronormativo, capitalista, racistas e patriarcais.

Assim, para que ocorra a inclusão do outro, é imprescindível discutir as ressignificações sociais que frequentemente são negligenciadas pelo Estado, que impõe um modo de vida dominante a uma minoria, negando a efetiva igualdade de direitos a indivíduos que possuem uma cultura distinta, logo, um corpo marcado para ser diferente. (DERING; LOURDES; JANUÁRIO, 2021, p. 131)

Ao perceber isso é que se torna ainda mais necessário trazer as discussões sobre feminismo e, principalmente, feminismo negro, de onde surge o conceito de interseccionalidade, elaborado pela jurista Kimberlé Crenshaw. A autora elabora a discussão dentro do seu contexto, norte americano, entretanto esse pode ser aplicado nas mais diversas sociedades ao redor do mundo. Crenshaw (2004) se dedica a compreender como as opressões de gênero e raça se interligam e operam para a vulnerabilidade das mulheres negras. A autora afirma que “a interseccionalidade pode servir de ponte entre diversas instituições e eventos e entre questões de gênero e de raça nos discursos acerca dos direitos humanos.” (CRENSHAW, 2004, p. 8).

Megg Rayara (2017), de forma complementar, dedica-se a apresentar possibilidades de a orientação sexual, classe, geração, entre outras performances tidas como “fora do padrão” devem ser discutidas para melhor compreensão da população LGBTQIA+ nas diversas relações sociais. Akotirene (2019, p. 19), sobre o conceito de interseccionalidade, diz que ele:

Visa dar instrumentalidade teórico-metodológico à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado – produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais.

Biroli e Miguel (2015) mencionam que o conceito acima citado permite com que diversos autores se aprofundem a pensar nas relações sociais a partir da forma que elas são interligadas. Com isso, é possível uma melhor explicação sobre os sistemas de opressões que vão sendo criados e, cada vez mais, atualizados. Ampliando a discussão, Megg Rayara (2017, p. 35) corrobora ao dizer que o conceito tem sido usado por escritores negros homossexuais que relacionam o racismo e a homofobia em seus estudos, como Ari Lima (2006) e Alex Ratts (2007) os quais, de acordo com a autora, “têm fornecido elementos para uma análise das experiências de gays afeminados, viados e bichas pretas em diversos espaços.”

Crenshaw (2004) afirma que o conceito de interseccionalidade é extremamente desafiador, uma vez que entrelaça assuntos que até o momento são propositalmente invisibilizados pela sociedade. Não é à toa que conceitos como o ‘mito da democracia racial’ ainda perpetuam e ecoam socialmente. Nesse sentido, concordamos que estudar a

permanência, e qualidade desta, da população LGBT nas Universidades sobre a ótica da interseccionalidade não é uma tarefa fácil, vez que é mexer diretamente nas estruturas sociais que infelizmente direcionam a sociedade. No relato da Hijiras, acadêmica da UCDB, podemos verificar a importância do espaço acadêmico:

Gosto de chegar causando, sou bixa preta, pansexual, não binária que brinca com a desconstrução dos padrões encontrados na universidade. Quando chego no bloco B da as rachadas ficam me olhando, se é inveja da nega aqui ou deboche. Para mim o importante é ocupar o espaço e ser feliz. (HIJIRAS, 2021).

Ao falar dos corpos trans, travestis e não binários entende-se que trata de existências libertadoras e que fogem do sistema limitador imposto pelo binarismo e códigos sociais. Segundo Lamas (2009), o binarismo ao determinar o que é feminino e masculino impõe a esses corpos a forma como devem agir e se portar dentro dos espaços de convivência social. A autora, nesse sentido, indica que pessoas que fogem desses códigos impostos desafiam as estruturas falhas da sociedade, ao passo que provocam novas possibilidades de ser. Nessa discussão, Jovanna Baby, acadêmica da UEMS, relata que:

Quem vive de rótulos é produto do supermercado, sou travesti, odeio essa comparação higienista com as trans, novinhas que não sabe o que é militância, que não conhece a luta da Cris Stefanny, da Giovana Baby, que não luta com o movimento social, fica na passibilidade. (JOVANNA BABY, 2021).

Acerca da temática, Collins (2015, p. 14) afirma que “cada grupo identifica o tipo de opressão que se sente mais à vontade em atribuir como fundamental e classifica todos os outros tipos como menos importantes”. E é contrariando tal afirmação que esse capítulo é construído. Compreendemos, desse modo, que de nada adianta ignorar as opressões para refletir sobre os espaços de sociabilização. É sabido, conforme já abordado no decorrer da pesquisa, que a Universidade foi, e ainda é um local projetado para aqueles que performam o padrão cis, branco e heteronormativo, no entanto, a presença de corpos diferentes desse padrão estabelecido socialmente felizmente é uma realidade e compreender os atravessamentos sofridos por esses corpos é de suma importância para a elaboração dessa pesquisa.

Entendemos ainda que pensar as relações sociais nas Universidades construídas com a participação de corpos trans é por si só trabalhar o conceito de interseccionalidade. Durante as entrevistas foi tomado o cuidado de permitir que os diversos recortes possíveis da população LGBT fossem contemplados.

Sendo assim, foram entrevistadas pessoas não binárias, travestis, trans, cis pertencentes a diferentes raças e etnias com orientações sexuais diversas. Acredita-se que, com isso, os atravessamentos de ser quem se é dentro de um espaço a princípio não projetado para esse público, foram possíveis de serem observados e reforçaram o que até então aqui foi discutido.

CAPÍTULO 4

COLETIVOS LGBT NAS UNIVERSIDADES: IDENTIDADE E RECONHECIMENTO

No capítulo anterior, abordamos sobre as interseccionalidades de raça e gênero para chegar no espaço universitário, espaço formal educacional onde se inicia o foco desta tese. Foi apresentado, até então, o movimento LGBT e os acadêmicos participantes da pesquisa.

O presente capítulo objetiva demonstrar o aspecto identitário e de pertencimento presente nos coletivos acadêmicos LGBT. Antes mesmo de apresentar a discussão a partir do ambiente acadêmico, foi realizado uma breve contextualização do que foram os movimentos LGBT, bem como as pautas comuns de organização.

Na seqüência, a pesquisa trata de compreender a funcionalidade e as propostas gerais dessas organizações sociais dentro do espaço universitário. Cumpre-se registrar que tais espaços conquistados no ambiente Universitário acabam por ser um símbolo de resistência frente a uma sociedade excludente que marginaliza corpos.

Ainda dentro da temática, as diferentes percepções entre indivíduos LGBT que se reconhecem enquanto negros brancos e indígenas serão pautadas de modo a evidenciar a necessidade da construção de um espaço verdadeiramente diverso entre os pares.

4.1 Movimentos LGBT

Antes mesmo de compreender a importância dos coletivos e movimentos dentro do ambiente Universitário, é necessário compreender de que forma o movimento LGBT se organizou no Brasil. Conforme já mencionado, o ambiente educacional se torna um espaço de reprodução, em pequena escala, dos arranjos sociais. Evidente que o universo acadêmico terá questões mais específicas, ainda assim elas serão reflexos das questões estruturais que sustentam a sociedade.

O movimento LGBT⁵³, de acordo com Pereira (2016), surge de forma potente no Brasil ao final dos anos setenta, período de forte repressão militar. Com o objetivo de

⁵³ Segundo Pereira (2016, p. 117): “A sigla LGBT foi adotada na I Conferência Nacional GLBT, convocada pelo Governo Federal na gestão Lula, ocorrida em junho de 2008, após intensos debates. Importante ressaltar que a

caracterizar o movimento será utilizado a contextualização de Simões e Facchini (2009, p. 13) que pontuam:

O desabrochar de um movimento homossexual no Brasil se deu no final da década de 1970, com o surgimento de grupos voltados explicitamente à militância política, formados por pessoas que se identificavam como homossexuais (usando diferentes termos para tanto) e buscavam promover e difundir novas formas de representação da homossexualidade, contrapostas às conotações de sem vergonhice, pecado, doença e degeneração. Considerando tais características – de aglutinar pessoas dispostas a declarar sua homossexualidade em público e que se apresentavam como parte de uma minoria oprimida em busca de alianças políticas para reverter essa situação de preconceito e discriminação -, podemos dizer que o movimento político em defesa da homossexualidade no Brasil já completou trinta anos. O marco consagrado nessa historiografia particular é a formação do grupo Somos, em São Paulo, em 1978, na mesma época em que era lançado o *Lampião*, jornal em formato tablóide que se voltava para um enfoque acentuadamente social e político da homossexualidade, assim como de outros temas políticos afins e até então considerados “minoritários”, como o feminismo e o movimento negro.

Segundo pontuado pelos autores, o movimento surge para romper com a falsa concepção de que a homossexualidade se relacionava com características tidas como ruins. A trajetória do movimento LGBT no Brasil não se deu de forma linear e sofreu diversas alterações com o passar dos anos. As mudanças, de maneira geral, foram benéficas e surgiram de questionamentos provocados pela própria militância.

De acordo com Simões e Facchini (2009, p. 18), com todas as mudanças necessárias no modo de organização dos movimentos é fato que, cada vez mais, os (as) militantes questionam setores e estruturas sociais, a saber:

As reivindicações do movimento LGBT têm ganhado maior visibilidade atualmente, a ponto de suscitar projetos de lei em todos os níveis do Legislativo, assim como a formação de Frentes Parlamentares em âmbito nacional e estadual. Suas estratégias se diversificaram de modo a incorporar a demanda por direitos através do Judiciário, o esforço pelo controle social da formulação e implementação de políticas públicas, a produção de conhecimento em âmbito acadêmico, a formação de igrejas para homossexuais, setoriais em partidos políticos e, não menos importante, a construção de alternativas de política lúdica, como as próprias paradas e a organização de saraus, festivais, e mostras de arte, assim como a apropriação de manifestações já bem mais antigas na chamada “comunidade”, como concursos de Miss Gay ou Miss Trans.

sigla já adotou outras formas no passado e que, mesmo após o consenso construído na I Conferência, alguns preferem utilizá-la sob outras formas, de modo a contestar uma suposta hierarquia contida na atual sigla ou a ausência de outras identidades como as intersexuais, por exemplo”.

Os movimentos LGBT cada vez mais se organizam de forma política, de modo a exigir do Estado que políticas sejam construídas, e efetivadas, de modo a viabilizar o exercício da cidadania. Pereira (2016) frisa que o movimento LGBT não se trata de algo homogêneo e estático, mas de uma organização social e política, inconclusa, diversa e em constante movimento.

Colling (2015), ao realizar pesquisa que objetivava definir o que era o movimento LGBT, chegou à conclusão que ele é Ativismos das Dissidências Sexuais e de Gênero ou Ativismo *Queer*. Logo, os movimentos e coletivos LGBT são a luta pela legitimação das divergências sexuais e de gênero, somada com a luta pela legitimação de simplesmente não querer se rotular com nenhum gênero. Alude Pereira (2016, p. 118) sobre o tema, complementando:

o Movimento LGBT atua enfaticamente na conquista de marcos legais como a do matrimônio igualitário, leis antidiscriminação (com caráter punitivo) e de identidade de gênero (aquelas que permitem a mudança de nome civil de pessoas travestis e transexuais). O autor critica essa ênfase aos marcos legal, pois para ele os preconceitos nascem na cultura e por isso seria mais interessante atuar estrategicamente por meio de políticas e produtos culturais, uma vez que as leis modificam timidamente práticas preconceituosas.

De acordo com o autor, o movimento luta para que tenha o direito de existir tal qual como aqueles que não são considerados transgressores pelos próprios agrupamentos sociais. Ainda de acordo com o que Colling (2015, p. 240) descreve enquanto movimento LGBT, as organizações sócio-políticas “tenta forçar todas as pessoas não- heterossexuais e não-cisgêneras³ a se enquadrar em uma das identidades da sigla”, entretanto inicialmente eles rejeitavam aqueles indivíduos que não possuam identidade fixa ou homogênea, ou seja, aqueles que possuem gênero fluído.

A autora afirma que na tentativa de conquistar direitos aqueles considerados dissidentes, inicialmente, os movimentos LGBT acabavam por flertar com a heteronormatividade imposta e tão criticada. Os movimentos esqueciam – ou simplesmente não consideravam – aqueles que não correspondiam às expectativas que a heteronormatividade exigia, nem de forma positiva e nem negativa. Entretanto, salienta-se que com a dinamicidade dos coletivos e da compreensão da necessidade de constante

reconstrução, que hoje o movimento já incluiu outros indivíduos na sigla, alterando-a para LGBT⁵⁴. Observado isso, Pereira (2016, p. 119) pontua que:

O Movimento LGBT é um movimento rico, plural e composto por uma infinidade de sujeitos/as e práticas que visam, de um modo ou de outro, modificar o campo da cultura, efetivar e ampliar direitos e superar o quadro de violências motivadas pela discriminação e ódio contra aqueles/as que escapam às normas hegemônicas de gênero e de sexualidade, historicamente construídas no tecido social.

O principal objetivo desse movimento, embora não seja único, é o de pressionar o Estado para que este construa políticas públicas que garantam a promoção e proteção de direitos à população LGBT. De acordo com Secchi (2013, p. 11), a política pública deve partir de dois grandes princípios, sendo esses:

Uma política pública possui dois elementos fundamentais: intencionalidade pública e resposta a um problema público; em outras palavras, a razão para o estabelecimento de uma política pública é o tratamento ou a resolução de um problema entendido como coletiva- mente relevante.

Dito isso, a elaboração e reivindicação por políticas públicas que atendam a essa população auxilia no processo de entender que a violência LGBT é de caráter coletivo e não individualizado. Entretanto, alertam Mello, Brito e Maroja (2012b, p. 417) que é possível que as políticas públicas exerçam caráter conservadores, o que é um risco na conquista de direitos para essa comunidade.

Parece claro, porém, que as políticas públicas exercem um importante papel na manutenção e/ou superação das opressões de gênero e sexuais. De um lado, podem reforçar as desigualdades, quando as ações e os programas governamentais objetivam atender necessidades supostamente universais, ignorando demandas específicas de parcelas da população. De outro, podem contribuir para a redução de tais desigualdades, ao priorizarem os direitos sexuais e reprodutivos na agenda do governo, por meio da formulação e implementação de ações e programas dirigidos a este fim (Farah, 2004). No caso da segunda hipótese, as políticas públicas tanto podem assumir um caráter universalista, mas genericado e sexualizado, quanto a forma de políticas dirigidas a grupos específicos, a exemplo de programas de combate à homofobia nas áreas de educação, saúde e segurança.

Conforme explicitado, as políticas podem (e devem) exercer um caráter de transformação social, entretanto, podem também ser símbolo de retrocesso para uma sociedade, sendo, algo, portanto, que merece uma atenção maior.

⁵⁴ Embora nem todas as siglas foram abordadas durante o trabalho, todas foram brevemente conceituadas no decorrer do capítulo dois.

Esse reconhecimento de militante e ter acesso a população LGBT, que aproximou do projeto TransOdara e facilitou o processo de vínculo com as entrevistadas, sendo na sua grande maioria, não tem conhecimento dos direitos e deveres do Estado mesmo estando num curso de graduação, algumas ainda acredita que tenho uma identidade trans, que criou uma aproximação de poder ser chamado de irmã ou de mulher, esse processo de vinculação a essência de uma referência aos vínculos que conectam as pessoas umas às outras e considerando-se esses vínculos estáveis.

O habitat da identidade é o campo de batalha: ela só se apresenta no tumulto. Não se pode evitar sua ambivalência: ela é uma luta contra a dissolução e a fragmentação, uma intenção de devorar e uma recusa a ser devorado. Essa batalha a um só tempo une e divide, suas intenções de inclusão e segregação misturam-se e complementam-se (BAUMAN, 2005 p.47)

Refletindo nos pensamento de Bauman (2005), Stuart Hall (2006) apresenta o conceito do que denomina "identidades culturais" como aspectos de nossas identidades que surgem de nosso "pertencimento", ou seja se acredita que a minha copa também está no pertencimento da transexualidade, " as condições atuais da sociedade estão "fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça indivíduos sociais" (HALL, 2006), sendo assim substituídas pelas novas identidades, caracterizadas, entre outros aspectos, pela fragmentação do indivíduo moderno, fato que, segundo suas palavras, tem promovido grande mudança estrutural nas sociedades.

4.2 Trajetória dos movimentos LGBT

De acordo com Facchini (2005), o movimento LGBT pode ser definido em três grandes ondas, entretanto alguns autores já compreendem a existência de uma quarta, que inclusive é quando as teorias de gênero fluído começam a ser pautadas. As três ondas compreendidas pela autora têm como período histórico os seguintes intervalos de anos: 1º onda de 1978 a 1983; a 2º onda entre 1984 e 1992; e a 3º onda de 1992 a 2005.

Acerca das ondas, Pereira (2016, p. 120-122) explicita que cada uma representou as características que o movimento possuía em cada período histórico. O Movimento LGBT no Brasil representa um reflexo da história de luta e resistência de uma comunidade que sempre enfrentou preconceito e marginalização. Durante as últimas décadas, este movimento passou por diversas fases, cada uma com suas características e desafios únicos.

Na primeira onda (1978-1983), o movimento, então denominado Movimento Homossexual Brasileiro (MHB), emergiu no cenário político nacional através do grupo Somos e do Jornal Lampião da Esquina. Esta fase foi marcada pela luta simultânea contra a ditadura militar e pela politização da homossexualidade, o que muitas vezes gerava tensões e divisões dentro da própria esquerda brasileira. Durante este período, os debates possuíam uma natureza fortemente terapêutica, com a partilha de experiências pessoais gerando um senso de solidariedade e reconhecimento de problemas coletivos. Influenciados pelo pensamento feminista "o pessoal é político", os ativistas se organizaram em grupos de diálogo, reconhecendo as injustiças vivenciadas devido à sua orientação sexual. Desta fase, destaca-se também a formação do Grupo Gay da Bahia (GGB), o primeiro a se formalizar como uma ONG e a trazer demandas do Nordeste brasileiro para o movimento nacional.

A segunda onda (1984-1992) foi fortemente impactada pela epidemia de HIV/AIDS. Muitos ativistas migraram para a luta contra a doença, buscando respostas governamentais e melhores políticas de saúde. Esta fase também foi marcada pela despatologização da homossexualidade, uma luta liderada pelo GGB, que buscava a retirada da homossexualidade do Instituto Nacional de Assistência Médica (INAMPS). Durante esta onda, houve um declínio no caráter revolucionário de liberação sexual, enquanto se tornava necessário demonstrar à sociedade que os gays e lésbicas também eram "decentes". Durante este período, também surgiu a expressão "orientação sexual", contrapondo-se ao termo "opção sexual", e iniciou-se uma luta pela inclusão da não discriminação por orientação sexual na Constituição de 1988.

Na terceira onda (1992-2005), o Movimento LGBT experimentou um aumento no número de ONGs e grupos com variados formatos em todo o país. Neste período, as políticas neoliberais dos anos 90 incentivaram a organização do Movimento em formato de ONG e a disputa por projetos estatais, principalmente os relacionados à prevenção do HIV/AIDS. Com o passar do tempo, a pauta de política pública voltada para a saúde foi ganhando espaço, transformando-se em políticas de direitos humanos e cidadania durante o governo Lula. Durante a terceira onda, outras identidades - lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais - começaram a ganhar mais destaque no Movimento LGBT. Foi neste período que surgiram grandes redes nacionais, como a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), e a Liga Brasileira de Lésbicas (LBL), entre outras.

Ao longo dessas três ondas, o Movimento LGBT no Brasil evoluiu e se transformou, sempre buscando a igualdade e a aceitação. Apesar dos desafios e das tensões, a comunidade LGBT continuou a lutar e a se organizar, mostrando sua força e determinação. Cada onda trouxe consigo novos desafios, mas também novas vitórias, e a luta continua sempre buscando uma sociedade mais justa e igualitária para todos.

Interessante observar as principais mudanças em cada onda citada pelo autor. Na primeira, de forma geral, o movimento ainda estava se organizando, trazendo um aspecto político para e tinha forte característica terapêutica para aqueles que o compunham. Importante frisar também que, nesse momento, o movimento não fazia distinção dos conceitos de identidade de gênero e orientação sexual. Dessa forma, o que unia todos os (as) participantes era a marginalidade daqueles que tinham “opção sexual” diferente do que era socialmente permitido.

Já na segunda onda, uma das pautas prioritárias do movimento foi a “despatologização” da homossexualidade, ou seja, os indivíduos pertencentes ao movimento compreendiam que ter uma identidade de gênero e/ou orientação sexual que foge do padrão estabelecido socialmente não era uma patologia e sim uma forma de ser/agir.

Na terceira onda, o movimento LGBT se apresentava mais conciso e lutava pela elaboração e efetivação de políticas públicas, que prezavam pela proteção e garantia do exercício da cidadania daqueles que eram LGBT. Franchini (2005) identificou a presença das três grandes ondas citadas a aproximadamente quinze anos. De acordo com Pereira (2016), o movimento evoluiu de maneira significativa e certamente já está vivenciando a quarta onda.

É também nesse momento, dentro do contexto brasileiro, que frentes políticas conservadoras se fazem muito presente, o que reverbera na elaboração⁵⁵ de políticas públicas que de fato sejam benéficas para a população. Ainda de acordo com Teixeira (2014), já nessa “quarta onda” que o movimento LGBT agrega a teoria *Queer*, que permite a participação de “novos corpos” na construção política. A teoria *Queer*, agora presente, surge com o propósito de divulgar toda e qualquer forma de rotulação e de construção identitária, o que provoca os

⁵⁵ Em um momento que o movimento LGBT evolui de forma significativa e a pauta sobre despatologização aparentemente já havia sido superada, recentemente (2013) a proposta de um projeto foi aprovado na comissão de direitos humanos denominado como ‘cura gay’. O projeto compreendia que ser LGBT era uma doença e que, portanto, era passível de algum tipo de cura. Disponível em: <https://m.folha.uol.com.br/poder/2013/06/1297075-proposta-sobre-cura-gay-e-aprovada-em-comissao-presidida-por-feliciano.shtml>. Acesso em: 06 ago. 2020. O ex-presidente da Comissão de Direitos Humanos, mesmo em meio a quarta onda do movimento LGBT e teoricamente após a superação de pautas básicas como a de identidade de gênero, acredita que a orientação sexual é uma ‘moda’ e que, portanto, pode ser evitada. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/06/feliciano-chama-homossexualidade-de-modismo-ao-falar-com-ex-gays.html>. Acesso em: 06 ago. 2020.

coletivos a refletirem sobre novas perspectivas (COLLING, 2015). Pereira (2016, p. 123-124) pontua ser também característica dessa quarta onda da militância LGBT:

O ressurgimento de grupos não institucionalizados focados em ações de cunho lúdico-culturais; a ampliação de grupos LGBT universitários – a primeira edição do Encontro Universitário de Diversidade Sexual, o ENUDS, data de 2003 – atuando no interior das universidades brasileiras; a organização e atuação mais intensa das outras “letrinhas” (L, B e T); o aumento de núcleos, observatórios, disciplinas e grupos de pesquisa que tem difundido e produzido conhecimentos; e ativismos nas universidades e conseqüentemente a maior quantidade de eventos científicos com temas relativos à Gênero e Sexualidade.

Interessante observar que os movimentos passaram a se firmar também nos ambientes acadêmicos, fazendo com que cada vez mais a produção de conhecimento adquirisse caráter científico. Contudo, ainda hoje, as pesquisas e a produção de conhecimento institucional acabam por obter mais credibilidade e legitimidade. Dessa forma, a presença de produções a partir desses espaços fez com que a temática ganhasse mais notoriedade.

Os movimentos LGBT passaram também a ter mais participação nas zonas descentralizadas, o que foi de extrema importância haja vista que a discussão passou a atingir cidades e locais do interior. No que se refere à maior atuação política desses movimentos, que agora diretamente se organizavam para estar nos espaços de elaboração de políticas que fossem inclusivas. Pereira (2016, p. 125-127) cria um quadro para apresentar as principais conquistas, como podem ser vistas no Anexo A.

O autor pontua que as políticas possuem caráter transversal, sendo assim, não foram todas as políticas LGBT que foram citadas. Ressalta, também, que desde 2017 não houve criação de políticas transversais e por isso a tabela não foi complementada com leis desses últimos anos. Além disso, afirma que nenhuma dessas políticas foram criadas de forma espontânea e sem tensão. Todas é fruto do árduo trabalho dos movimentos LGBT que pressionam o poder público, interna e externamente, para que essas sejam elaboradas e colocadas em prática. Ainda de acordo com Pereira (2016, p. 127), como principais fatores limitantes dessas políticas foram:

o pouco impacto, pelo menos sentido, que estas políticas tiveram/tem exercido no cotidiano da vida de milhões de LGBT em permanente luta e resistência nas suas localidades (que, muitas vezes, sequer conhece os mecanismos criados) e os limites e retrocessos que os governos progressistas tiveram no que diz respeito à implementação de algumas políticas em face da coalizão partidária com setores antagonistas ao Movimento LGBT e da correlação de forças desfavorável, num sistema político, em que as minorias não são consideradas na composição dos governos ou não detém capital eleitoral atraente.

Possivelmente, um dos maiores exemplo desses retrocessos da implementação, citado no trecho acima, foi o material anti-homofobia⁵⁶ criado pelo Ministério da Educação que até 2020 ainda não foi implementado. Membros da política conservadora nomearam o material de ‘kit-gay’ como forma de desabonar o material criado. Há de se considerar, em visto disso, que a conquistas obtidas através da mobilização social foram muitas e que, portanto, devem ser vistas com respeito e como fruto de diversas tensões sociopolíticas.

4.3 Coletivos LGBT no ambiente acadêmico

Conforme já apresentado no decorrer do trabalho, o ambiente universitário reproduz uma estrutura social excludente para os LGBT’s. Partindo dessa compreensão, é evidente que a LGBTfobia é uma constante nesses espaços. Sendo assim, o papel dos coletivos LGBT dentro do ambiente acadêmico são formas de resistência para que se respeitem os distintos lugares de fala advindo das diferentes construções sociais que não as hegemônicas.

Borrillo (2009) indica que a universidade é um ambiente, por si só, excludente. Significa dizer que o ambiente acadêmico, que representa o acesso à educação superior, não foi planejado historicamente para corpos marginalizados. Desta forma, a universidade não foi planejada para negros (as), indígenas, pessoas LGBT e tantos outros corpos subalternizados.

Entretanto, a troco de muito tensionamento político, a universidade se tornou um ambiente que passou a ter que aceitar a presença de todos esses corpos. Não significa dizer que o ambiente Universitário se tornou, imediatamente, um ambiente acolhedor, mas sim que de acordo com o texto constitucional de 1988, foi dever de o estado viabilizar o acesso de todos (as), sem distinções, à educação.

No título II, que discorre sobre os direitos e garantias fundamentais, o art. 5º informa que:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I – homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição [...] (BRASIL, 1988, grifo nosso)

⁵⁶ Em 2011, o ministério da educação criou um material anti-homofobia, que seria divulgado nas escolas, como forma de evitar a LGBTfobia. Setores políticos conservadores foram contra a divulgação do material, afirmando que esses poderiam recuou. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2011/05/27/ministerio-da-educacao-esta-sendo-covarde-diz-jean-wyllys-sobre-suspensao-do-kit-gay>. Acesso em: 06 ago. 2020.

Já nesse momento inicial, o texto constitucional afirma que todos os indivíduos devem ser tratados de maneira igual aos olhos da lei. Na seqüências, no capítulo II, que discorre sobre os direitos sociais, é garantido por meio do art. 6º: “**São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição**” (BRASIL, 1988, grifo nosso). E, por fim, no capítulo III, seção I, que discorre especificamente a educação, no art. 208º indica que

O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria;

II - progressiva universalização do ensino médio gratuito; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009).

§ 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo (BRASIL, 1988, grifo nosso)

Portanto, a partir do exposto acerca do texto constitucional, é dever do Estado tratar a todos (as) de maneira igual, punir aqueles (as) que sofrem atos discriminatórios em razão da sua existência e de garantir o acesso à educação a todos (as) sem distinção. Entretanto, infelizmente, o texto constitucional por si só não é suficiente dado ao fato do processo histórico de colonização do Brasil, já apresentado durante essa pesquisa, ser estruturado em meio a barbárie de povos negros e indígenas. Por conta disso, foi necessário que o Estado elaborasse políticas públicas de acesso universitário a indivíduos historicamente desprivilegiados.

Sendo assim, conforme disposto na Lei 12.711, de 2012, foram estabelecidas formas de garantia de acesso ao ensino, partindo da perspectiva de que a população brasileira não se constitui em uma unicidade (em diversos aspectos) à qual se espera. Isto é, ainda que seja um direito de todos (as) o ingresso à educação, nem todos (as) possuem meios de acessá-la e de se

manter. Disponibilizam-se, abaixo, os artigos que se referem à inserção desses indivíduos na educação superior:

Art. 1º As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Parágrafo único. No preenchimento das vagas de que trata o caput deste artigo, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) per capita.

Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. (BRASIL, 2012)

A partir da exposição da Lei 12.711, observa-se que o Estado reconhece que os acessos não são igualitários. A partir do escrito, são ofertadas cotas que visam possibilitar acesso aos ambientes universitários àqueles que se autodeclararem pretos (as), pardos (as), indígenas e para aqueles indivíduos que possuam alguma deficiência e/ou que atendam o critério de renda pré-estabelecido em lei. De acordo com matéria disponibilizada pelo Ministério da Educação, a política de cotas foi avaliada pelo ex-ministro da educação da seguinte forma:

[...] A dificuldade de acesso à educação superior é um dos sintomas da desigualdade social do Brasil, avaliou o ministro da Educação, Aloizio Mercadante.

[...] Ele observou que a população negra representava 4% das matrículas em 1997, passando a 19,8% em 2011. Ações como o Programa Universidade Para Todos (ProUni), que já ofereceu mais de 1 milhão de bolsas a estudantes de baixa renda, e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), que expandiu e interiorizou a educação pública, contribuíram para aumentar o acesso dessa população ao ensino superior, disse Mercadante. Para o ministro, as políticas de acesso foram fundamentais para o crescimento da educação superior no Brasil.

Entretanto, Ribeiro, Moraes e Kruger (2019, p. 366) pontuam, em relação à falta de projeto, acerca da permanência desses (as) estudantes:

Como é sabido, com o processo de democratização do ensino superior no Brasil, através de políticas que ampliaram o acesso à Universidade, possibilitou-se uma diversidade de discentes nesse cenário. Isto é, alunos pretos, pardos, afrodescendentes, indígenas, vulneráveis economicamente e

alunos da rede pública de ensino, por exemplo, tiveram acesso à Universidade. Entretanto, o fato destes terem acesso à Universidade não lhes deu garantias de permanência.

Sendo assim, as políticas de acesso compreendem a necessidade de uma análise baseada no princípio da equidade, que entende que pessoas diferentes necessitam de olhares diferentes. Dessa forma, a partir das conquistas sociais presente na Constituição de 1988, bem como a partir da lei de cotas e considerando a compreensão de que o ambiente educacional é uma representação social, Borillo (2009) indica que a Universidade deveria proporcionar um ambiente que não permita a exclusão e a discriminação em detrimento de raça/cor, orientação sexual, identidade de gênero etc. O autor pontua que a Universidade deveria ser um ambiente diverso, em seu sentido mais amplo.

Entretanto, a academia segue sendo um local segregatório, discriminatório e extremamente excludente. Conforme pontuam Ribeiro, Moraes e Kruger (2019, p. 366):

Tais estudantes, com perfis divergentes daqueles que, social e historicamente, são tidos enquanto ideais e naturais no âmbito universitário, brancos, heterossexuais e com poder aquisitivo elevado, em comparação aos que se encontram divergentes desse modelo ideal, acabaram por encontrar nesse cenário acadêmico a atualização das desigualdades sociais e hierarquias de gênero, raça e sexualidade. Desigualdades essas já enfrentadas em seu cotidiano e reimpressas/reproduzidas no cenário universitário.

Nesse sentido, Santos e Chauí (2013) afirmam que o ambiente acadêmico é uma instituição político-social carregada de valores morais, apoiados com os pactos sociais previamente já realizados, dotado de hierarquias e tem sido pano de fundo para grandes reproduções de privilégios e violências, físicas e morais.

Tomando tal apontamento como verdade, é necessário compreender como esse processo hierarquizado e de manutenção de poder ocorre para que se reflita acerca das possibilidades da construção de novas formas de diálogo, como bem confirma Scott, Lewis e Quadros (2009, p. 15):

[...] O discurso institucional, o material didático, bem como as relações professor-aluno e as estabelecidas entre os grupos de pares apresentam-se como lócus de atualizações da sociedade mais ampla, apontando para a necessidade de percebermos a escola como um importante lugar que oferece a sua própria configuração de relações de poder. É neste sentido que o lugar privilegiado para repensar essas hierarquias, é no diálogo com as reflexões e interpretações das experiências trazidas por professores, bem como uma conscientização de suas várias formas de expressão e implicações para os grupos situados em posições diversas, frequentemente marginais, não somente na escola, mas também fora dela.

Seguindo o exposto por Scott, Lewis e Quadros (2009), e Ribeiro, Moraes e Kruger (2019, p. 366) pontuam que:

o exercício de pensar a LGBTfobia, que tem como manifestações o preconceito, a violência e a discriminação contra a comunidade LGBT no âmbito universitário, é estar atento para o fato de que historicamente a comunidade LGBT sofre preconceito e opressão/perseguição por sua orientação sexual e identidade de gênero, tanto em sua dimensão afetiva, quanto cultural. A primeira trata da não aceitação ou da rejeição às homossexualidades; a segunda diz respeito à intolerância a quaisquer ações políticas que venham a garantir direito e igualdade à comunidade LGBT.

Sendo assim, pensar LGBTfobia é refletir acerca de possibilidades de enfrentamento, no entanto, é necessário fazer esse movimento para romper com a estrutura violenta infelizmente posta. Ocorre que, ainda assim, esses ambientes são duramente acessados por indivíduos historicamente marginalizados. Logo, pensar na comunidade LGBT no universo acadêmico “é estar ciente de que esta tende a ser posta em uma categoria de uma humanidade menor, de não-sujeito” (RIBEIRO; MORAES; KRUGER, 2019, p. 366). A situação se torna ainda mais violenta quando ser LGBT é somado com o ser negro, indígena e/ou deficiente.

Foucault (1978) afirma que aqueles que outrora passaram pelo violento processo de uma tentativa de cura, por serem considerados fora do padrão eurocêntrico, ainda hoje sofrem os reflexos de uma tentativa, igualmente violenta, de constante normatização. O autor complementa afirmando que, é a partir dessa tentativa de regulamentação social que as violências e discriminações se fundamentam, e, quando relacionado ao ambiente acadêmico, criam-se barreiras de inclusão e permanência.

Embora com todas as limitações pautadas acerca das políticas de acesso, Amaral (2014, p. 156) pontua:

Apesar de, nas universidades, o perfil de estudantes, pesquisadores/as e professores/as ter se mantido o mesmo durante muito tempo, vem ocorrendo um processo de diversificação em relação às origens e aos posicionamentos políticos identitários dos sujeitos no seu interior, como o ocorrido pela introdução de políticas de Ações Afirmativas.

A partir desse cenário violento e excludente e da maior presença desses corpos marginalizados, o movimento estudantil, no qual os coletivos LGBT se inserem, são importantes espaços de acolhimento e de resistência frente a essas opressões enfrentadas. Amaral (2014, p. 153), sobre o movimento estudantil, indica que:

O movimento estudantil tem sido historicamente o ator social privilegiado de ação coletiva e manifestação do conflito nas universidades. Sendo uma das principais expressões do protagonismo juvenil, ele continua sendo uma

possibilidade legítima de inserção e atuação política para um grande número de estudantes. Seu posicionamento político reivindicatório perante o Estado durante a ditadura militar se enraizou no imaginário social como o seu grande momento de atuação.

O movimento é uma forma de organização coletiva junto aos pares, que luta por pautas que contribuem com o desenvolvimento social e busca o rompimento com toda e qualquer forma de violência. Gohn (2011) complementa que os movimentos sociais⁵⁷ são organizações que visam ações coletivas cuja finalidade é de viabilizar direitos que podem surgir de violência já vivida por um determinado grupo.

Abaixo, Gohn (2011, p. 336) cria uma definição ainda mais detalhada dos movimentos sociais:

Definições já clássicas sobre os movimentos sociais citam como suas características básicas o seguinte: possuem identidade, tem opositor, e articulam ou fundamentam-se em um projeto de vida e de sociedade. Historicamente, observa-se que têm contribuído para organizar e conscientizar a sociedade; apresentam conjunto de demandas via prática de pressão/mobilização; têm certa continuidade e permanência [...]

A partir da perspectiva do autor, os movimentos sociais se organizam como um meio de resistência para a construção de novas estratégias e possibilidades, atuando de forma propositiva a partir de análises do ambiente já formado. Segundo afirma Amaral (2014, p. 156), no que se refere aos movimentos LGBT dentro do ambiente universitário:

Podemos apontar a ação dos Coletivos Universitários de Diversidade Sexual, grupos que se articulam dentro das universidades e que têm denunciado o espaço institucional universitário como produtor e reproduzidor de lógicas excludentes em relação a diversidade sexual. Esses coletivos surgem com a intenção de ser um espaço de trocas de experiências sobre a vivência da homossexualidade e da lesbianidade e para o estudo de textos teóricos relacionados à diversidade sexual. Logo no início, já percebem a necessidade de agir politicamente para mudar a situação de subalternidade que enfrentavam nos diversos espaços da sociedade, entre eles a universidade. Com o tempo, esse espaço de troca passa a se configurar como uma rede de sociabilidade para gays, lésbicas e também heterossexuais aliados a causa na universidade que possibilitou que várias denúncias de discriminação na universidade surgissem.

Para além do caráter político presente no agrupamento político, o autor chama atenção da construção de um espaço de sociabilidade que os (as) integrantes acabam por também construir. Os movimentos sociais, nesse sentido, apresentam-se enquanto potentes ferramentas inovadoras que possibilitam a troca de saberes e forte capacidade de articulação.

⁵⁷ O movimento estudantil faz parte dos movimentos sociais aqui citados.

Via de regra, os movimentos sociais buscam o rompimento com situações de opressão e/ou desigualdades.

Ainda no que se refere à conceituação do movimento estudantil, Foracchi afirma que estes:

representam uma situação nova... Abrem-se horizontes de participação que são novos pelas oportunidades que o jovem encontra de conviver com outros que compartilham dos seus problemas, envolvendo-se, na busca comum das alternativas desejadas, criando compromissos semelhantes com a condição que, no momento, define as suas vidas e que é a condição de jovem. (FORACCHI,1972, p. 7475).

A militância, que se responsabiliza pela organização dos movimentos e coletivos, exerce, portanto, uma importante função. De acordo com Vieira (2015, p. 33-34):

Em suas variadas linhas de ação, a militância age promovendo a problematização das realidades, assim trazendo para a construção o que chamamos de narrativas e discursos concorrentes. As lutas de cunho político convergem, de modo mais geral, em situações que prezam por dar às pautas LGBT mais visibilidade no cenário nacional. Consideraremos a militância, movimento de ressignificação dos conteúdos simbólicos, como um dos atores responsáveis pelos discursos concorrentes ao discurso dominante.

A militância poderá agir a partir de realidades locais ou de ampla magnitude, entretanto, sempre irá problematizar as construções naturalizadas que se apóiam em discursos silenciadores que prezam pela discriminação (BOURDIEU, 2014). Segundo Fonseca (2008) os movimentos estudantis devem seguir os seguintes princípios:

Descentralização: o coletivo não pode ser hierarquizado, dessa forma as decisões devem seguir de forma que não seja centralizada, para tanto devem ser decididas de maneira conjunta, levando em conta as diferenças e tensões criadas no próprio grupo. Todas as decisões tomadas de forma coletiva, devem levar em conta os respectivos lugares de fala dos seus integrantes, de modo a compreender a heterogeneidade existente no grupo.

Participação: Todos (as) aqueles que compõem o grupo devem participar de todos, ou da maior parte, atividades do grupo. Os (as) integrantes devem estar alinhados com as reflexões, decisões e possíveis ações a serem tomadas. Caso não haja participação do grupo é importante, ainda de maneira coletiva, que se reflita acerca dos fatores motivacionais para o não envolvimento dos demais com as atividades propostas.

Transparência: Para que o ambiente de fato seja democrático, faz-se necessário que todas as informações sejam ofertadas de forma transparentes. Não existe democracia se os métodos são obscuros. Para a utilização de possíveis formas de melhorar a transparência do coletivo, o grupo poderá se utilizar de mecanismos como ata de reunião e votação para o dia da reunião

Cooperação: A cooperação será responsável para que as ações aconteçam de fato coletivamente, e será de extrema importância no processo de transparência. Quando existe cooperação, para além do grupo transcender a perspectiva individual e de fato

caminhar para ações de bem comum, as diversas vozes que o compõem são de fato materiais para novas estratégias e possíveis problematizações.

No que se refere à cooperação, de acordo com o que Freire (1997, p. 39) indica:

Sem ela é inviável uma experiência democrática autêntica. A tolerância não é, porém, posição irresponsável de quem faz o jogo do faz-de-conta. Ser tolerante, não é ser conivente com o intolerável, não é acobertar o desrespeito, não é amaciar o agressor, disfarçá-lo. A tolerância é virtude que nos ensina a conviver com o diferente, a respeitar o diferente.

Assim, tolerância se apresenta como uma forma de reconhecer o outro, de compreender as demandas trazidas de modo a agregá-la no coletivo de luta. Entretanto, a tolerância, bem como o processo de cooperação devem estar alinhados com o propósito dos coletivos, portanto, não deve ser um mecanismo utilizado para desvio do propósito inicial.

Para além do importante papel de ruptura, os coletivos também exercerão um importante função de representatividade de determinados grupos, no caso do tema aqui proposto, os coletivos cumprem o papel de representar indivíduos universitários LGBT. Acerca da importância dos coletivos, enquanto forma de agrupamento, segundo Justino (2017, p. 46):

O sistema heteronormativo e machista precisa ser mudado nas bases tanto na escola quanto na cultura do povo brasileiro. A escola tem que estar melhor preparada para lidar com essas questões e fazer o ambiente escolar o mais tranquilo e acolhedor possível. Um profissional da educação não pode interferir na orientação sexual ou identidade de gênero de um aluno e sim ajudá-lo a se preparar para a sociedade. No entanto, muitos alunos LGBT encontram soluções para poder sobreviver a um ambiente tão hostil como esse e procuram formar famílias LGBT como coletivos de pessoas do segmento que se auto protegem da sociedade heteronormativa. Andar e viver em grupos para se defender inclusive nas escolas é uma estratégia de sobrevivência.

Desse modo, os coletivos oferecem para além de tudo, um local de acolhimento, pertencimento e resistência. Evidentemente, ressalta-se que é de extrema importância pontuar o caráter político exercido por esses agrupamentos, contudo, é um local de conforto para aqueles que não são aceitos dentro do contexto acadêmico.

Considera-se extremamente importante pontuar a necessidade de que os coletivos sejam internamente diversos. Respeitar o lugar de fala e compreender que as violências operam de forma diferente para cada um daqueles que compõem os coletivos LGBT é de extrema importância. Por isso, faz-se necessário que o espaço seja, de fato, acolhedor para todos (as) aqueles (as) que o compõem. Portanto, considerar todo o contexto histórico sob

qual o Brasil foi constituído é compreender qual o grau de marginalidade dos corpos que ali estão.

CAPÍTULO 5

COM QUEM FALEI PARA O DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA? APRESENTANDO OS FUNDAMENTOS DE ANÁLISE E OS SUJEITOS ENVOLVIDOS NO PROCESSO DE PESQUISA

No capítulo anterior, apresentei o movimento LGBT e as ações presentes no ambiente escolar e que, a seu modo, interferem de forma direta e indireta no acadêmico LGBT, principalmente nos espaços universitários por onde transitam. Neste capítulo, iniciamos com a apresentação dos interlocutores da pesquisa, realizada nas Universidades Estadual e Federal de Mato Grosso do Sul e na Universidade Católica Dom Bosco em Campo Grande MS e nos espaços onde cada um dos acadêmicos ocupa quando retomamos a concepção de lugar de fala.

Os sujeitos envolvidos no processo de pesquisa totalizam 9 (nove) estudantes das seguintes instituições universitárias: Universidade Federal De Mato Grosso do Sul/UFMS, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/UEMS, Universidade Católica Dom Bosco/UCDB. De cada universidade, três indivíduos da população LGBT (podendo ser lésbicas, gays, bissexuais, transexuais ou travestis) foram entrevistados, sendo: um branco (a), outro indígena e o terceiro indivíduo negro (a).

Todos(as) os(as) participantes são estudantes de graduação e de idade entre 18 e 30 anos. Ainda, são indivíduos pertencentes à população LGBT. Dito isso, cumpre-se registrar que as informações referentes aos critérios raça/cor, orientação sexual e identidade de gênero são autodeclaradas conforme mencionado no roteiro de pesquisa. No quadro abaixo, disponibilizou-se o pseudônimo, bem como o grupo pertencente e também a Universidade de estudo.

O quadro 4 elenca, para melhor visualização, os indivíduos já previamente apresentados a partir das características centrais necessárias para o desenvolvimento da pesquisa proposta.

Tabela 3: Sujeitos envolvidos

SUJEITO (PSEUDÔNIMO)	UNIVERSIDADE PERTENCENTE	ORIENTAÇÃO SEXUAL	IDENTIDADE DE GÊNERO	RAÇA/COR
Keila Simpson	Universidade Federal do Mato Grosso do Sul	Homossexual	Não binário	Pardo
Brenda lee	Universidade Federal do Mato Grosso do Sul	Homossexual	Cisgênero	Pardo
Oxumarê	Universidade Federal do Mato Grosso do Sul	Homossexual	Não binária	Preta
Madame Satan	Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul	Homossexual	Cisgênero	Parda
Santo Onofre	Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul	Bissexual	Transexual	Preto
Jovanna Baby	Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul	Bissexual	Travesti	Preta
Marcela Malta	Universidade Católica Dom Bosco	Pansexual	Não Binário	Preta
Arauanis	Universidade Católica Dom Bosco	Hétero	Transexual	Branco
São Sebastião	Universidade Católica Dom Bosco	Homossexual	Trans não binário	Não declarado

Fonte: Autor (2021).

A partir do quadro acima, é possível identificar os sujeitos que possibilitaram o desenvolvimento dessa pesquisa e a possibilidade de diferentes perspectivas a serem apresentadas a considerar a pluralidade dos (as) entrevistados (as). É importante verificar que o quadro traz um recorte diverso dentro da perspectiva da proposta de pesquisa deste estudo, o

que permite promover as intersecções e reflexões a partir do lugar de fala, compreendendo que, conforme Djamila (2017), este é o espaço de historicizar corpos não vistos ou que, pelo processo histórico, foram excluídos. Assim, ao trazer diferentes sujeitos em espaços que, anteriormente, eram canonizados por uma elite branca, possibilitamos rasurar a colonialidade do ser, conforme discutida e apresentada por Dering (2021).

Diante dessa explicação, é importante destacar que, na grande maioria, os sujeitos participantes da pesquisa são militantes que tentam ocupar espaços que ainda tem dificuldade em aceitar algumas identidades de gênero, por exemplo. Isso dialoga com a perspectiva dos autores aqui citados e nos permite compreender que estes espaços, embora ditos plurais hoje, se tornam assim apenas no modo de serem vistos e não vivenciados, acarretando problemáticas diversas para os corpos “destoantes” que ali se fazem presentes.

Entre as questões que são discutidas, elas se voltam para a aceitação quanto à identidade e transformação, que são presentes e dialogam com os diversos tipos de violência que os (as) participantes sofreram ao longo de sua trajetória de vida e acadêmica. É importante, ainda, que a partir das falas e as inferências que elas nos permitem, refletir sobre como a modernidade/colonialidade constrói formas de aceitabilidade de si e do outro para que esses corpos possam (ou não), diante essa visão, ocupar um espaço que a eles foi também pertencem.

Para ampliar essa discussão, seguimos, adiante, com a explicação dos pseudônimos de cada um(a) dos(as) sujeitos da pesquisa e, a partir da explicação, nos propomos a discutir sobre as identidades de tais pseudônimos. Com essa percepção, é possível ampliar a visão de como esses corpos ocupam/ocuparam os espaços acadêmicos.

5.1 Explicando os pseudônimos e discutindo acerca das identidades

Os lugares de fala dos participantes da pesquisa, bem como suas identificações e outras questões, foram trazidos até aqui delineando as questões de corpos marginalizados em diferentes espaços. Neste instante, trazemos as explicações de seus pseudônimos para que elas possam se interseccionar com a análise de seus relatos. Para tanto, é importante compreender determinadas observações quanto à temática. Segundo Machado (2008), a Associação Americana de Psicologia explica a orientação sexual como sendo o sentido de identidade com base na atração humana. Desse modo, o comportamento relacionado e participação em uma comunidade com outros grupos irá determinar qual a orientação sexual de cada ser humano.

O autor ainda explica que os cientistas, de um modo geral, não sabem as causas exatas da orientação sexual, entretanto, acreditam que ela é causada por uma interação de genética/hormonal com influências ambientais. A orientação favorece as teorias de base biológica que apontam os fatores genéticos, o ambiente uterino no início e, em alguns casos, a inclusão de fatores genéticos e sociais.

Entretanto, não há nenhuma evidência substancial que sugira ou indique a escolha da orientação sexual de modo livre, e, ao longo dos anos de vida, que as experiências desempenham um papel importante em sua definição. As investigações têm demonstrado que a orientação sexual varia, assim, a atração para o sexo oposto para a se transformar em atração exclusiva para o mesmo sexo.

Nesse contexto, observada as pontuações dos fatores que levam a essa discussão, é possível compreender que a orientação sexual é uma forma abreviada de atração sexual e, ampliando a discussão com Hall (2006), podemos dizer que a orientação sexual inclui:

- Heterossexualidade: atração do sexo oposto;
- Homossexualidade: atração pelo mesmo sexo;
- Bissexualidade: atração pelos dois sexos;
- Assexualidade: não sente atração a qualquer gênero.

O binarismo não é uma concepção suficientemente abrangente para discutir a sexualidade, especialmente no contexto das discussões LGBTQ+. De fato, é necessário revisar e questionar determinados padrões para que não continuemos a reproduzir conceitos coloniais que excluem corpos da sociedade com base na forma como eles expressam sua sexualidade.

Adicionando a essa discussão, Machado (2008) sugere que as definições de orientação sexual incluem a direção dos desejos eróticos de um indivíduo ou um componente comportamental que influencia a sexualidade humana. A compreensão científica e profissional da orientação sexual é a base para identificar o comportamento humano na definição de sua orientação. Machado continua a explicar que a orientação sexual se refere a um padrão persistente de atrações emocionais, românticas e/ou sexuais para homens e mulheres e que a atração é comumente escolhida para descrever essas preferências. Vale ressaltar que, em muitas culturas ao redor do mundo, a orientação sexual é usada para descrever pessoas que expressam essas atrações.

De acordo com Jesus (2019), em Salvador, que era a capital do país quando ainda era uma colônia de Portugal, em 1591, havia uma africana do Congo que havia sido escravizada e vendida a um sapateiro. Ela era conhecida como Keila Simpson. A existência de Keila Simpson foi trazida à luz por meio da pesquisa de Luiz Mott, que estudou os sodomitas no Brasil, usando a documentação inquisitorial encontrada nos arquivos na Torre do Tombo em Portugal como base (Jesus, 2019).

A história de Keila Simpson evidencia que a presença e experiência de pessoas transgênero e não conformes com o gênero é uma constante na história humana, transcende culturas e não é um fenômeno recente. Isso reforça a idéia de que os debates sobre sexualidade e identidade de gênero são fundamentais para uma compreensão mais completa e inclusiva da humanidade. Keila Simpson, batizada de Francisco, lutou para sobreviver em meio ao ódio e ao preconceito. Keila Simpson dizia respeito a um título para pessoas que governavam o Reino do Congo, significando Senhor do Congo. Jesus (2019, p. 3) afirma que Keila Simpson:

coberta com um pano que prendia com o nó para frente, à moda dos quimbanda de sua Terra Natal, e apesar de sua condição desumanizada, imposta pelos homens brancos, os candangos, ela andava sobranceira por toda Cidade Baixa, às vezes subindo para a Cidade Alta e voltando, a serviço do seu senhor, ou só passeando, inclusive para encontrar os seus homens. Diz-se que Keila Simpson era conhecida por ser muito namorada. Mesmo no inferno da escravidão havia frestas, sempre escavadas pela gente negra.

A história de Keila Simpson é uma das primeiras evidências documentadas de uma pessoa transgênero, embora o conceito e a linguagem usados para descrevê-la fossem diferentes na época. Como você mencionou Keila Simpson a foi considerada culpada de sodomia de acordo com as leis da época, que tinham uma concepção muito diferente de práticas sexuais fora da norma heterossexual e da identidade de gênero do que o entendimento contemporâneo.

Essa história é um exemplo poderoso de como as idéias coloniais moldaram as percepções e tratamentos de identidade de gênero e sexualidade, criando estigmas e práticas de exclusão que continuam a ser sentidos em nossas sociedades contemporâneas.

Além disso, é importante destacar que a história de Keila Simpson e a repressão da diversidade sexual e de gênero aconteceram em um contexto de colonização em que outras formas de cultura e expressão africana, incluindo práticas religiosas e culinárias, também estavam sendo suprimidas ou transformadas.

Por exemplo, a capoeira, que é hoje reconhecida como um elemento importante do patrimônio cultural brasileiro foi desenvolvido por escravos como uma forma de resistência disfarçada de dança. Da mesma forma, o candomblé, uma religião que incorpora deidades africanas como Iemanjá, surgiu no Brasil como uma maneira de manter as tradições religiosas africanas em um contexto de supressão religiosa.

A culinária brasileira também foi profundamente influenciada pelas tradições africanas, como o uso do leite de coco, azeite de dendê e a preparação de feijoada. Essas são apenas algumas das muitas maneiras pelas quais a influência africana pode ser observada na cultura brasileira contemporânea, mesmo em face da violenta repressão colonial. O seu panteão é composto por um conjunto de entidades da cosmologia africana, ameríndios, do espiritismo kardecista, contando ainda com grande influência do sincretismo católico, inseridos devido à proibição imposta pelos poderes institucionais do seu período inicial.

Não se pode conferir à Umbanda um padrão único de culto, pois há dentro dessa religião uma série de variantes que se estabelece de terreiro para terreiro, estando elas condicionadas de acordo com o entendimento do médium chefe. Podem até ser percebida em suas denominações, tal a variedade a qual se apresenta. Umbanda, Quimbanda, Umbanda Branca, Umbanda Esotérica, entre outras, pois as denominações não param por aí, indo muito além.

O mito de Oxumarê se constituiu como explicação da origem e existência dos seres e entes. O mito é característico da linguagem oral, transmitido por meio das histórias, ensinamentos e compreensões acerca da sexualidade humana. No que diz respeito ao Mito de Oxumaré, este se classifica como um Orisá, nomeado de Orixá ou santo, cuja tradição é africana.

A memória sobre a religiosidade, a espiritualidade e a filosofia africanas é mantida por meio da tradição oral dos antepassados, preservada a partir das palavras dos iniciados nas religiões, sendo transmitidos por meio das linhagens físicas ou espirituais. Se afirmar que nos cultos de religiões de matrizes africanas, os xamãs, pais e mães de santo poderão participar dos rituais vestidos com roupas tanto do sexo masculino, quanto do feminino, mesmo que não se identifique com sua identificação sexual.

Sobre o Candomblé, apresenta-se como uma religião que aceita a diversidade, aberta a todos de qualquer origem racial, étnica e geográfica, sendo destaque o Orixá Oxumaré, o qual, de acordo com Reis:

é originário de Mahi, no antigo Daomé, onde é conhecido como Dan. [...]. Dizem que Oxumaré seria homem e mulher, mas na verdade este é mais um ciclo que ele representa: o ciclo da vida, pois da junção entre masculino e feminino é que a vida se perpetua. Oxumaré é um orixá masculino. Oxumaré é um deus ambíguo, duplo, que pertence à água e à terra, que é macho e fêmea. Ele exprime a união de opostos, que se atraem e proporcionam a manutenção do universo e da vida. Sintetiza a duplicidade de todo ser: mortal (no corpo) e imortal (no espírito). Oxumaré mostra a necessidade de movimento e transformação (REIS, 2000, p.128-129).

Oxumaré se define como o Orixá dos ciclos, da continuidade e da permanência, sendo representado por meio de uma serpente que morde a própria cauda, sendo conhecido como macho e fêmea, sendo representado por meio das cores azuis e vermelhas. Abramovay (2004) explica que a orientação sexual é distinta de outros componentes de sexo e gênero, incluindo sexo biológico, identidade de gênero (o sentido psicológico de ser do sexo masculino ou feminino), e papel social de gênero (as normas culturais que definem o comportamento feminino e masculino), pois, de acordo com orientação sexual, também é possível explicar o contexto a qual ele se integra na sociedade.

De acordo com Machado (2008), o comportamento oriundo da opção sexual está intimamente relacionado à sua orientação, mas ele é distinto da identidade sexual, pois aqui nos referimos à concepção de um indivíduo de si, e o comportamento referente aos atos sexuais executadas pelo indivíduo. Os indivíduos podem ou não podem expressar a sua orientação sexual em seus comportamentos e declararem para a sociedade a adoção de um padrão comportamental aliados à sua identidade sexual. O termo pode, no entanto, refletir um determinado contexto cultural de modo a contextualizar-se fora da realidade da maioria, e com isso se auto excluir ou passar a integrar uma minoria sexual.

Em estudos relacionados à orientação sexual visam analisar o grau de atração sexual que as pessoas sentem umas pelas outras, porém, os cientistas costumam usar os termos de concordância ou discordância para estabelecer um padrão. Assim, se uma mulher que se sente atraída por outras mulheres, mas se diz heterossexual ou apenas tem relações sexuais com homens será que tais informações são suficientes para determinar se ela é homossexual ou lésbica, e sua identidade comportamental sexual pode ser considerada heterossexual (SILVA, 2000, p. 88).

Segundo Hall (2006), a identidade sexual também pode ser usada para descrever a percepção de uma pessoa de seu próprio sexo, em vez de orientação sexual, pois, este termo tem um significado semelhante à orientação sexual, e os dois termos são, freqüentemente, usados alternadamente, mas a preferência sexual sugere um grau de escolha involuntário da pessoa.

A vida e a carreira de João Francisco dos Santos, mais conhecido como Madame Satã, são emblemáticas na história LGBT do Brasil. Madame Satã transgrediu as normas de gênero de sua época ao realizar performances femininas e se vestir como mulher, enquanto ainda mantinha uma persona pública de macheza e virilidade, desafiando as normas sociais e culturais em um contexto de profunda marginalização e violência.

Sua história oferece uma visão profunda do complexo cruzamento de raça, classe, sexualidade e identidade de gênero no Brasil do início do século XX. Em uma época de discriminação violenta e preconceito, Madame Satã se recusou a ser invisível ou a se conformar, em vez disso, optou por viver sua vida de maneira autêntica e audaz. Isso, sem dúvida, foi a causa de muitos dos desafios que enfrentou, mas também é parte do que o torna uma figura tão icônica e importante na história LGBT do Brasil.

No entanto, é importante ter em mente que, embora as experiências de indivíduos como Madame Satã e Keila Simpson nos forneçam vislumbres valiosos da vida e lutas dos indivíduos LGBT no passado, elas também devem ser contextualizadas dentro das concepções e práticas sociais de suas respectivas épocas.

Além disso, conforme você mencionou anteriormente, é crucial distinguir entre orientação sexual (a quem uma pessoa é atraída emocional e/ou sexualmente) e identidade de gênero (como uma pessoa se identifica em termos de gênero), já que essas são duas facetas distintas da identidade de uma pessoa. Isso é importante não apenas para o entendimento teórico, mas também para o respeito e a compreensão adequada das experiências e identidades das pessoas LGBT na vida real. Já Santo Onofre foi um eremita que viveu no Egito no final do século IV, sendo caracterizado como um homem de cabelos e barbas que desciam até o chão, usando uma tanga de folhas. Os eremitas viviam sozinhos, isolados e despidos literalmente de roupas, com ausência de vida sexual, dedicando-se à vida com Cristo. Onofre foi monge em um mosteiro, sendo chamado para a vida solitária no deserto, vivendo apenas de ervas e do pouco alimento que encontrasse. Onofre é invocado para se livrar de vícios, como o alcoolismo.

No que se relaciona ao Jovanna Baby inicia-se a discussão enfatizando que se vive em uma época de transformação para os direitos de lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros (LGBT), sendo alvo de visibilidade e aceitação as diferenças sexuais e de gênero. Por sua vez, a homofobia internalizada refere-se aos estereótipos negativos, crenças, estigma e preconceito envolvendo a comunidade LGBT e/ou pessoas que sintam atração pelo mesmo sexo, querem sejam ou não identificam pela como LGBT.

A homofobia internalizada pode ser um problema sério para muitas pessoas LGBTQ+, muitas vezes levando a sentimentos de vergonha, baixa auto-estima e isolamento. É um reflexo das atitudes negativas em relação à homossexualidade que são perpetuadas na sociedade e absorvidas pelos indivíduos. Por isso, pode ser útil para as pessoas LGBTQ+ entender e reconhecer a presença da homofobia internalizada para poder desafiá-la e superá-la.

A homofobia também é fortemente influenciada por fatores socioculturais, como você mencionou, incluindo idade, etnia, localização geográfica, raça, sexo, classe social, educação, identificação partidária e status religioso. Diferentes culturas e religiões têm diferentes atitudes em relação à homossexualidade, e essas atitudes podem desempenhar um papel significativo na formação da homofobia.

Em relação à desconstrução do cisgênero e da heteronormatividade, isso se dá através da educação, da conscientização e da defesa dos direitos das pessoas LGBTQ+. É importante desafiar as suposições culturais predominantes sobre o que é considerado "normal" ou "natural" em termos de identidade de gênero e orientação sexual.

A pesquisa e o ativismo têm desempenhado um papel fundamental nessa área, ajudando a lançar luz sobre a diversidade das experiências humanas e a promover uma maior compreensão e aceitação das pessoas LGBTQ+. No entanto, ainda há muito trabalho a ser feito, particularmente em sociedades e comunidades onde a homofobia e a transfobia são ainda muito prevalentes.

É fundamental o envolvimento da sociedade como um todo nesse processo, pois as mudanças reais e duradouras só podem ocorrer quando as atitudes e comportamentos da sociedade mudam em um nível amplo e sistêmico. Essa mudança requer um compromisso contínuo de todos nós para aprender, crescer e evoluir em nossa compreensão e aceitação das diversas experiências humanas. Dois-Espíritos dizem respeito a gêneros diferentes, renomadas por terem status especial em suas respectivas tribos anteriores à chegada dos europeus. A transição acadêmica de *berdache* para *Two-Spirit* não significou somente uma mudança semântica, sendo o prenúncio da ruptura da autoridade antropológica ao escrever e representar a história cultural indígena (DRISKILL et al. 2011). “A literatura que aborda a aceitação de dois espíritos se fundamenta na antropologia, sendo enfatizado por ativistas não-conformistas sexuais/de gênero” (DRISKILL et al. 2011, p. 10).

Sobre os termos travesti e transexual, há relatos que reconhecem fenômenos de mudança de gênero em muitas culturas e povos, como as Hijiras na Índia (FÁBIO, 2016). Na

cidade de Varanasi, ao norte da Índia, os homens são vítimas de castração, passando a se vestir como mulheres, sendo aceitos na cultura.

Os homens são castrados pelas sacerdotisas que usam uma adaga para remover o pênis e os testículos, mas mantendo-os vivos, objetivando serem seus escravos, tornando-se eunucos, vestidos de mulher e marcados para servir somente a quem lhe castrou (FÁBIO, 2016). A castração pode ser feita tanto com mulheres, quanto com homens, sendo feita por mulheres especializadas. Os homens castrados podem se juntar aos Hijiras ou ficar com suas famílias, mas, na maioria das vezes, vestem-se de mulher.

São Sebastião viveu no século III sendo um soldado admirado por Diocleciano e Maximiano que estes lhe deram o comando da primeira corte (Legião de Infantaria). “Porém, Sebastião teria usado o uniforme militar com a única intenção de fortalecer o coração dos cristãos, o qual se debilitava com as perseguições” (VARAZZE, 2003, p. 177).

Varazze (2003) afirma que São Sebastião defendia os cristãos, curando doentes e pagãos. São Sebastião era retratado de forma ambígua em relação ao seu gênero, havendo erotização de sua figura. No poema nominado Martírio de São Sebastião (1911), de Gabriele D’Annunzio (1863-1938), musicado por Claude Debussy, emergiu uma devoção homoerótica ao oficial de Diocleciano.

5.2 As histórias e as identidades dos estudantes universitários presentes na pesquisa

O método de pesquisa já foi explicado com detalhes ao (à) leitor (a) no decorrer do capítulo dois. Nesse sentido, esse item tratará apenas de expor e discutir as entrevistas realizadas com os acadêmicos LGBT das instituições universitárias de ensino selecionadas para a produção de dados da pesquisa. Para melhor orientar a leitura quanto aos relatos e reflexões, este subcapítulo se organiza em 2 tópicos: (a) Identidade e transição, e (b) Discriminação, preconceito e trajetória acadêmica.⁵⁸

Identidade e transição

A percepção sobre identidade e transição pretende trazer, nas perguntas realizadas, como as pessoas entrevistadas se perceberam e como foi esse processo para si e nas suas relações. Assim, aqui a identidade e transição aparecem de diferentes formas, uma vez que na

⁵⁸ Para maior fluidez na leitura, nessa parte do texto, optei pelo discurso indireto livre, sem as colocações, a todo momento da referência do relato, que serão percebidas conforme o texto vai se construindo. Essa técnica permite ao leitor uma leitura mais livre e amplia a compreensão dos discursos e das reflexões realizadas.

intersecção entre orientação/cor/raça/etnia influência no como esses corpos se marcaram os espaços em que ocupam.

É importante compreender que a consciência de identidade se forma pela existência, resistência e outros fatores sociais e culturais que envolvem essa construção. Nesse sentido, as práticas colonizadoras são formas de imposição que, por meio da colonialidade, se fazem presentes nas instituições que compreendem a humanidade.

Diante disso, faz-se necessário salientar que a cultura é fator predominante. “Dessa forma, a cultura de um povo é transmitida por meio de suas narrativas, que representam suas memórias, norteadoras de sua identidade enquanto povo, e que uma vez dominada ou ‘civilizada’, poderá ser controlada e extinta.” (CUNHA, 2021, p. 38). Logo, as narrativas que seguem dialogam com essa proposta de como os sujeitos perfazem sua história e suas relações com os demais sujeitos e o meio.

Começaremos com Keila Simpson. Keila cursa Ciências Biológicas na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), tem 28 anos, sexo biológico masculino, sua identidade de gênero é não binária, homossexual e parda. A identidade de gênero é um fator que faz com que Keila seja diferente quando pontuamos a colonialidade do ser. Em uma sociedade heteronormativa, o não binarismo já é algo que pode ser visto de modo incomum ou até errado. Deste modo, perguntamos à Keila quanto ao processo de transição para assumir a sua identidade de gênero. A entrevistada indica que:

[...] foi toda uma pesquisa, na verdade, né. Porque antes eu me considerava totalmente gay. Aí depois de um tempo que começaram a debater mais essas questões de gênero, que eu fui atrás pesquisar realmente como é, como é ser cada um, do tipo, como é se assumir, como é se identificar e como é essa transição que eu fui começando a ter mais coragem de, entendeu, de poder mostrar esse lado. Do caso, não binário que você vai se identificando e uma hora você não tá bem daquela forma, no caso, como a gente era considerado totalmente masculino e uma hora você não tá bem e aí você vai criando coragem através da pesquisa. Na verdade, de ir se identificando com outras pessoas que passaram por isso.

Os depoimentos de Keila Simpson e Brenda Lee evidenciam bem a complexidade e a singularidade da experiência de compreender e revelar a própria orientação sexual e identidade de gênero. Ambos tiveram que enfrentar o desafio de viver de acordo com sua verdadeira identidade em uma sociedade que frequentemente não entende ou não aceita essas identidades. Eles tiveram que negociar a sua própria percepção de si mesmos e a maneira como os outros percebem, muitas vezes em um ambiente hostil ou incompreensivo.

A experiência de Keila Simpson nos mostra que, mesmo em um ambiente onde ela sentiu que sua família "já sabia" e onde ela não precisou explicitamente revelar sua orientação sexual, ainda havia questões complexas a serem negociadas em termos de identidade de gênero e de como expressar essa identidade para os outros.

Já o relato de Jovanna Baby destaca a luta e a dor que podem estar associadas a crescer com uma orientação sexual que é estigmatizada pela sociedade, principalmente quando isso ocorre em um ambiente familiar que também é preconceituoso. A "estranheza" que ele sentiu em relação a si mesmo desde a infância é um indicativo da falta de aceitação e compreensão que muitas pessoas LGBTQ+ sentem quando confrontadas com as normas de gênero e sexualidade impostas pela sociedade.

Ambos os relatos ilustram a noção de que a identificação de gênero e a orientação sexual são processos em constante evolução, influenciados não apenas pela auto-percepção individual, mas também pelo ambiente social e cultural mais amplo. Eles também destacam a necessidade de se desafiar e desmontar a colonialidade do gênero e da sexualidade, que muitas vezes marginaliza e inferioriza aqueles que não se enquadram nas normas dominantes.

Finalmente, os relatos lembram que a violência, tanto física quanto simbólica, desempenha um papel significativo na manutenção dos preconceitos e da marginalização das pessoas LGBTQ+. Conforme indicado por Bourdieu, essas formas de violência são muitas vezes legitimadas pela sociedade, tornando ainda mais desafiador para as pessoas LGBTQ+ viverem autenticamente e serem aceitas por quem são. Jovanna Baby, ao contrário de Keila, diz já saber sobre sua orientação sexual desde os seis anos de idade. Nesse sentido, perguntou-se com quantos anos ele contou para os familiares sobre a orientação sexual, obteve-se a seguinte resposta: "não...eu ainda não contei. É tudo muito implícito, assim a minha mãe sabe, sabia que eu namorava, mas não teve um dia que eu me sentei e conversei não". Já para os amigos, o entrevistado indica ter revelado sua orientação sexual há aproximadamente doze anos.

O que se observa nos relatos de Keila e Jovanna Baby é que ambos, no seio familiar, deixaram o assunto implícito, como se aquela instituição social já soubesse sobre o assunto e, aos amigos, isso tenha sido revelado por meio de conversa. Pode-se depreender que pela possível represália e dependência que tal instituição causa, bem como as possíveis violências sociais, retomando Bourdieu, o não contar e deixar subentendido é uma forma de existência desses corpos, ao mesmo tempo em que também é uma forma de resistência, no sentido de se permitir existir para além das amarras da colonialidade.

A outra entrevistada da UFMS foi Oxumarê. Trata-se de uma estudante de Artes Visuais, 27 anos, travesti não binária e preta. Diferente dos demais participantes, o corpo de Oxumarê performa-se enquanto um corpo que não é cis. A interseccionalidade entre identificação e raça/etnia é outro fator que promove, dentro da colonialidade, a exclusão de sujeitos. Portanto, as formas como a sociedade vêem, vivencia e aceita/rejeita as interseccionalidades devem ser observadas, principalmente nos espaços em que a pluralidade e diversidade deveriam existir em diálogos.

No que se refere à orientação sexual, Oxumarê diz: "É muito criterioso quando se pensa a não binariedade. Então eu fico muito na dúvida porque geralmente a gente tem um pensamento de sexualidade gênero muito ocidental né. Então eu tento não me prender a essas nomenclaturas. Mas o parâmetro que seria o meu corpo eu seria homo, mas a minha mente age de conflito com isso."

Quando questionado como foi o processo de transição e de compreensão da identidade de gênero, Oxumarê diz que:

A minha transição foi muito natural no sentido de que eu nunca me bloqueei de ser quem eu sou desde muito criança: afeminada no comportamento, né. Então, acho que isso ele é dono de mim desde muito nova. Mas essa descoberta, essa compreensão do que é a não binariedade, o que é a transexualidade, o transgênero. Ela começou a surtir na minha cabeça a partir dos 15 anos. E por volta lá dos seus 22, 23 anos eu me afirmei publicamente enquanto uma travesti não binária. Mas a questão do corpo feminino sempre foi presente em toda a minha trajetória, né. A não normatividade, no caso. Eu falo que todas as normas, eu vou contra elas desde muito cedo.

O que se nota, diante deste relato em intersecção com os demais é que os processos para os participantes acabam por ser uma forma de compreensão de si e explicam como esse corpo, enquanto linguagem e forma de representatividade se fazem presente nesta concepção de sociedade moderna a qual discutimos pela perspectiva decolonial. Nesse sentido, vale retomar que a compreensão de um corpo se historicizar (RIBEIRO, 2007) está vinculado ao modo como este se projeta e resiste. Por isso, ao transitar por esses espaços e rasurá-los como um corpo que difere do padrão social normativo precisamos tomar a perspectiva decolonial, pois é por ela podemos superar uma visão de sociedade tradicional (MIGNOLO, 2010) e conceber tal superação não pela negação do que existe, mas pela forma crítica em ver, entender, interpretar e explicar as experiências desses corpos nesses espaços (DERING, 2021).

Os depoimentos de Keila Simpson e Madame Satan ressaltam que o auto entendimento e o autorreconhecimento quanto à orientação sexual e à identidade de gênero podem ocorrer em idades muito variadas e de maneiras distintas. Para Keila, que se identifica como trans, a revelação da orientação sexual para a família ocorreu numa idade relativamente tardia (16-18 anos), e sua identidade de gênero ainda está em processo de ser completamente compreendida e aceita por sua família.

Madame Satan, por outro lado, parece ter tido uma compreensão de sua orientação sexual desde cedo (por volta dos 6 ou 7 anos), embora não haja informações adicionais sobre quando e como ele compartilhou essa informação com os outros. No caso dele, mesmo sendo um homem cis e branco, ainda enfrenta a exclusão por sua orientação sexual.

Esses relatos apontam para a diversidade de experiências em relação à descoberta e à revelação da própria identidade de gênero e orientação sexual. Eles também ilustram a idéia de que essas descobertas não são eventos pontuais, mas processos contínuos que podem ser influenciados por uma série de fatores, incluindo o ambiente cultural e social, as atitudes familiares e as experiências pessoais.

Além disso, esses relatos também apontam para a complexidade das interações entre identidade de gênero, orientação sexual, raça e classe social. Mesmo dentro da comunidade LGBTQ+, existem diferenças significativas nas experiências das pessoas dependendo desses fatores, com algumas pessoas enfrentando níveis mais altos de marginalização e exclusão do que outras.

Reafirma-se a necessidade de uma abordagem interseccional ao estudar e discutir questões de gênero e sexualidade, de modo a levar em conta a totalidade das experiências de uma pessoa e a maneira como diferentes sistemas de opressão podem interagir e se sobrepor. Em seguida, foi questionado quando o estudante contou sobre a sua orientação sexual para os seus familiares. Foi respondido que “Eu nunca precisei contar pra ninguém da minha família. No meu âmbito familiar isso sempre fluiu muito bem.”. Diferente do que acontece com alguns relatos aqui, o que se percebe é algo que poderia ser considerado menos violento, na visão da participante. Embora não se possa afirmar apenas pelas falas, o contexto sociocultural já discutido anteriormente nos permite inferir que ser cis e branco auxilia na aceitação da identidade diferente de quem é pardo e preto e que se identifica como não binário ou trans.

Também se perguntou com quantos anos que o entrevistado revelou a sua orientação sexual para os seus amigos (as). Madame Satan afirmou que “Também não. Foi algo que fluiu naturalmente entre eles”. O estudante diz não ter ocorrido nada que o impedisse de revelar sua

orientação sexual. Essa afirmação ratifica nossa percepção sobre como esse corpo cis e branco marca diferente os espaços quando contrastado com os demais.

Tal reflexão pode ser percebida com Santo Onofre, estudante do curso de Artes Visuais da UEMS. Homem trans, bissexual e autodeclarado preto. Inicialmente foi indagado como foi o processo de transição quando compreendeu a sua identidade de gênero. Onofre indicou que “Ah, na família foi bem complicado. Bem difícil. Tive que lidar com um preconceito muito grande, principalmente por parte da minha mãe. Pra mim, foi mais libertador mesmo, mas muito confuso. Eu tive dúvidas se era isso por muito tempo.”.

Diferente dos relatos anteriores, aqui notamos uma resistência da família, no sentido de não aceitação. Essa afirmação dialoga com os dados da Antra (2020) e com as reflexões socioculturais de Bourdieu. Do mesmo modo, ainda nos permite compreender a configuração de colonialidade da família em relação ao preconceito. É interessante perceber na fala, ainda, que a libertação veio com o sentimento de dúvida, até mesmo porque esse corpo ocupava um lugar tradicionalmente que o excluía.

Posteriormente, questionamos sobre o processo de entendimento sobre sua orientação sexual e o estudante afirmou que:

Sexual foi com uns 12 anos por aí, 13. Porque eu achava que gostava de meninas. De sexual eu acho que foi a mais difícil porque eu morava com a minha mãe ainda. Quando eu fiz 14, 15 anos que ela descobriu que eu estava ficando com menina e ela quase me bateu, gritou bastante, chorava muito, brigava muito. Aí a nossa relação que já não era boa só foi piorando. Com 16 eu saí de casa. A questão de gênero, eu entendi quando eu tinha, acho que 20 anos, 21 por aí. E antes disso, antes de entender realmente que era isso que eu queria, que eu era foi bastante confuso. Por que eu assistia bastante vídeo dos meninos trans falando...eu me identificava, mas ao mesmo tempo eu sentia muito medo de não ser. De me arrepender, de fazer uma transição e ficar feia...eu tinha muito medo de me arrepender. Então, foi um pouco confuso. Eu tive bastante conflito interno. Mas com as outras pessoas não foram tão difíceis porque eu já não convivía muito com a minha família.

Ainda que não tenha sido o foco, a questão da ideia de beleza aparece na fala acima. O que podemos perceber é que as questões sobre si perpassam a ideia de como nos identificamos. Assim, dentro do processo de se (re)conhecer, a aparência é algo que se destaca também, pois a transição indica, diante do relato, uma concepção do ideal e do real, isto é, da forma como queremos ser vistos.

Em seguida, foi questionado como foi para Santo Onofre contar para a família sobre a sua transexualidade. O estudante informou:

Ah, pra minha mãe foi muito difícil. Eu mandei uma mensagem, ela falou que não entendeu nada e me ligou. Falava que eu não precisava virar homem por gostar de mulher. Basicamente foi só pra ela mesmo que eu contei, pros primos e tals que eu conversei sobre...foi sempre muito tranqüilo. Mas o grande problema mesmo foi a minha mãe.

No relato, mais uma vez, há o pressuposto da aparência como forma de identificação, agora, pela fala da mãe. O que se nota é que a mãe, pelo relato do participante, compreende que o desejo de se “tornar homem” é porque só se poderia gostar de mulher sendo um. Entende-se, aqui, que “A colonialidade do ser também tem a ver com o controle do sujeito, promovendo sua subalternização.” (DERING, 2021, p. 204). Logo, percebe-se, por essa questão, como a colonialidade do ser se faz presente, pois apontaria um caminho de existência do corpo e da orientação sexual deste.

Também foi indagado como foi contar para os amigos sobre a sua transexualidade. Onofre diz que foi tranqüilo, dado que os amigos já desconfiavam. Nesse momento, foi perguntando também se eles desconfiavam sobre Onofre ser lésbica ou um homem trans. O estudante disse que:

Não, lésbica eu contei pra minha mãe, descobriu na verdade, quase me matou. Os meus amigos, pra eles super tranqüilo. Meus familiares também não gostaram muito, porque muitos deles são evangélicos. E na questão de gênero pra eles foi super natural, super tranqüilo mesmo. Pra minha mãe já não foi muito. E para os outros familiares, eles tiveram só o baque de ver mesmo, depois.

Nas falas acima, o que se percebe é ainda uma forma de preconceito que permeia o modo como as pessoas estão vendo esse corpo e não e não como ele realmente é. Há, de fato, uma imposição no olhar colonizador (RIBEIRO, 2007) que enquadra esses sujeitos nos modos de viver que se espera. Ressalta-se, por exemplo, a fala de resistência que houve por um dos amigos devido à crença religiosa, uma instituição que, pela história, reproduz dogmas e preceitos que são ancorados na colonialidade.

Outra entrevistada é Jovanna Baby, uma estudante de licenciatura em Letras da UEMS. Já é formada em Jornalismo e Ciências Sociais. De raça autodeclarada preta, a entrevistada é uma mulher travesti e bissexual. Sobre o processo de transição e compreensão de sua identidade de gênero, Jovanna Baby diz que:

Foi na graduação de Ciências Sociais, isso já tem o quê? Uns 5 anos eu acho e foi complicado por que eu tava passando por um momento de depressão e aí quando eu tava me percebendo e me reivindicando como uma pessoa trans, tava acontecendo muitas coisas mais depressiva ainda, cheguei a tentar suicídio, fui internada no CAPS, foi uma loucura. Mas não necessariamente por ser trans, mas ser trans colaborou com isso por conta do preconceito que

eu sentia mais do que antes. Porque você começa a externalizar coisas: quer pintar o cabelo, quer colocar uma roupa assim assada e o preconceito é maior, então foi bem complicado. Mas assim, minha família sempre muito tranqüilo e na faculdade tive alguns problemas... na faculdade particular, na pública foi mais tranqüilo até por que era um curso de Ciências Sociais, curso de humanas o pessoal era bem mais tranqüilo é bem mais inclusivo, vamos dizer assim.

Um ponto importante na fala de Jovanna Baby é a representação da identificação por meio da externalização do que se quer ser: “quer pintar o cabelo, quer colocar uma roupa assim assada”. Jovanna Baby entende, pela seqüência do relato, que externalizar os desejos do ser é também aumentar o preconceito.

Também foi questionado quando que a estudante compreendeu sua orientação sexual e ela fala que com 24 anos. Indagamos quando a entrevistada contou para os familiares sobre sua orientação sexual. Jovanna Baby fala:

Olha nunca teve assim um momento, vamos sentar-nos e vamos conversar sobre isso, foi algo bem orgânico. Teve uma vez que eu falei com a minha mãe sobre isso, mas acho que foi logo no começo, dos primeiros meses assim, que eu cheguei a comentar, mas nunca teve um momento vamos sentar e vamos conversar, foi tudo muito orgânico.

Nesse relato, conseguimos perceber como o “contar para a família” segue os mesmos caminhos dos demais, sendo algo subentendido ou “orgânico”, como coloca Jovanna Baby. Logo em seguida, questionamos quando foi contado para os amigos e se foi um processo natural. A entrevistada diz que “Foi também, aí já foi com uns 24, logo quando eu percebi isso... aí eu contei pra todo mundo, nas redes sociais eu publiquei também e... foi bem tranqüila a recepção nesse sentido.”.

Um dos entrevistados da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) foi Marcela Malta. Trata-se de um estudante de Artes Cênicas, vinte e um anos e de raça autodeclarada preta. O estudante se identifica como uma pessoa não binária e pansexual. Primeiro, questionamos como foi o processo de transição após compreender a sua identidade de gênero. O entrevistado falou que:

Foi um processo de descoberta. Acho que não tem um ponto inicial, assim, mas quando a gente vai quebrando as barreiras de gênero entre o masculino e o feminino, o homem e mulher...e aí acho que não tenho um dia específico, né. Mas, tem um processo aí que a gente vai se entendendo por que na caminhada que a gente vai experimentando as coisas, né...acho que é um processo de descoberta e tá aberto pra isso.

Não ter um ponto inicial, como relato, dialoga com os demais relatos, em que percebemos que é um processo de compreensão de si e não uma métrica de início, meio e fim.

Portanto, a experimentação, como apontado, é um fator importante a se perceber em todos os discursos. Ressalta-se isso, pois “Assim, podemos compreender que, após o nascimento da criança, todo o meio encontra-se construído com base em uma formação da linguagem que define, de modo taxativo, uma dada formação biológica.” (DERING; LOURDES; JANUÁRIO, 2021, p. 130). Contudo, embora exista uma data socialmente marcada, que é a do biológico, a construção da identidade não se restringe a ela, como vimos nos capítulos anteriores.

Em seguida, perguntamos com quantos anos que Marcela Malta compreendeu a sua orientação sexual, ele disse que foi aos dezessete anos. Nesse sentido, questionamos como foi o processo e o entrevistado disse que:

Era muito difícil porque tinha muitas pessoas que já falavam antes mesmo da gente se entender enquanto uma pessoa com orientação sexual fora da norma, né. E as pessoas ficavam falando... e a gente nunca queria ser aquilo. Nunca queria ser a aberração que eles falavam, que eles pintavam... nunca apontavam a gente ‘ah, um gay’ ou uma pessoa “uma bicha” é uma coisa legal. Então, eu sempre me afastei disso. Até que eu entendi que não tinha como fugir e me empoderei do que eu era.

Perguntamos com que idade o estudante contou desses processos para os familiares e Marcela Malta afirma ter sido também com dezessete. Questionamos como foi esse processo e o entrevistado afirmou que a “minha mãe aceitou tranquilamente, mas meu pai cortou um vínculo, assim. A gente tinha um vínculo, aí depois que ele soube ele cortou esse vínculo e nunca mais falou comigo.”.

Indagamos com que idade contou sobre esse processo para os amigos e como que foi. Marcela Malta diz que: “Com 17 também... eu fui me entendendo assim, e a partir do momento que eu me entendi não cabia mais eu me esconder em lugar nenhum... então, acho foi junto assim. Algumas amizades eu cortei justamente por que não agregavam muita coisa e outras eu só cativei mais ainda.”.

A narrativa de Marcela Malta compactua com a idéia de externalização dos desejos, contudo, neste caso, sobre as relações interpessoais que são construídas. Se por um lado, o desejo de ser pode ser pelas vestimentas ou outras questões, por outro, “ser” significa também se sentir pertencido nos espaços em que se está.

Outro participante é Arauanis, estudante de psicologia da UCDB. Trata-se de um homem trans, hétero, de vinte e um anos de idade e de raça autodeclarada branca. Inicialmente, assim como os demais, foi questionado sobre o processo de transição e entendimento da sua identidade de gênero. O estudante afirmou:

Complicado. Foi difícil no começo, principalmente pra mim. Acho que a questão maior foi eu comigo mesmo. Porque, não que eu tinha um preconceito, mas eu tinha um pré-conceito sobre a transexualidade. Eu acreditava que isso não era possível. Nunca desrespeitei ninguém, uma outra pessoa...sempre tratei...assim, literalmente pra mim eu sempre vi como uma pessoa transexual... isso era, nossa...isso era da alma da pessoa ou a pessoa se vê assim e tudo o mais. Então, pra mim foi complicado olhar pra mim e falar 'pô, eu sou igual as pessoas que eu olhava...sempre respeitei, porém pensava "como que isso acontece?" "Como que isso é capaz? Você nascer assim e você não se identificar com o seu nascimento, com o seu sexo, com aquilo?'. Porém, depois eu fui entendendo que realmente a gente é muito imposto em tudo, pela sociedade...e os meus pais são muito cisnormativos rígidos. Assim, nossa, não tinha como ter uma conversa com os meus pais. Então, através da psicóloga, da psiquiatra...Tanto é que com a minha psiquiatra eu tratei...ela me passando remédios como se eu tivesse uma segunda personalidade. Eu fiz o tratamento todo como se houvesse uma segunda personalidade em mim que, no caso, não existia essa personalidade, né. Fiz todo o tratamento e mesmo assim não passava. Eu me sentia muito mal... tentei algumas vezes suicídio por conta desse processo de eu não querer me entender completamente, de eu não querer me respeitar nisso. Daí, ela foi e pediu pra eu fazer uma internação. Não quis fazer uma internação, porque eu acho que não tenho que chegar nesse agravamento. Comecei a ser mais frequente com a psicóloga. Nisso, ela foi me ajudando a entender mais, a saber tudo sobre. E ela pediu pra eu começar a estudar sobre né. Porque ela falou 'daqui a pouco você vai estudar também na faculdade, né. Então vai adiantando um pouco'. Comecei a estudar um pouco. Comecei a ler...comecei a seguir várias pessoas transgêneros no Youtube, Twitter...todas as redes sociais que eu podia ver pele de uma pessoa que, não publicava, assim, qualquer coisa aleatória, mas sim que falasse sobre a vida dela, falasse sobre quem ela é, como foi pra ela. E eu vi um, o Jonas Maria, pra ele, ele fala sobre a dificuldade que foi no começo e tudo mais e eu ouvi, falei 'cara, me identifico com esse cara'. Nossa, isso que ele falou de não ver como uma pessoa trans de início. Que ele achava que era só uma mulher lésbica masculino. E eu fui...li, fui olhando, pesquisando mais e com o tempo...com a psicóloga, com a ajuda da minha esposa também que é incrível. Foi tipo, caindo pra mim a ficha literalmente...todos os pensamentos que eu tenho, essas vontades que eu tenho. Realmente não se encaixam naquela cisnormatividade que eu quero continuar ali dentro. Então eu não sou uma pessoa cis, eu sou uma pessoa transgênero.

A afirmação de ter um conceito pré-estabelecido sobre a transexualidade nos leva a entender que foi um fator de colonialidade determinante para que esse participante se compreendesse como homem trans. Falamos em colonialidade, pois o próprio discurso que ele fala retoma questões da colonialidade do poder como a culpa e (nunca desrespeitar ninguém) e a alma (concepção religiosa). Destaca Dering (2021, p. 37) que "a colonialidade do poder também está imbricada a controles de organização da modernidade, os quais promovem a manutenção desse poder, logo, trata-se de um modelo que visa ao controle político dos sujeitos."

Questionamos com quantos anos o entrevistado contou para a família e este disse que foi com dezenove anos. Pedimos que Arauanis nos relatasse como foi contar aos familiares. O estudante fala que:

Foi conturbado, assim... todo mundo surtou, todo mundo ficou 'meu deus, na onde que erramos' 'o que que tá acontecendo com você?' 'isso não é aceitável...já foi difícil pra gente entender que você era uma menina lésbica, agora você vem falar que você não é uma menina que você é um menino'. Foi difícil, a gente teve que ter muita conversa. Assim, pra mim foi pior por que foi dolorido ouvir dos meus pais que 'não, você não pode ser assim, cara, isso tá errado'. E foi uma coisa que eu repreendi tanto dentro de mim por tanto tempo e tá ouvindo aquilo ali naquele momento que eu tava começando a me soltar...foi destruir dentro de mim. Porém, com o tempo eu fui meio que...dei um tempo pra eles, também me afastei pra dar um tempo pra mim deles. Pra não ficar naquela coisa tóxica que tava sendo pra mim naquele momento. Mas, com o tempo eles foram entendendo um pouco mais, foram querendo saber mais o que era. Eles começaram a respeitar...e agora tá ok. Graças a deus.

A instituição familiar, como se percebe no relato, é uma das que o entendimento sobre o assunto pode ser conturbado. A expressão "meu deus, na onde que erramos" retoma a concepção religiosa e a própria idéia de culpa sobre a forma como um sujeito deveria "ser". Seguindo essa indagação, perguntamos, então, com quantos anos o estudante contou para os amigos sobre a sua identidade de gênero. O entrevistado afirmou que:

Pros amigos eu contei faz o quê 2 anos, foi em 2020 que eu contei pros amigos. Tava com 20 anos. Foi quando eu falei 'vou sair dessa caixa que me colocaram' 'Vou voar, vou bater asas aí'. Foi com 20 anos.' Foi até surpreendente quando eles falaram pra mim 'olha, desde os 15, 16 anos que a gente tá todo mundo junto que a gente sabia quem você era' 'a gente falava, você não queria ouvir'. E literalmente, eles sempre falaram 'ah, você já viu fulano? Fulano é trans. Procura mais'. Eu ficava 'cara, o que eu tenho a ver com isso, gente. Não, não quero'.

O sair da caixa é a forma de resistência e sobrevivência, como podemos ver, pois a idéia de se sentir enjaulado já não cabia nele quando ele se percebe fora desse contexto normativo e que não conversa mais (ou nunca conversou) com suas concepções de vida.

Outro entrevistado da UCDB, que traz pontos de diálogo com os demais entrevistados, foi um estudante de Artes Visuais, aqui chamado de São Sebastião. O estudante tem vinte e sete anos, indica ser trans não binário e gay. Questionamos como o processo de transição da sua identidade de gênero e o estudante afirmou que:

Foi bem a passos...lentinhos, assim... porque primeiro eu comecei a me montar por conta de ser Drag Queen e aí pesquisando sobre isso, eu encontrei a expressão que é a não binariedade. E dali eu comecei a me entender, comecei a me permitir que eu nunca tinha considerado essa

possibilidade. E aí, a partir desse momento...aí foi uma coisa mais...natural. Mas ainda tem várias travas que a gente vai deixando cair aos poucos, né. Por exemplo, a questão de nome...só muito recentemente, apesar de me entender como uma trans não binária há 5 anos, foi só há...nos últimos meses que eu reivindiquei um nome pra mim...feminino.

Indagamos com quantos anos o entrevistado compreendeu a sua orientação sexual e sua identidade de gênero. Sebastião disse que “Ah...desde muito nova eu me colocava num local não heterossexual, já com meus 16 anos. Mas me entender como uma pessoa trans foi só lá pelos 20...21 anos.”.

Perguntamos também com quantos anos conversou sobre esse processo com os familiares e como foi esse momento. Assim como os demais, o estudante afirmou que não foi tão conturbado. Segundo ele:

Eu nunca tive nenhum atrito, minha família foi bem receptiva quanto a isso. Não é como se...a todo momento me tratassem no feminino..., mas não é também algo que eu reivindico a todo momento. Mas não sofri de nenhuma maneira...super receptiva e tal...e na tentativa de adaptação sempre, por parte da minha família.

Os depoimentos de Keila Simpson, Brenda Lee e Madame Satan ilustram que a autocompreensão e o autoreconhecimento de sua orientação sexual e identidade de gênero não ocorrem em um momento único, mas são processos contínuos e muitas vezes difíceis. Em cada caso, a aceitação por parte da família, amigos e da sociedade em geral tem um papel significativo no processo de autoaceitação e de vivência da própria identidade.

Esses relatos nos lembram da importância do respeito à identidade de gênero e orientação sexual de cada pessoa, e da necessidade de uma maior inclusão e aceitação das pessoas LGBTQ+ em todas as esferas da sociedade. Eles também ilustram o impacto devastador que o preconceito e a discriminação podem ter nas vidas das pessoas, mesmo em um contexto que possa parecer mais tolerante ou aceitável.

É crucial, portanto, que continuemos trabalhando para promover uma maior compreensão e aceitação das diferentes identidades de gênero e orientações sexuais. Isso inclui tanto a educação sobre as questões LGBTQ+ como a promoção de políticas inclusivas e práticas que garantam a igualdade de direitos para todas as pessoas, independentemente de sua identidade de gênero ou orientação sexual.

Ademais, é relevante considerar a importância de ações e políticas afirmativas no sentido de proporcionar a estas pessoas ambientes de convivência mais seguros, nos quais possam expressar suas identidades livremente, sem o medo de sofrerem preconceito ou violência. A luta contra a homofobia, a transfobia e qualquer outro tipo de preconceito devem

ser uma causa de todos, pois é através da aceitação da diversidade e do respeito ao outro que se constrói uma sociedade mais justa e equitativa.

Discriminação, preconceito e histórias trajetória acadêmica

O segundo tema abordado na pesquisa é a intersecção entre experiências de discriminação e preconceito e as trajetórias acadêmicas dos entrevistados. O objetivo é desvendar como, apesar de ocuparem espaços teoricamente igualitários – instituições de ensino superior –, esses indivíduos podem enfrentar diferentes formas de violência. No ponto de cruzamento entre identificação de gênero e orientação sexual, percebe-se que cada indivíduo adota estratégias distintas para preservar sua integridade dentro do ambiente universitário. Deste modo, as questões dirigidas aos entrevistados visam investigar os atos de preconceito e discriminação vivenciados, muitas vezes interligados às suas identidades e processos de transição.

No caso de Keila Simpson (UFMS), ao ser questionado sobre experiências de discriminação relacionadas à sua identidade de gênero e orientação sexual, ela relatou ter passado por diversas situações desse tipo. Para ilustrar, Keila Simpson compartilhou a experiência de ter sido agredida por grupos heterossexuais durante sua adolescência, simplesmente por ser quem é. Este relato corrobora a pesquisa conduzida pela ABGLT (2015), que revelou que 73% dos estudantes LGBT sofreram algum tipo de violência no contexto educacional, tanto no ensino básico quanto superior.

No que concerne à sua vivência na universidade como uma pessoa de identidade não binária, Keila Simpson expressou se sentir privilegiado pelo acesso à educação superior, visto que reconhece que essa oportunidade não é uma realidade para muitos indivíduos com identidades semelhantes à sua. Ela afirmou que nunca sofreu preconceito no ambiente universitário e que suas relações com o professores não foram afetadas por sua identidade de gênero. Segundo Keila Simpson, os professores jamais interferiram ou discriminaram em relação a sua identidade de gênero. Muito embora a entrevistada afirme não ter sofrido preconceito no campo universitário, quando questionado como foi andar pelos corredores da universidade informou: “Foi bem diferente... as pessoas ficam olhando... dependendo do jeito que você tá, né, do dia, assim. Do seu jeito, da sua forma de se vestir... elas olham, acham diferente, né. Mas nunca fui questionada”. Por fim, Keila Simpson diz não ter outras pessoas

não binárias em seu curso e nunca ter visto um (a) colega ter sofrido preconceito em relação à orientação sexual e identidade de gênero.

Não haver outras pessoas não binárias no contexto universitário indica uma falha no processo educacional para a transformação da sociedade. Dialogando com Sueli Carneiro (2003), a intersecção entre as culturas promove a diversidade que, por sua vez, criam espaços plurais, logo, constroem uma sociedade em que as diferenças existem, coexistem e dialogam, mas não em forma de exclusão. Diante disso, é que se torna importante pensar nessas questões na perspectiva decolonial, uma vez que “o projeto da decolonialidade se diferencia de tantos outros por propor não uma solução, mas uma proposta que dialoga que comunica que se relaciona com outras existentes, não as excluindo, tampouco as aceitando como únicas.”. (DERING, 2021, p. 199).

A entrevistada, quando questionada sobre sua chegada na universidade enquanto um corpo gay, informa que: “Para mim foi tranquilo por conta do Instituto Federal. Porque tudo que eu tinha de desmistificar aconteceu no Instituto.”. São Bento conta um pouco mais como foi sua trajetória no Instituto Federal (mencionado acima) enquanto um homem gay, o entrevistado diz:

No Instituto foi assim... eu entrei uma bicha chata, “poczinha”, que sempre morou no sítio e cheguei pálida e com a vida, porque eu morava lá. Então assim, no 1º ano eu levei muita bordoadada, muita bordoadada até entender que o mundo não era aquela minha bolha. E... é... dentro do Instituto eu não sofria tanto preconceito, mesmo eu fazendo técnica em agropecuária eu não sofria tanto preconceito. Mas, quando eu comecei a tipo me revelar, tipo...dentro do Instituto eu era assumido, entendeu? Sempre falei abertamente, fazia teatro abertamente...lá lálálá lá...Então assim, quando eu cheguei na universidade eu tinha passado dessa fase.

É importante destacar que ao relatar que já “tinha passado dessa fase”, podemos notar que os preconceitos parecem ainda existir, mas é uma etapa que não era novidade e, talvez por isso, não teve uma importância diferente para Keila Simpson.

Brenda Lee (UFMS), quando questionado sobre experiências de preconceito, respondeu: “Ah, sim. Na escola, muito, muito. Muita piadinha. Tinha dia que eu nem saia para o recreio. Muita”. É relevante destacar que o preconceito permeia todas as etapas da educação formal, indicando uma resistência por parte dos profissionais da educação em abordar e lidar de maneira apropriada com tais questões.

A necessidade de criar espaços plurais onde as diferenças possam coexistir e interagir em uma perspectiva de inclusão, aceitação e respeito é novamente evidenciada, em

contraposição ao discurso promovido por diversos aspectos da colonialidade, que se utilizam dessas diferenças e suas interseções para (re)produzir novas formas de preconceito e exclusão.

Ao ser questionado se em algum momento se sentiu culpado por ser gay, Brenda Lee respondeu afirmativamente. Quando solicitado a detalhar essa experiência, ele disse: “Ah, foi horrível... foi bem nessa época que, inclusive fiquei com meninas assim, porque falei assim, se eu ficar com meninas e gostar vai ser muito mais fácil, eu não vou precisar passar por isso, entendeu? Tive isso”. Nota-se aqui a presença da colonialidade, na tentativa de encaixar-se em padrões normativos como um meio de evitar a rejeição e a hostilidade social.

No contexto escolar, Brenda Lee foi questionado sobre sua trajetória acadêmica até a universidade. Ele compartilhou que: “Com 13 anos... de 13 para 14 eu passei no ensino médio para o Instituto Federal, então fiz o Ensino Médio no Instituto Federal. E dentro do Instituto eles orientam muito a gente a fazer uma graduação na federal também, né. Então assim, eu não entrei de primeira, eu fiz na UNIGRAN, mas depois fui tentando no outro ano e consegui.”. Há na fala acima uma questão interessante de analisar que diz respeito ao incentivo. É possível perceber que “dentro do instituto” o incentivo/orientação de continuar os estudos em uma instituição pública existe e, no relato, não aparece quaisquer indícios de preconceito, sendo um discurso inclusivo e que abarca a possibilidade de um espaço voltado para as diversidades.

Brenda Lee informa que as relações com os (as) professores (as) não foram influenciados em decorrência da sua orientação sexual. O entrevistado indica que tem uma boa relação com os professores. Foi questionado ainda o seguinte: “E na universidade você acha que sofre ou sofreu algum tipo de preconceito em relação a sua identidade de gênero? Ou você já viu algum tipo de preconceito com outro gay na universidade?”. Brenda Lee informou que “Ai... já.. assim, não direto..., mas já ouvi comentários assim, tipo: aquela bichinha é muito afetada, muito afeminada. Não direto para a pessoa, mas dentro de um grupo falando de uma outra pessoa. Já sim.”. O entrevistado indicou ter outras pessoas LGBT’s no curso, sobretudo gays e lésbicas e que de maneira geral tem uma boa relação com a maioria.

Bom, desde criança eu sempre quis ser biólogo, na verdade. Aí fui estudando...sempre fui dedicado. Aí chegou lá com os 17, nunca reprovei e aí fui estudar para a universidade. Eu vi que realmente quando eu pego para estudar, eu consigo. Aí eu passei para a universidade... foi bem uma força de vontade mesmo.

Na fala, percebe-se que há um esforço e dedicação por parte do entrevistado. Não surge, na narrativa, quaisquer outras questões relacionadas ao preconceito de forma direta.

Pode-se destacar, ainda, que o acesso à universidade é para todos. O que se deve refletir, no entanto, é sobre a permanência nestes espaços.

Outro participante desta pesquisa foi Oxumarê (UFMS), que deixa entender em seu relato sobre como é estar fora do padrão. Assim, quando questionada se sofreu algum tipo de preconceito, ele responde:

Orientação sexual e identidade de gênero. Ambos foram absurdos. Tanto eu falo na orientação, por que poderia ter sofrido menos se eu fosse a norma. Mas, como desde muito pequeno eu me comportei fora da norma, enquanto uma bicha afeminada, né. Uma bicha preta, como eu me identifico, né. Como eu me identificava e tudo mais. Algo foi sempre escandaloso, em relação ao preconceito.

A entrevistada indica ainda que não precisou contar aos amigos (as) sobre sua orientação sexual e identidade de gênero, pois era muito nítido e que seus maiores problemas foram enfrentados no ambiente familiar. Oxumarê indica ter sofrido diversos tipos de preconceito, inclusive dentro do próprio movimento LGBT. Nesse sentido, foi questionado como foi o preconceito sofrido no movimento. A entrevistada indica que:

A gente sabe que a realidade da transexual, do transgênero, do trans e todas as suas possibilidades, dentro do contexto LGBT ainda causa um estranhamento porque a gente sabe que a grande população gay, né. Pelo menos a que eu transito com segurança, ou tenho respaldo de segurança, elas são normativas e ainda mantêm seus privilégios, seus comportamentos que são reproduzidos com base de uma fluência hetero. Então, todos nós, seja uma gay extremamente afeminada ou que reforça o estereótipo do que a gente tem de bicha ou uma trans, independente das linguagens sempre vai sofrer preconceito dentro da comunidade LGBT. Inclusive é uma comunidade que tem uma visão de Brasil. Campo Grande é extremamente racista.

A visão de Oxumarê sobre o espaço onde vive é importante para entender como ela vê o preconceito. Para a entrevistada, sua cidade é “extremamente racista”, o que mostra como ela transita nesses espaços. Foi questionado como foi a chegada da entrevistada na universidade, e obtivemos a seguinte resposta:

Como um corpo estranho, foi bem polêmico. Mas, assim, dentro do âmbito do curso ao qual eu pertencço que é a artes, onde 70% do curso é LGBT, né. Ali foi tudo muito tranquilo. O que foi... não que foi um desconforto, na verdade foi até um conforto porque deram um espaço para diálogo de gênero. Então fui reeducada, né, sobre essas possibilidades que existem um mundo enquanto gênero e sexualidade que eles não entendiam tão bem. Mas diretamente, em relação a minha sexualidade no curso não. Na universidade sempre tem. A universidade não é preparada para receber nossos corpos enquanto a gente nem vê corpos trans lá dentro. Então, receber olhares de julgamentos ou estranhamento, né pelo simples fato de você estar ali. Isso é extremamente comum dentro dessas diversidades, né.

Diante dos relatos, é possível inferir o quanto a linguagem, no sentido mais amplo, produz significados. O corpo, enquanto forma de linguagem, ocupa posições sociais as quais demarcam sua passagem nos espaços onde frequenta, pois criam identidades. Por essa razão, acabam com rasurar um contexto tradicional, o que pode causar o desconforto em alguns. Nesse sentido, vale ressaltar que “Ao limitar as significações da linguagem por uma única forma ou modo de concebê-la, destituímos identidades.” (DERING; LOURDES; JANUÁRIO, 2021, p. 131).

Em seguida, buscamos saber como Oxumarê se sentiu chegando na universidade. A entrevistada disse que “Enquanto trans, estou muito orgulhosa, além do medo, né porque o medo é uma superpopulação tendo em vista o tradicionalismo e como é conhecida a UFMS do âmbito de onde a gente tá, né. Mas, ao mesmo tempo, internamente foi algo revolucionário do ponto de me ver, um corpo como o meu ali dentro daquele espaço onde não é tradicionalmente visto ele transitar, né. E a gente está aí para transgredir tudo isso.”

Ainda no que se refere ao ambiente Universitário, Oxumarê diz ter tido várias frustrações:

[...] tanto na questão de ausências de diálogo que foram produzidas e organizadas por vários amigos meus e até propriamente por mim, né. Mas acho que frustração lá mesmo vem muito pelo ponto estudantil, né da qualidade de ensino, da assistência e tudo mais. Temos muitos problemas dentro da questão dos professores, né. O corpo que comanda e administra a UFMS é um corpo que nem eles enquanto estruturas estão preparados para dialogar e se comunicar com nossos corpos. Então, sim, eu já sofri muitos preconceitos de várias pessoas que representam setores dentro daquela instituição. Até porque em sua maioria são homens, velhos e heteros e isso já dá para tirar de base o horror que parte daí.

A narrativa de Oxumarê sobre corpos dialoga e amplia a percepção de Dering (2021, p. 22) ao dizer que: “No entanto, ao inserirem as pessoas nesse modelo, a escola as classifica para dizer quem pode e quem não pode ascender socialmente, isto é, nem todos os corpos são considerados capazes diante do padrão proposto”.

No que se refere à relação com os professores, alunos e colegas de curso a entrevistada afirma que:

Dentro de curso foi ótimo, porque eu já falei em relação ao curso de Artes. Sempre tem um ou outro perdido ali que se difere, mas isso não é uma preocupação diante a maioria. Coisas que em outros cursos, em outros espaços já não seria fácil de se achar, né. É uma raridade dentro...de um artista do curso de Artes. Então, dentro do ponto de vista disso não houve muito desconforto não. Houve alguns desconfortos porque a gente divide o bloco, né, o mesmo bloco com outro curso, né. Então, é o curso tem Educação Física, né, tem essa lógica de homens, fortes, malhados,

heteramente...padrões e clássicos com outro curso que é uma reviravolta contrária disso. Nesse ponto de vista sim, foram 2 anos de desconfortos.

A fala sobre o estereótipo do público do curso retoma os apontamentos acerca dos tipos de violência já mencionados e discutidos, bem como a percepção de si nos espaços em que o corpo desenha sua história. É importante, ainda, destacar que o meio influencia como essa história é escrita e, até mesmo, a moral dessa sociedade nesse espaço-tempo. Depois perguntamos: “Como foram os olhares? Você teve algum preconceito nos corredores da universidade, por onde você transitava?”. Oxumarê respondeu:

Dezenas. Até por essa questão mesmo, a gente pode até citar mesmo essa questão da passibilidade, tendo em vista que eu não me passo nem como mulher, nem como homem unicamente. Então isso torna-se uma problemática do convívio social aonde as pessoas me apontam muito mais, muitas vezes, do que seria com uma travesti cirurgião da que tenha feito feminilização e que tenham ai em vista os padrões de privilégio que não é só uma questão estética é privilégio também, inclusive essas modificações de ter essa ideia de que se passa o estereótipo que a gente tem em mente de mulher. Eu já não tive isso. Para aceitar meus pelos, barba e afins...então o meu corpo não corresponde com o que eles veem ne ou dizem ver. Então eu sou motivo de chacota, apontamento e entre outras coisas.

Logo, o preconceito contra corpos que se diferem do que é colocado como “normal”, bem como identidades que destoam disso causam uma mudança, pois a passividade das discriminações deixa de existir e começam a emergir, não sendo apenas silenciosas.

Por fim, pedimos que a entrevistada relatasse algum tipo de preconceito que sofreu na universidade e foi dito:

É o que eu acabei de falar praticamente... já denunciaram o desconforto dentro do banheiro, no caso masculino, como também já ouvi com dentro do banheiro feminino. A minha roupa já foi motivo de incômodo para profissionais dentro da instituição. E ela foi incomodo por essa questão que eu acabei de citar do meu fato do meu corpo, né...eles ainda me julgarem ainda como uma bicha, mas não com aquilo que eu me identifico. Então, dentro desse espaço sim. A partir do ponto da agressão física, até o momento não. Mas já teve conflitos. E esses conflitos políticos que muitas vezes políticos, se tornam de gênero e de raça. Aonde dentro de movimentos, articulações políticas estudantis, enquanto corpo preto e trans... Sim, fui apontada e muito julgada e humilhada diante de outros movimentos, que são os movimentos opressores.

Esse tipo de violência retoma a reflexão crítica de Junqueira (2009), quando afirma que esse tipo de discriminação e constrangimento, que podem chegar à agressão verbal e até física, são constantes no ambiente escolar para jovens e adultos LGBT. O autor utiliza-se do termo “pedagogia do insulto”, uma forma de desqualificar e silenciar esses corpos. Tal

pressuposto é visto não só com esse relato, mas em todos que aqui passaram e dos que veremos adiante.

Diferente do que aconteceu com Oxumarê, com Madame Satan (UEMS) foi um pouco diferente, embora a violência ainda exista. Foi indagado sobre ter ele ter sofrido preconceito em decorrência da sua orientação sexual. Madame Satan disse: “Sofri uma vez que eu me lembro muito bem. Eu tinha cerca de 12 anos, um professor na escola me mandou agir como homem e não como gay. Isso...foi uma vez...que isso aconteceu”. Em complemento, foi questionado como o estudante reagiu a essa situação com o professor, e Satan disse que respondeu ao professor que não iria mudar a postura por ele.

Posteriormente, foi indagado se o entrevistado havia sofrido preconceito dentro da comunidade LGBT e se sim, foi solicitado que ele relatasse um pouco do ocorrido. Madame Satan informa que já sofreu preconceito sim e que “Eu não frequento muito, é... agora nós estamos no meio da pandemia, né. Mas não tem bares LGBT’s. Mas, eu nunca fui de frequentar a comunidade LGBT. Mas sempre organizei eventos LGBT’s e em alguns momentos eu ouvi de outros que eu não fazia parte da comunidade, porque eu não frequentava os mesmos espaços que eles.”.

Outra pergunta realizada foi se o entrevistado, em algum momento, sentiu-se culpado por sua sexualidade. Madame informou que nunca. Após isso, a pergunta que seguiu foi acerca de sua trajetória até a chegada na universidade. Madame Satan deu a seguinte resposta:

Bom, eu fiz Artes Visuais primeiramente, mas eu sempre tive interesse por animais. Eu entrei num concurso muito cedo, na verdade já tinha entrado em um outro. Daí no terceiro concurso. E as coisas sempre foram dentro das Artes Visuais, eu não me sentia preparado para fazer Medicina Veterinária. Eu entendia anteriormente que era um curso homofóbico. E como eu nunca tinha sofrido homofobia, eu tinha medo que isso acontecesse. Então, durante muito tempo eu retardei esse meu sonho de cursar. E hoje eu estou dentro da Medicina Veterinária... Então, num único momento deste curso ocorreu uma pequena fala, mas que foi rechaçada por toda a outra turma, inclusive pelos professores e coordenadores.

Nesse sentido, perguntamos como que o entrevistado se sentiu chegando no curso de Medicina Veterinária e o estudante respondeu que: “Com medo. Eu tinha medo do que ocorresse. Inclusive conversei com a coordenação, com alguns professores que são meus amigos tinha muito receio de entrar e isso acontecer.”. Em outra indagação feita, foi perguntado se Satan sentiu alguma frustração a partir das expectativas criadas para o curso e foi respondido que não. O entrevistado indicou que está muito feliz com a escolha e andamento de sua graduação.

Acerca da relação de aluno e professor, o estudante afirma que ela é boa, inclusive menciona a presença de muitos corpos LGBT's no curso. Sabendo que o estudante iniciou um outro curso na Universidade, foi questionado se Satan sentiu diferença na perspectiva da quantidade de pessoas LGBT's. O estudante respondeu:

Tá. Vamos lá. Eu acho que o curso de humanas, ainda mais Artes Visuais que trabalha com as poéticas contemporâneas. Acho que é importante dizer isso que no curso de humanas e mais as poéticas contemporâneas te dão mais liberdade de expressão. Você consegue se expressar melhor. E muitos se encontram ali, né. Muitos LGBT's que não são acolhidos em casa acabam sendo acolhidos por conta da liberdade de expressão das Artes Visuais. Eu já cheguei com essa questão muito bem resolvida, né. Eu acho que o curso de Artes Visuais e a minha carreira dentro disso fez com que eu me empoderasse da minha identidade LGBT. Isso me fortaleceu, então eu chego com um alicerce muito sólido na Veterinária a ponto de erguer, falar assim "Olha eu sou gay, e estou fazendo um curso de Veterinária", a ponto de que ninguém abale essa minha estrutura lá dentro.

Essa percepção dialoga com algumas considerações sobre o espaço acadêmico de Onofre (UEMS), mas não é igual no contexto familiar. Observe que quando perguntado se já sofreu preconceito em decorrência da sua identidade de gênero. Ele afirmou que sofreu "[...] bastante por parte da minha mãe e alguns familiares, até hoje, assim, um pouco. E de uma ex-sogra que eu tive... ela me agrediu fisicamente. Fiz boletim de ocorrência e tudo mais."

Foi solicitado que o entrevistado falasse mais sobre a agressão sofrida pela ex-sogra. Onofre complementou dizendo:

Ela não aceitava o fato da filha dela namorar comigo. Ficava me chamando de macho fêmea...aí um dia ela tava muito irritada lá, falando que eu nunca ia ser aceito na família e eu tava com um notebook no meu colo arrumando os negócios de uma página no facebook e aí ela chutou o notebook e o notebook pegou no meu rosto, quebrou toda tela, machucou um pouco o meu olho. E ela veio para continuar me agredindo e aí a minha ex entrou na frente pra poder parar ela. A gente se trancou no quarto. Aí, nós nos mudamos de lá. Eu fiz Boletim de Ocorrência contra ela. Ela fez Boletim de Ocorrência contra mim e a filha dela, mentindo. E, foi basicamente isso mesmo. Agressões verbais eram todos os dias que ela estava lá. E a física foi essa vez que aconteceu.

Em seguida, indagamos se o entrevistado havia sofrido preconceito dentro da comunidade LGBT, Onofre fala ter sofrido sobretudo em relação à falta de passabilidade. Também destaca que ao namorar uma mulher trans, a própria comunidade afirmar que seu relacionamento não é heterossexual. A partir do respondido, foi questionado: "Fala um pouquinho de falta de passabilidade e conta pra mim dessa questão do preconceito de você namorar uma mulher trans, como que é?". Onofre respondeu:

A falta da passabilidade era um pouco complicado, eu me sentia um pouco discriminado entre os próprios meninos porque eles já tinham barba, já não erravam o pronome deles quando iam falar com eles. E já comigo já erravam o pronome, não tinha barba. É como se eu não me misturasse no mesmo grupo que eles. Então, era mais um preconceito mais velado mesmo. E, em relação a eu namorar uma mulher trans... foi um menino trans que disse que ainda bem que ele era hetero por que ele namora uma mulher cis e eu namoro uma mulher trans. Então, a gente não estava num relacionamento hetero, na visão dele. Porque no final das contas pra ele, a Ariel era homem ainda e na visão dele eu era gay.

Complementarmente, perguntamos se, na concepção de Onofre, a relação vivenciada era heterossexual e o estudante confirma que sim. Perguntamos mais uma vez sua orientação sexual e ele responde que é “bissexual, pansexual”. Pedimos para que o estudante explicasse melhor o conceito de pansexual, e Onofre diz “gostar de pessoas”.

Foi questionado ao entrevistado se em algum momento ele sentiu culpa pela sua sexualidade. O estudante diz que sim, sobretudo em sua adolescência. Complementamos tal pergunta questionando se também já se sentiu culpado pela identidade de gênero e Onofre disse “Pela identidade de gênero não. Eu senti medo... Medo do resultado, medo do arrependimento. Mas, a culpa não. Só pela minha questão, pela minha sexualidade antes. Que eu entendia que eu era lésbica, eu sentia muita culpa.”.

Essa percepção de culpa retoma o que foi colocado acima como uma forma das amarras da colonialidade sobre esses corpos que não convergem com o que se espera do tradicional. Logo, esse sentimento de culpa que acompanha esse e outros relatos são ideais da colonialidade para manter seu *status quo* quanto à forma de conceber a sociedade.

Indagamos como foi a trajetória do estudante para chegar na universidade como homem trans. Santo Onofre indica que:

Eu ainda não fazia uso de hormônio. Mas para poder inserir o nome social, foi super tranquilo. Assim que eu fiz a matrícula eu fiz a solicitação ali mesmo na FAALC e aí quando eu fui pra sala de aula meu nome já estava com o nome social mesmo. A única coisa que aconteceu assim, que não foi nada demais pra mim foi o professor perguntar se era a Lorenzo ou o Lorenzo. Porque eu ainda não fazia o uso de hormônios e sim, pra mim foi sempre muito tranquilo. O pessoal daqui da sala de aula também sempre me tratou com o pronome correto. Super tranquilo.

Nota-se que há a aceitação nos espaços e o respeito existiu, na visão de Santo Onofre. Isso é importante, pois mostra como as relações nesse espaço ocorreram para ele. Perguntamos também como o entrevistado se sentiu chegando à Universidade e ocupando aquele espaço. Foi-nos ofertado a seguinte resposta:

Eu fiquei bem feliz, porque eu nunca imaginei que eu estaria dentro de uma universidade. Eu sempre quis fazer uma faculdade, mas aí a minha relação com a minha mãe atrapalhava muito. E eu não imaginei mesmo que eu ia entrar numa universidade pública. Eu fiz inscrição pro SISU e passei, eu fiquei bem feliz. E, eu era, se eu não me engano o único menino trans do curso de Artes Visuais e depois foram chegando outros meninos. Pra mim foi muito ótimo, apesar de Artes ser um curso que eu não gosto, mas ocupar o espaço, ser reconhecido não só por ser um homem trans, mas ser reconhecido por isso também foi sim bem importante pra mim.

Estar dentro da universidade é algo que se mostra como uma conquista para além do esperado, principalmente por essa não ser uma realidade de todos, conforme os dados apresentados pela Antra (2020) e as demais discussões sobre a ocupação desses corpos em espaços de educação formal.

Perguntamos como é a relação com os colegas de curso e professores. O entrevistado pontua que “Ah, eu não converso muito com os meus colegas de curso, mas com os que eu converso é uma relação boa. Com os professores também é uma relação boa, relação tranqüila. Não tenho muita proximidade, mas dos que eu tenho uma relação tranqüila.”.

Foi indagado como que o estudante se sentia caminhando pelos corredores da Universidade e Onofre diz que “Hoje em dia, pela questão infernal da passabilidade bem mais tranqüilo. Mas antes, quando não... não tinha passabilidade, não fazia tratamento hormonal e me chamavam de Lorenzo outras pessoas olhavam sem entender o que estava acontecendo, era um pouco desconfortável. Mas, hoje em dia pra mim é bem tranqüilo.”.

Por fim, questionamos se o estudante sofreu algum tipo de preconceito em relação à identidade de gênero na Universidade e Onofre afirmou que não. Questionamos se fora da Universidade ele já havia sofrido, então a resposta já foi diferente: “Fora da universidade sim... é mais questão de família mesmo. Uma vez na UPA pelo atendente que ele não queria me chamar pelo nome social. Mas a gente discutiu e aí ele colocou o nome social, mas ele não queria. Mas, foi mais na família mesmo. Fora de lá nem tanto.”.

Já a entrevistada Jovanna Baby (UEMS), sobre ter sofrido preconceitos por conta da sua orientação sexual, dá a seguinte resposta:

Na faculdade de jornalismo, lá na UNIDERP. Inclusive eu tive que fazer um Boletim de Ocorrência contra um colega porque ele ameaçou me agredir e ele era super homofóbico, foi um caos e acho que só isso. Fora nas ruas, todos os dias, mas o caso mais grave que eu tive que fazer Boletim de Ocorrência.

Diferente de alguns relatos, o que se percebe é que, neste caso, houve ameaça de violência física, que gerou até a realização de um Boletim de Ocorrência, o que mostra que a

aceitação nesses espaços ainda não é plural. Perguntamos também como foi a agressão. Jovanna Baby nos esclarece:

Foi agressão verbal do colega e ele ameaçou me agredir porque a gente tava...aconteceu uma coisa na sala e depois que acabou a aula. Uma discussão normal da aula e depois a gente continuava no Facebook, no grupo. Que tinha tipo um grupo de estudos no Facebook e aí comentaram alguma coisa, eu fiz um comentário um pouco mais crítico, ele não gostou e começou já a me atacar e aí foi... me atacando e falou que ia me bater, que eu era um viadinho e não sei o quê. Eu tive que fazer um Boletim de Ocorrência. Foi bem complicado. Foi bem nessa hora também que eu tava transitando, então isso, na época, me afetou bastante. Agora nas ruas sempre acontecia, até hoje acontece. De sair, ouvir alguma coisa, algum xingamento, alguém falando, os olhares. Mas hoje eu já lido melhor, na época não. Na época eu ficava bem mal, me afetava bastante. Hoje em dia nem tanto.

O que se verifica é que, embora a discussão tenha iniciado por questões acadêmicas, a sinalização do corpo/existência, isto é, do “ser”, é feita pelo termo “viadinho”, que indica como esse corpo é visto pelos demais. Também indagamos se a estudante já sofreu preconceito na comunidade LGBT e a estudante afirmou que:

Já. Principalmente... de diversos grupos, mas principalmente de trans e gays. Trans, porque as trans elas têm uma questão, principalmente, as travestis que fazem programa, as mais velhas uma questão identitária muito fechada e muito forte de quem é travesti e quem não é. Pra elas precisa ter peitão, bundão, silicone, cabelão. Não tendo nada disso você não é classificada como travesti ou transexual pra elas. Então, já ouvi muitas coisas do tipo que não era trans era só um viadinho, é só afeminado, coisa do tipo. E da comunidade gay um pouco parecido com isso. De deslegitimar: ‘há, mas você não é trans, mas você não fez isso, não fez aquilo’. Um pouco disso. Mas eu acho que das trans um pouco mais mesmo. Homens trans não, lésbicas não. Era mais as travestis e os gays mesmo.

Na fala, percebe-se que outras formas de existência do corpo gay/trans são levantadas, o que pode promover outras reflexões futuras sobre os próprios estereótipos e espaços LGBTs. Na seqüência, questionamos se Jovanna Baby já se sentiu culpada por ser travesti. A estudante diz “Ah, sim... no começo sim. Eu sofri bastante, porque era muito preconceito e eu não sabia lidar e eu me culpava e achava que tinha alguma coisa errada comigo. No começo sim. Hoje em dia não mais, mas no começo sim. Bastante.”. Depois, solicitamos que a entrevistada contasse um pouco sobre sua trajetória na Universidade e para chegar até o espaço. Jovanna Baby afirma:

Olha, na universidade particular foi bem tranqüilo, aliás, na universidade pública foi bem tranqüila, mas porque eu também tava no curso de Ciências Sociais, de humanas, então era um curso mais tranqüilo, pessoal mais aberto. Já na universidade particular foi mais complicado, eu sofri esse preconceito, esse ataque desse colega. Outros colegas também ficavam de zuação e tal,

foi bem complicado. Eu tive que fazer uma espécie de reclamação, não lembro o nome que eles usaram lá. Abri uma reclamação interna, assim, lá na UNIDERP e aí teve que chamar reitora pra conversar, foi um caos. E eu na sala, chegou uma assistente social da universidade lá porque tava um caos. Mas, a universidade particular foi isso. Na universidade pública foi mais tranqüilo. Mas eu acredito que seja por conta do curso. Porque eu ficava muito fechada ali no meu, na minha, no meu grupo, né, não ia para outros cursos. Então não sei. Acredito que tenha sido isso. Mas foi bem mais tranqüilo.

Nesta resposta, temos que a justificativa de ser “tranqüilo” se deve ao curso em si e não à universidade. O curso de Ciências Sociais, dentro do que se pode perceber, é um espaço mais inclusivo, diferente do outro curso na IES privada, em que se verificam pelo relato problemas pontuais.

Perguntamos também se a transição aconteceu enquanto Jovanna Baby estava na Universidade Federal e Jovanna Baby afirmou que sim. A estudante conta que:

[...] aí foi na universidade federal que eu me assumi primeiro, vamos dizer assim, e depois no particular. E a mesma coisa pra ir atrás de nome social, essas coisas... Por exemplo, nome social primeiro eu pedi na universidade federal e foi um caos pedir, porque ninguém sabia de nada. Procurei professores, procurei coordenador do curso, procurei secretaria. Ninguém sabia. Eu sabia que tinha um Decreto porque já tinha pesquisado. Imprimi o Decreto. Sabia que tinha, podia fazer, mas ninguém sabia como fazer. Eu fiquei assim, acho quase um mês, ligava em vários lugares... reitoria...mandava e-mail. Até que um dia, uma pessoa respondeu o e-mail, nem sei de qual reitoria que era, mandei pra tantas Pró-Reitoras... não sei qual que me respondeu. Mas falou que era muito simples, que era só preencher o requerimento, me mandou o requerimento. O requerimento para preencher pra qualquer coisa, um requerimento comum deles. ‘Preenche o requerimento falando que quer o nome social, escreve mais ou menos o motivo, por que você tem que ter um motivozinho e entrega na secretaria’. E aí eu fiz isso, entreguei na secretaria com 3 dias já tava mudado o nome. Então, assim, foi muito simples. Um procedimento extremamente tranqüilo, ninguém ficou me questionando ou pedindo provas, alguma coisa assim. Já na universidade particular foi bem complicado. Eu solicitei, falaram que ia pra análise e ficou, acho que 3 meses. No primeiro mês não aprovava e ficava pendente, pendente. Uma colega minha, que é advogada Amanda Anderson, militante inclusive. Ela que foi, inclusive, na universidade, conversou com o pessoal lá. Ela falou, teve que ameaçar abrir um processo para poder eles colocar o nome social. Acabou que no final das contas eles conseguiram mudar e colocaram o nome civil antes de eu ter retificado meu nome. Foi uma loucura, não sei o que deu a loca neles. Mas aí eles mudaram e aí deu certo. Isso foi depois de 3 meses, depois de muita novela a Amanda como advogada batendo em cima deles e aí consegui. Mas foi uma novela. Agora na universidade, o problema da universidade pública é a falta de informação. Hoje em dia nem tanto. Porque depois que eu mudei, aí eu participava de muitas coisas dentro da universidade com a temática trans e aí tinha bastante visibilidade. Então, depois que eu mudei, as pessoas souberam...várias pessoas perguntavam pra mim. Até perguntavam para o coordenador do curso, o coordenador vinha até mim: ‘tem uma fulana de tal

curso quer saber como é que faz'. Eu explicava. Então, meio que eu virei uma referenciazinha na universidade federal. Mas, é um procedimento muito tranqüilo, mas infelizmente pouco divulgado.

O relato acima demonstra a importância das políticas públicas para a garantia de direitos. Embora com lentidão, diante do que se percebe na narrativa, o direito foi consolidado. Outro fator de análise importante está no acesso e divulgação de informação, algo que precisa ser ampliado nas instituições de ensino como um todo, visto que o respeito parte do acesso e reflexão sobre as informações que são divulgadas. O que se pontua é que sem informação, não há como haver reflexão; sem informação, há memoricídeos.

Perguntamos como Jovanna Baby se sentiu chegando na universidade. A estudante respondeu o seguinte:

Bem...no sentido de um passo pra...eu sempre tive a universidade como um passo pra ter um aceso melhor pra futuramente...economicamente estar melhor. Eu achava que era isso. Eu ia me formar, ia ter um diploma, ia conseguir um emprego melhor. Hoje em dia não penso nada, não é nada disso. É uma outra questão, depende de trabalho, depende de outras questões que não exatamente um curso superior vai dar. Mas na época eu fiquei muito feliz. Eu comecei fazendo jornalismo porque eu queria ser... como é que chama...queria participar de uma...de uma...editoria específica que era editoria de política. Eu queria escrever sobre política. E aí eu comecei a fazer jornalismo. No jornalismo eu percebi que só sendo jornalista não ia conseguir escrever sobre política necessariamente quando eu me formasse. Eu precisava ter uma formação a parte. Você sempre precisa ter uma formação junto com essa. Pra escrever sobre cultura a mesma coisa e por aí vai. E aí eu resolvi fazer alguma coisa, queria fazer filosofia só que não dava porque era à noite. Então eu vou fazer Ciências Sociais. Entrei nas Ciências Sociais pra poder me formar, pra poder escrever, ser jornalista de política. Aí me apaixonei por Ciências Sociais, meus caminhos nas Ciências Sociais foram outros porque eu queria escrever, em aprofundar sobre política, eu fui pra outro caminho, eu fui pra sociologia, pra questões de gênero e sexualidade. Me afastei de política. E aí eu fui nesse caminho. E, assim, foi uma grande conquista. Porque eu fui uma das primeiras, a primeira na verdade na minha casa, na minha família abrangendo um pouco, a entrar na universidade. Várias pessoas chegaram a terminar o ensino médio, mas entrar na universidade eu tinha sido a primeira. E a concluir o curso, também, a primeira. Então, foi uma alegria. Não só minha, da minha família também.

O espaço acadêmico, pelo que se nota, é ainda um lugar para a ascensão social. Dentro da idéia de modernidade que temos, os estudos universitários podem fazer a diferença para que as diversidades se façam presentes e esses espaços se tornem mais plurais. Questionamos se houve frustrações nas relações estabelecidas na Universidade. Jovanna Baby contou que:

Teve bastante frustração, principalmente, na universidade particular. Que era muito complicado, era tudo muito burocrático, ninguém queria fazer nada pra me ajudar, pra... enfim, pra me dar algum suporte. Inclusive, eu passei a

depressão, eu tava na universidade. Nas duas. A universidade federal me deu um certo apoio...os professores foram bem compreensivos...de me deixar estudar em casa. Por exemplo, eu não conseguia sair de casa, me deixaram estudar, passavam exercícios tal, pra fazer em casa. Mas na universidade particular era uma coisa tão ridícula, por que eu fiquei 1 mês mais ou menos afastada, que eu fui internada e tal. Tinha atestado. E aí eu fui entregar pra coordenadora, tinha passado sei lá, alguns dias do prazo. Ela falou que não ia aceitar o meu atestado porque já tinha passado do prazo. Eu expliquei pra ela..., mas eu tava internada, tava com depressão, tô com depressão, tava com um monte de coisa e ela não aceitou. Aí o que aconteceu? Eu reprovei. E eu reprovei com nota 9 de média. Então, você imagina uma pessoa que reprovou de falta, mesmo conseguido nota. Eu fiquei muito puta, assim, na época porque os professores, os coordenadores estava realmente cagando. Eles só queriam resultado de números e pronto. Então, na universidade particular, onde eu comecei primeiro foi uma frustração. Já na universidade pública foi bem o contrário...acho que foi bem...foi o oposto mesmo da universidade particular.

Nota-se que, para além de questões administrativas, é preciso que esses lugares promovam a empatia. Empatia, pelo que podemos verificar, não apenas com como “ser”, mas na própria maneira como o processo de ensino é tratado. É preciso que as instituições de ensino repassem não apenas conteúdos, mas que saibam promover diálogos entre seres humanos. Nesse sentido, foi questionado sobre a relação professor e aluno e com os colegas do curso, de forma geral. A estudante pontua que:

Na universidade particular era complicado, apesar que eu tive um professor que me ajudou bastante e se tornou um amigo. Mas quanto aos demais era muito complicado. Eles não queriam se envolver com nada e os colegas...era uma zombaria, era...parecia um pessoal que acabou de sair do ensino médio e tá lá. Já na universidade pública era muito tranquilo, nossa. Os colegas de classe super me apoiavam, me ajudavam...era tudo de bom, assim...eu me sentia muito acolhida. Inclusive foi graças a isso que eu consegui concluir o curso. Eu ia desistir, inclusive, de jornalismo porque eu não tava aguentando mais aquela universidade. Mas eu era FIES na época. Falei “vou ter que terminar só por que eu sou FIES”. Mas, foi difícil terminar jornalismo. Agora Ciências Sociais foi um pouco mais tranquilo. Eu tive apoio dos professores também, super tranquilos. Antes de eu conseguir o nome social, de colocar oficialmente eles já me chamavam pelo nome social, os colegas também. Era muito tranquilo quanto a isso.

Também questionamos como a estudante se sente transitando pelos corredores da universidade e Jovanna Baby contou sobre suas experiências. A entrevistada afirma que:

Da universidade particular era bem complicado. Eu sofria uns olhares, eu via risadinhas, coisa do tipo. Já na universidade pública nem tanto. Mas eu não circulava tanto. Eu ficava mais restrita no meu bloco com os meus amigos ou na biblioteca. E até porque na universidade pública eu percebo que tem uma diversidade maior por incrível que pareça. De pessoas e de estilos... você vê uns estilos muito estranhos. Estranhos positivamente eu falo. Já na universidade particular é uma coisa mais padronizada. É um grupo, apesar de

ser pessoas que não são necessariamente classe média alta, por que são pessoas que a maioria ali é FIES, mas é um grupo mais...como que eu posso te dizer...é um grupo mais padronizado: mais branco, extremamente cis, você não vê muitas gays afeminadas...então, qualquer coisa que destoava virava um centro de atenção. E isso me incomodava. Mas na universidade pública não, era bem tranquilo.

A “padronização” relatada indica como a colonialidade se manifesta, mesmo que não a percebamos ou que não entendamos sua amplitude. Também indagamos se Jovanna Baby já sofreu algum tipo de preconceito em relação a sua identidade de gênero na universidade. A estudante afirma:

Sim. Na universidade particular. Inclusive já tentaram me expulsar do banheiro. Uma vez eu tava no banheiro com uma amiga e a gente tava conversando... tava cada uma numa cabine e a gente conversando... e a minha voz não é muito fina e aí entrou uma outra pessoa que eu nunca nem vi. E falou pra essa minha amiga: ‘Tem um homem no banheiro’. E a minha amiga falou ‘Não, é uma mulher’. Ela falou assim: ‘Não é um homem’ ...ela falou: ‘Não, é uma mulher trans’. Aí eu saí, ela ficou me olhando. E ela falou que não era pra eu usar o banheiro. Eu fiquei olhando, falei: ‘Vou usar o banheiro sim’. A coordenadora já tinha autorizado, né, que ela tinha que autorizar o uso do banheiro. E ela tinha autorizado e teve uma rápida discussão, mas ela queria me expulsar do banheiro. Mas até essa questão do banheiro é interessante porque logo no começo, quando eu tava ainda pedindo o nome social na universidade particular, a coordenadora falou assim ‘Não, tudo bem’ na hora de solicitar ‘Não tudo bem’, super assim: ‘vamos fazer’, apesar que demorou uma eternidade. Mas ela falou que ‘vamos fazer só que na questão do banheiro você vai fazer como?’ Eu falei assim: ‘vou usar o banheiro feminino, né’. Aí ela falou assim ‘ah, mas assim fica difícil, né, por que o pessoal vai querer que você use um banheiro específico’. E nesse dia eu tava de saia, com uma blusinha e tal...eu tava bem, digamos assim, feminina. E aí eu virei pra ela ‘você quer que eu entre no banheiro masculina vestida desse jeito?’ Aí ela olhou pra mim e disse ‘Verdade, né, por enquanto vai usando o feminino e depois a gente vai ver um banheiro especial pra você usar’ Que seria o banheiro ou do deficiente ou um banheiro que eles queriam fazer aí futuramente, mas que qualquer pessoa poderia usar. E aí eu comecei a usar o feminino, mas eu achei muito absurdo ela falar isso pra mim, tipo, ‘vai usando esse depois a gente vê um banheiro pra você’. Mas, enfim, teve isso. Agora na universidade pública, eu recebi alguns olhares no banheiro feminino, mas nada muito assim...um olhar assim... meio de estranhamento, mas nunca ouvi nada. Nunca ouvi nada, nenhum xingamento, nada. Foi tudo tranquilo. Mas olharezinhos assim, mas coisa boba.

Complementarmente, questionamos se havia sido antes da resolução do MEC que versava sobre respeito ao nome social e uso do sanitário conforme identidade de gênero e a universitária afirma que sim. Por fim, perguntamos a Jovanna Baby qual a percepção dela estando na 3ª graduação. Dado que Jovanna Baby praticamente foi precursora na UNIDERP e

na UFMS. Nesse sentido, como que enxerga essas identidades chegando na universidade. A acadêmica diz que:

Nossa, bem mais tranqüilo referente a isso. Ao uso de nome, dos pronomes, uso do banheiro. Bem mais tranqüilo. Até agora, nessa universidade que eu tô é particular, mas eu consegui uma bolsa e o atendimento foi muito bom, um pessoal assim super compreensível, questionando se era o nome social que eu queria usar...por que meu nome é Ariel, as pessoas não sabem se é homem ou mulher, se já foi retificado se não foi. E aí eu expliquei, o pessoal muito compreensível, pessoal que sabia o que estava acontecendo. Então foi bem tranqüilo. E assim eu vejo, fico feliz no caso da universidade pública, da federal, que algumas pessoas me buscavam, até coordenador de curso, professor pra saber como que funciona e tal. Porque tinha outras pessoas...às vezes tinha outras pessoas antes de mim, mas não sabia como fazer, por que ninguém nunca sabia de nada. E aí eu consegui explicar e era uma coisa muito simples. E assim, eu ficava bastante feliz. E eu acho que é isso. Eu fiquei contente, fico contente de saber que hoje as coisas são mais fáceis nesse sentido, né. Não é fácil que ainda a gente tem que conviver com pessoas e conviver com pessoas é difícil. Só ter uma resolução, um decreto, não muda muita coisa, não muda a cabeça das pessoas. Mas pelo menos te dá direitos, né, de poder reivindicar alguma coisa.

Outro entrevistado que tem um discurso que dialoga com o que é dito aqui é Marcela Malta (UCDB). Perguntamos se o estudante já sofreu algum tipo de preconceito em decorrência da orientação sexual e identidade de gênero e ele afirma ter sofrido vários, desde agressões verbais até físicas, morais e institucionais.

Também foi questionado se Marcela Malta sofreu esses preconceitos por parte da comunidade LGBT e a resposta foi afirmativa:

Sim... Acho que quando a gente se descobre uma pessoa trans não binária, a gente passa no processo de auto aceitação. E aí quando a gente tá no meio gay dominado por homens, e ainda sim homens que reproduzem muitos comportamentos da normatividade hetero, né. E aí eles reproduzem esses comportamentos e geram agressões dentro da gente, né. Acho que é mais nesse sentido assim, de...

Diante do exposto até aqui, perguntamos se em algum momento o estudante chegou a se sentir culpado pela sua orientação sexual e identidade de gênero e Marcela Malta afirma que não. Indagamos então como foi a trajetória do estudante para chegar até a Universidade. Questionamos também se o estudante passou pelo processo de compreensão da sua identidade de gênero durante a vida universitária. O entrevistado disse que sim e que:

Como a gente trabalha com arte, né...então, a gente tá sempre se perguntando e se questionando sobre as nossas próprias questões. Então, ao mesmo tempo que eu tava num processo de educação, eu tava num processo de autoconhecimento também. Então, foi caminhando junto pra eu me entender nesse lugar, assim... Que a gente tem muitas barreiras, né...muitos preconceitos dentro da gente. E quando a gente vai se entendendo, se

apropriando de quem a gente é, a gente vai quebrando isso e tendo força pra quebrar, né...e a gente não se importa com o externo, assim.

Assim como anteriormente, temos que o curso – e não a instituição – é plural e promove reflexões possíveis. Também questionamos como o estudante se sentiu chegando na Universidade em meio ao processo acima mencionado. Marcela Malta diz:

Eu acho que essa é mais uma etapa do processo de uma escada que a gente tem que chegar...cada degrau a gente tem que passar. Então, é ocupar lugares também, acho que é importante pessoas como eu estar dentro desses espaços e não só estar lá dentro, mas fazer a diferença lá dentro, né. Realmente ocupar algo político ali dentro.

Sendo assim, perguntamos de forma direta: “Nessa sua transição na universidade, como foi esse processo de *transicionar* na universidade com seus colegas de classe e com seus professores?” Marcela Malta afirmou: “Ah, foi tudo muito tranquilo... como que é a galera de artes, então parece que as pessoas estão abertas ali também, por que elas estão nos seus processos de se entender. Acho que parte muito desse lugar de respeito... de auto-respeito e de respeitar a outra pessoa também.”.

Questionamos, então, se ele recebeu olhares preconceituosos na universidade e o estudante disse que “não reparo muito não, assim. Acho que tem uns olhares, né por conta de nem pertencer à nem a um gênero, nem ao outro... as pessoas ficam tentando entender também. Mas eu sempre fui muito didático para lidar com essas coisas.”.

Por fim, perguntamos se o estudante sofreu algum tipo de preconceito na Universidade, e ele afirma que não de forma direta. Pedimos então que ele explicasse o que compreendia ser uma pessoa não binária e o entrevistado disse:

É ser uma pessoa que entendeu que as regras e as normas da cisnormatividade não cabem em mim, né. Tem uma caixinha do que é ser homem e uma caixinha do que é ser mulher e aí eu vou lá e saí dessas duas caixinhas e vou criando a minha identidade, independente do manual que essas pessoas criaram.

A heteronormatividade, como amarra da colonialidade, é uma forma de violência contra quem performa diferente, pois, a seu modo, exige-se que os corpos se enquadrem dentro de um padrão, desconsiderando e excluindo todos os demais possíveis.

Sobre a mesma questão de discriminação, Arauanis (UCDB) também foi questionado se já havia sofrido algum tipo de preconceito em relação a sua identidade de gênero. O entrevistado disse que:

Já. Uma vez eu tava na fila do supermercado. No supermercado que a minha mãe trabalha ainda. Eu tava lá...tava esperando-a, ‘ah, vou comprar alguma

coisa pra comer enquanto eu fico esperando-a'. Daí eu fui, peguei um lanche lá e fui passar no caixa. Tinha um senhor na minha frente. Daí esse senhor, aparentemente, se incomodou comigo, ele olhou pra mim, falou 'por que você quer ser uma coisa que você, não é?'. Daí eu fui responder 'Como assim, senhor?' 'Para, que coisa ridícula. Você tá com roupa de homem, com esse cabelo curto. Você é uma menina linda, pra quê fazer isso?'. Eu fiquei, tipo: 'O senhor, você nem me conhece, eu não sou uma menina'. Daí ele "Você é uma menina, olha a sua voz, olha o seu corpo'. Daí eu fiquei, tipo 'Senhor, passa a sua compra, por favor, que eu também quero passar a minha e quero ir embora'. Não, e começou literalmente a me questionar e querer fazer escândalo com uma coisa que não tinha nada a ver com ele. Aí, foi constrangedor. Daí algumas pessoas vieram e falaram 'Deixa senhor, passa logo a sua compra'. Daí eu saí e ficaram pessoas em volta de mim com medo dele fazer alguma coisa.

Essa cena, que não é incomum, nada mais é do que a imposição de um modelo da heteronormatividade e das performances do corpo em que a sociedade está engendrada. "Por assim ser, consideramos que este modelo é excludente, uma vez que promove a colonialidade do poder, não apenas pela hierarquização da língua, mas também por meio da seleção de sujeitos pela raça, gênero e região." (DERING, 2021, p. 25).

Perguntamos se o estudante já havia enfrentado o preconceito por parte da comunidade LGBT. Arauanis afirmou que acredita que não, entretanto pontuou:

[...] indiretamente já teve algumas vezes.. .comentáriozinhos, por que como eu disse no começo, né. Eu fui uma pessoa que realmente eu não me via na possibilidade de ser uma pessoa trans. Então, eu ficava questionando: 'Como assim que é ser trans?' E alguns colegas que já tiveram... ouviram, né esses relatos meus assim... conversas, tiveram conversas comigo...quando viram, começaram a fazer piadinha pelas minhas costas. 'Alá, o sapatão que falou que não tinha a possibilidade de ser trans agora é machinho, decidiu ser homem'. Aí chegou até os meus ouvidos'.

Indagamos se o entrevistado já havia se sentido culpado por sua identidade de gênero. Inicialmente ele afirmou que não, depois disse que quando foi conversar sobre com os familiares e amigos acabou por se sentir culpado. Essa discussão retoma todos os demais relatos acerca da culpa e como esse sentimento é moldado por uma sociedade heteronormativa e excludente. Questionamos então como foi sua trajetória na Universidade, tendo em vista a sua identidade de gênero. O entrevistado disse:

Foi complicado por que não é fácil, né fazer retificação do nome e se for fazer, você ir lá fazer particular, sozinho.. .leva muito dinheiro, no caso que eu não estava podendo no momento. E, pela justiça demora um pouquinho mais fazer ali. Então, eu surtei bastante, falei 'cara, como que eu vou fazer as pessoas me respeitarem com o meu nome social'. Por que lá tá todo o nome civil...tudo, tudo, desde tudo com o nome civil. Daí as aulas começaram a ser on-line. No sistema, quando você entra tá o seu nome civil. Então, foi, muito assim sabe. E quando vai ter que fazer alguma apresentação 'oi gente, tô

ligando o microfone, sou o Davi' ... Daí a pessoa fica, tipo 'Davi? Mas não tem um nome feminino ali' ... pra mim, na minha cabeça fica aquela coisa horrível de pensar isso. Falei 'cara, não sei se eu vou querer' 'eu não sei, acho que eu vou trancar a faculdade' 'eu tô com medo' Porque eu falei 'cara, presencialmente, as pessoas não ficavam vendo documento nenhum meu ali, né'. Ficava a lista de chamada com a professora li, acabou. Mas, agora online tá lá toda coisa com o nome civil, as pessoas ficam olhando...daí eu falei 'cara, isso não vai dar certo' ... 'alguém vai falar alguma coisa, eu vou me irritar, vou brigar.'

Dado a resposta, questionamos se Arauanis já havia conversado com o coordenador para ver se conseguia mudar algo e o estudante diz "Então, infelizmente não, fica lá entre parênteses o nome social lá embaixo, porém os outros não conseguem mudar por conta do... que é civil mesmo os documentos e tudo mais."

Retoma-se aqui a necessidade de se pensar nos espaços acadêmicos como plurais não apenas para decolonizar a idéia do ser, mas também criticando a colonialidade do saber, uma vez que, por ela ser: "um modelo de controle que promove a desvalorização [promove] e o conseqüente apagamento da identidade dos sujeitos" (DERING, 2021, p. 39, grifo nosso).

Perguntamos como o entrevistado se sentiu chegando à Universidade e ele afirmou que:

Com medo. Com medo, porque querendo ou não ali sempre você vê os homens cis, hetero são grandes, fortes, tem voz grossa, tem barba. Então, eu olhando pra mim com toda a voz feminina, o rosto feminino ainda, o corpo feminino, me levantar pra me apresentar, falar 'Oi pessoa, tudo bom, eu sou o Davi'. Foi, assim, bem difícil. Eu fiquei muito ansioso, muito nervoso, com muito medo...de eu falar 'cara, vão me zuar'. 'Vão fazer alguma chacota' Muitas vezes eu não vou ver, não vão fazer na minha frente. Isso vai me machucar em algum momento se eu descobrir isso.

Indagamos como é a relação com os colegas e professores. Arauanis disse que é "normal", entretanto, entende que o ambiente online acaba por atrapalhar as relações interpessoais.

Questionamos, por fim, como é transitar pelas ruas, vez que por conta da pandemia não temos como indagar sobre a percepção dos corredores do ambiente universitário. Arauanis afirmou que: "A mesma coisa: medo. Só de alguém chegar em mim e me machucar por eu ser quem eu sou. Por que as pessoas olhando, falam 'Nossa, por que que quer ser um garoto?' 'Olha esse corpo, olha essa voz, o rosto'. Porque completamente, eu ainda sou, tenho todas as feições femininas."

A pergunta para São Sebastião (UCDB) acerca do preconceito por alguém da comunidade LGBT também foi feita e Sebastião disse: "Já sim. Foi no sentido de falarem que

a minha identidade de gênero é inexistente. Ela é... os gêneros de internet... então... e a partir disso desvalidar a minha pessoa.”.

Posteriormente, perguntou-se como foi sua trajetória na Universidade, tendo em vista a sua identidade de gênero. O entrevistado disse:

Quando eu me entendi eu já fazia parte da universidade. Eu fazia relações internacionais na época e desisti por que eu queria vir fazer Artes, queria estudar Artes... Mas eu confesso que sendo uma não binária, e poder transitar entre o feminino e o masculino, por vezes eu uso o escudinho do masculino dentro da universidade, de não pedir esse espaço a todo momento. Principalmente, porque das poucas vezes que eu me coloquei assim eu fui... não rechaçada por todos, mas rechaçada por alguns professores sim.

Nota-se, diante o relato, que, embora não binário seja a orientação, a performance do masculino ocorre para que seu corpo seja aceito em determinados contextos. Em seguida, perguntamos como que Sebastião se sentiu ocupando os espaços da Universidade. O estudante afirmou:

Foi muito doido, porque, principalmente nas Artes eu esperava muito mais pessoas de condições sexuais e de gênero que não a heteronormativa. E achei que isso seria um assunto que não teria tabu e seria super discutido. Mas não, muito pelo contrário. Me senti sozinha de novo. Mas tô aqui como pessoa trans, de novo, sozinha, só eu, comigo mesma.

Foi questionado se Sebastião se sentiu frustrado em relação às expectativas que criou do ambiente universitário. O estudante disse que sim no sentido de ter outras pessoas como ele, LGBT's. Indagamos também sobre como ele se sentia nos corredores da Universidade: “Estranha. Eu sempre causo muitos olhares. Assim, a gente divide o bloco com Educação Física e assim, os meninos de Educação Física se afastam de mim.”.

Também indagamos sobre a relação professor e aluno e com os demais colegas da Universidade. O estudante pontuou:

Não tenho problemas com os meus colegas de curso, assim, né. Nunca sofri um preconceito por parte deles. E dos professores, eles... não fazem nenhum esforço de entender. Enfim, eles me tratam no masculino ainda que eu...pra alguns fale “olha, eu não sou um homem, quero ser tratada assim.

Do mesmo jeito que se tem uma resposta que indica a aceitabilidade do grupo, pode-se promover a reflexão sobre o porquê ainda não o tratarem como é solicitado. Perguntamos se mesmo com a lei ele sentia que os professores não respeitavam a sua identidade de gênero. O entrevistado respondeu:

Não chega a ser...putz, é muito delicado. No sentido de que...aí, como eu posso explicar.... Aceitam como se eu fosse uma pessoa que foge da

heteronormativa. Mas eles não respeitam me tratar no feminino a todo momento. Ainda que não me desrespeitem no sentido de ser uma transfobia declarada, assim.

Continuamos, então, questionando como era o uso dos sanitários da universidade e Sebastião disse que não usa o feminino. Questionamos o motivo e o estudante disse:

Porque eu acredito que vai causar um desconforto muito grande e eu prefiro tratar esse desconforto a partir só de mim. Que eu vou ficar desconfortável no banheiro masculino também. Mas, eu prefiro lidar disso comigo mesma do que desconfortar outras pessoas que possam utilizar aquele banheiro.

Finalmente, formulamos a seguinte indagação: "Você sofreu algum tipo de preconceito em relação à sua identidade de gênero na universidade? Que nem você estava me contando agora? O banheiro tem outra discriminação.". Sebastião respondeu: "Sim. Mas do banheiro é essa coisa de pessoas saírem, e saírem empurrando, trombando, acho que é isso".

A partir destes relatos, constatamos que os atos de preconceito e discriminação estão relacionados à maneira como esses indivíduos são percebidos e como ocupam seus espaços legítimos na sociedade. A colonialidade do ser impõe normas que a sociedade considera normais e tudo que diverge dessa norma é considerado errado, segundo a visão binária do mundo. Nesse sentido, a voz desses indivíduos e a resistência que seus corpos representam são freqüentemente subjugadas e condenadas por olhares reprovadores daqueles que desconhecem, ou optam por manterem-se ignorantes, aceitando sem questionamento um modelo social que lhes foi imposto.

Assim, é necessário promover discussões mais profundas e reflexões sobre o assunto, com o objetivo de ampliar o acesso democrático e reduzir os preconceitos, que são culturais e perpetuam sociedades discriminatórias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou, a partir de artigos, teses, livros, vídeos acerca da temática social, das políticas públicas e da comunidade LGBT, destrinchar uma análise crítica sobre a historicidade da construção social e da violência velada fundante de nosso país e da nossa cultura, que ainda hoje é um resquício ceifador de vidas e marginalização. Esse contexto, ocasionado pela ineficiência das políticas públicas de direitos humanos e por questões socioculturais, não compreendem a nossa diversidade em toda as suas singularidades, tornando-se brutal a determinados sujeitos, devendo ser profundamente combatidas a partir do debate educativo e da desmistificação sobre nossa sociedade cisheteronormativa, pautada a partir da evidenciação da branquitude e do patriarcado, imensamente racista, machista e LGBTfóbica.

Com base nesse percurso e proposta inicial, nosso objetivo foi compreender a importância do lugar de fala de acadêmicos LGBT, tendo como proposta promover uma reflexão sobre a necessidade de transformar os espaços universitários ainda tão excludentes para que se tornem mais plurais. Assim, como vimos no decorrer do texto, o preconceito sobre a população LGTB se dá a partir do processo sócio-histórico vivenciado pelo Brasil, que visa em sua cultura a reprodução e naturalização do moralismo religioso juntamente aos costumes eurocêntricos introjetados aqui pela coroa portuguesa.

Diante disso, é importante compreender que fomos constituídos como um país colônia e, durante esse processo, perdemos e aprendemos a desvalorizar nossas raízes culturais e religiosas, uma vez que temos a concepção de colonização enquanto civilidade e distanciamento do primitivo. Assim, substituímos o que era nosso por uma cultura que foi imposta, a cultura dominadora. A esse processo chamamos de colonialidade.

Nesse sentido, é importante compreender que a colonialidade promoveu formas de conceber sujeitos e as formas como estes existem na sociedade. Nisso, frente a essa concepção – as quais debateram e discutiram nesse estudo – há um “modelo” de ser que é mais apropriado que outro e, além disso, esse modelo se tornou, ao longo da história, mais detentor de conhecimento que outros.

Por isso, nesta tese, que adotou a perspectiva decolonial, não se fala pelo grupo, mas se coloca, dentro das possibilidades, a necessidade de ampliar as percepções ainda tão

preconceituosas e excludentes que existem nos espaços onde a diversidade e pluralidade deveriam ser comuns. Isto é, em um lugar de exercício do conhecimento e da cidadania, há ainda a discriminação por parte de alguns, o que interfere no modo como a população LGBT vivencia tais espaços.

Deste ponto de vista, partindo de análises bibliográficas, realizamos aqui a explanação da nossa história enquanto sociedade partindo de um ponto de vista crítico, identificando durante esse processo todas as violências e violações que foram cometidas para que chegássemos no que somos hoje. Entender esse processo é e foi imprescindível para que entendêssemos o porquê de sermos uma sociedade altamente violenta e excludente, que naturaliza essas desigualdades vivenciadas por diferentes grupos de nossa sociedade.

Nesse sentido, enfatizamos como a colonialidade, um modelo de dominação advindo da colonização, se faz presente nas formas de organizar a sociedade, logo, os corpos que nela habitam, construindo determinantes que, na intersecção de categorias, como raça, classe, orientação sexual, identidade de gênero, promovem a subalternização e desigualdades daqueles que destoam de um dado padrão instaurado e tomado como certo.

Assim, problematizamos em específico, o preconceito com as pessoas GBT's que, ainda hoje, vivenciam por meio da marginalização e genocídio escancarado, os resquícios deste processo colonial e seu projeto societário e de segregação. Vale evidenciar que estas violências sofridas por esse público estão intrinsecamente associadas à violência estrutural legitimada tanto pelo Estado que nos governa em omitir ou não abordar o assunto com maior clareza e empatia, quanto por uma parcela ultraconservadora de nossa sociedade que continua promovendo ideologias discriminatórias ancoradas na colonialidade, a qual perpetua valores e crenças que já não mais dialogam com a atual sociedade.

Nos relatos obtidos, pudemos compreender como as instituições sociais – como a família, amigos e igreja –, culturalmente construídas, podem ser entraves para a identificação e transição, bem como entender que esse processo é gradativo e funciona de maneira diferente para cada um. Do mesmo modo, as intersecções podem promover diferentes formas de violência. Assim, acerca dos atos discriminatórios, eles são mais contundentes e pontuais, ocorrendo com todos, mas que, na intersecção de raça/etnia/cor/orientação/identificação eles podem ser ainda mais fulcrais. Notou-se, ainda, que os ambientes educacionais formais ainda estão despreparados para lidar com aquilo que não é socialmente heteronormativo, seja pela estrutura ou pela condução dos profissionais que ali atuam. Logo, o preconceito velado ou exposto ainda é um dos primeiros fatores a serem solucionados nesses espaços.

Ressalta-se que este objeto de estudo foi escolhido por haver por parte da academia uma deficiência acerca desta temática o que é inadmissível, uma vez que isso acarreta na formação de profissionais LGBTfóbicos plausíveis de possíveis violações e também por conta da atual conjuntura de nosso país que caminha para um futuro ultraconservador e fascista, empenhado em deslegitimar nossos direitos, que ao contrário do que está no imaginário social, não foram ganhos gratuitos ou facilmente, mas sim conquistados a ferro e fogo com árduas lutas e morte de nossos (as) irmãos (ãs).

Colocou-se em pauta, dentro das discussões, a importância de se compreender o lugar de fala, visto que este conceito contribui para que o ambiente universitário se coloque como plural. Por assim ser, o lugar de fala busca romper os silêncios promovidos pela colonialidade, mas, acima disso, compreender que há sujeitos que foram silenciados e, por essa razão, hoje, tem dificuldade em acessar outros espaços sociais.

Assim, enquanto o lugar de fala nos permite pensar sobre o sujeito e sua relação com seus processos sociais e históricos, que o constituem e o perfazem, há também o lugar social, que nem sempre determina a consciência discursiva. Logo, um corpo com lugar de fala ocupa um lugar social de uma universidade, nem sempre indica que esse espaço será inclusivo. Por isso, a importância de que esses sujeitos promovam a decolonização desses espaços, pois, por meio dessa perspectiva, podem exercer a cidadania de que lhe é de direito e abrir caminho para outros corpos que ainda são subalternizados e que não têm acesso a esses espaços.

Por isso, é necessário o debate constante sobre a população LGTB e questões raciais que perpassam esta temática, uma vez que, enquanto grupo social devemos garantir os direitos dessa população emancipando-os para reflexão sobre as estruturas que fundamentam nossa sociedade altamente cisheteronormativa e enraizada nos privilégios da branquitude; reforçando estereótipos e lugares sociais a serem ocupados e vivenciados por estas minorias.

Logo, conforme supracitados a partir de nosso código de ética deveram estar além desses preceitos excludentes, atentando-nos para que não sejamos mais um espaço de violação/violência, o que pode ocorrer devido à imediatividade e captação institucional sobre nossa prática profissional.

São essas prerrogativas da Declaração Universal dos Direitos Humanos e da Constituição Federal de 1988 que possibilitam a realização de políticas públicas de Direitos Humanos para comunidade LGBTQ+ abrangendo toda sua diversidade e singularidades. Contudo, mesmo que este marco hoje seja realizado de maneira ineficiente, ainda se carece de maior comprometimento do nosso Estado para com a dignidade social e humana desta

parcela populacional. Sabe-se que ela lhe serve como massa de manobra econômica e por essa razão vive às margens da sociedade cisheteropatriarcal, altamente machista e favorecida de privilégios. Esses privilégios se intensificam a partir da cor da pele destes indivíduos e uns gozam de tais privilégios enquanto outros sofrem justamente por estarem à margem. Isso é resultado de uma sociedade racista e LGBTfóbica baseada na falsa premissa de democracia racial e respeito à diversidade.

Por fim, este estudo possibilitou perceber a importância da existência e resistência para que as minorias, de um modo geral, possam ocupar espaços sociais que a elas foram excluídas em um processo histórico. Logo, compreender como a colonialidade se fez e ainda se faz presente nos permite entender também acerca do lugar de fala de cada indivíduo na sociedade. Não apenas, mas essa compreensão permite que os espaços sociais sejam ocupados pelo viés da diversidade e pluralidade, abarcando o acesso a todos, sem distinção de quaisquer categorias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALFREDO, Jorge. **Odara – Eu quero é mais!** Brasil, 2013. Disponível em: <http://cadernodecinema.com.br/blog/odara-eu-quero-e-mais/>. Acesso em: 19 out. 2020.

ALMEIDA, Sílvia Luiz. **Racismo estrutural**. In: Feminismos Plurais. Coord. Djamila Ribeiro. Pólen, São. Paulo, 2019.

ANDRADE, Luma Nogueira de. **Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa**. Diss. 2015.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

AVELAR, Daniel. Alvo de debate no STF, homofobia é crime em mais de 40 países. Correio do Estado. Campo Grande, 20 de fev. de 2019.

BARAVELLI, Diego. **Liniker se apresenta no palco Onix do Lollapalooza 2019**. Brasil, 2019. Disponível: <https://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2019/09/26/grupo-liniker-e-os-caramelows-e-indicado-para-o-grammy-latino-pelo-album-goela-abaixo.ghtml>. Acesso em: 20 out. 2020.

BARBOSA, Elaine Senise. **40 anos de luta por direitos**. Brasil: Declaração universal dos direitos humanos, 2019. Disponível em: <https://declaracao1948.com.br/2019/10/14/40-anos-da-luta-lgbt-por-direitos-civis-14-10-2019/>.

BARCELLOS, Ana Paula de. **A Eficácia Jurídica dos Princípios Constitucionais: O Princípio da Dignidade da Pessoa Humana**. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

BARIFOUSE, Rafael. **STF aprova a criminalização de homofobia**. BBC. São Paulo, 13 de jun. de 2019.

BARRADAS, Efraín. El macho como travesti. Propuesta para una historia del machismo en Puerto Rico. **Revista Fuentes Humanísticas**, v. 18, n. 33, p. 141-151, 2006.

BARROCO, Maria Lucia S. **Ética fundamentos sócio-históricos**, capítulo II - A reprodução social das objetivações ético-morais - 2ª ed. - São Paulo: Cortez, 2009. - Biblioteca básica de serviço social; v. 4.

BARROCO, Maria Lucia S. **Série, assistente social no combate ao preconceito, caderno I - O que é preconceito?** - Brasília (DF): Cfess, 2016

BARROCO, Maria Lucia S. TERRA, Sylvia Helena. **Código de ética do/a assistente social - comentado**; Conselho Federal de Serviço Social - CFESS, (organizador). - São Paulo: Cortez, 1ed. 2012.

BENEVIDES, Bruna; NOGUEIRA, Sayonara. **BOLETIM Nº 05/2020 - 01 de janeiro a 31 de outubro de 2020 ASSASSINATOS CONTRA TRAVESTIS E TRANSEXUAIS BRASILEIRAS EM 2020.** Rio de Janeiro, 04/11/2020. Disponível em: <https://antrabrazil.files.wordpress.com/2020/11/boletim-5-2020-assassinatos-antra.pdf>. Acesso em: 12/11/2020.

BENTO, Maria Aparecida da Silva. **Pactos Narcísicos no racismo: Branquitude e poder nas organizações empresárias e no poder público.** Orientador: Dr^a Iray Carone. 2002. Tese (Doutorado - Psicologia) - Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

BERMÚDEZ, Ángel. 'Novo analfabetismo': por que tantos alunos latino-americanos terminam o ensino fundamental sem ler ou fazer contas. BBC. 11 de out. De 2017.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Manual de Direito Penal.** São Paulo: Saraiva, 2008.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal 1 Parte Geral.** Saraiva Educação SA, 2018.

BOBBIO, Norberto, 1909- **Dicionário de política I** Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino; trad. Carmen C, Varriale et al.; coord. trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacaís. - Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1.ed., 1998. Vol. 1: (total: 1622. p.) Vários Colaboradores.

BORBA, Rodrigo. Receita para se tornar um " transexual verdadeiro": discurso, interação e (des) identificação no processo transexualizador. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, v. 55, n. 1, p. 33-75, 2016.

BORRILLO, Daniel. **História e crítica de um preconceito.** Autêntica, 2010.

BORTOLOZZI, A. C. (2020). **Questionário e entrevista na pesquisa qualitativa:** Elaboração, aplicação e análise de conteúdo. Cidade: São Carlos. Editores Pedro e João.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação.** Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação Masculina.** Petrópolis: Editora Vozes, 1998. A dominação masculina/Pierre Kühner. - 11^o ed. - Rio de Janeiro 160p. tradução Maria Helena Bertrand Brasil, 2012.

BUTLER, Judith. **Regulações de gênero.** Cadernos Pagú. nº. 42, p. 249-274, 2014.

BRASIL. Conselho Federal de Medicina. **Resolução nº 1.955 de 2010.** Brasília: Conselho Federal de Medicina, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011.** Regulamenta a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde-SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências.

BRASÍLIA - DF - BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.: Constituição de 1988.** Brasília: Câmara dos Deputados - Palácio do Congresso Nacional - Praça dos Três Poderes, 5/10/1988. 1-1 p. Disponível

em:<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 14 jun. 2020.

CALHAU, Lélío Braga. **Cesare Lombroso: criminologia e a escola positiva de direito penal**. Revista Síntese de direito penal e processual penal, n. 23, 2004.

CALVI, Pedro. **Sistema carcerário brasileiro: negros e pobres na prisão**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2018.

CAMARGO, Felipy. **Ney Matogrosso**. Brasil: Pintrest, 2020. Disponível em: https://br.pinterest.com/pin/18788523433282579/feedback/?invite_code=363789e5b49b483f886b5de1a423dae4&sender_id=612560124225058006. Aceso em 16 out. 2020.

CAMPELO, RICHARDE RODRIGUES; PERES, E. M. Análise do atendimento humanizado no SUS aos Transexuais. **Rev. Cient. do Instituto Ideia**, v. 1, n. 7, p. 83-96, 2018.

CAMPOS, L. M. L. (2015). **Gênero e diversidade sexual na escola: a urgência da reconstrução de sentidos e de práticas**. Ciência & Educação, 21(4), I-IV. doi: <https://dx.doi.org/10.1590/1516-731320150040001>

CAMPUZANO, Giuseppe. Andróginos, hombres vestidos de mujer, maricones... el Museo Travesti del Perú. **Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 3, n. 04, 2009.

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o Feminismo: A Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero**. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/375003/mod_resource/content/0/Carneiro Feminismo o%20negro.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/375003/mod_resource/content/0/Carneiro_Feminismo%20negro.pdf) . Acesso: 01 abril 2023.

CHAUÍ, M. **Apresentação: os trabalhos da memória**. In BOSI, E. Memória e sociedade: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CAVALCANTE, ALEXANDRE SOARES. Transgenitalização–saberes e poderes envolvidos na política de saúde do SUS. 2016.

CHAVES, Luís de Gonzaga Mendes. **Minorias e seu estudo no Brasil**. Revista Ciências Sociais, Ceará, v. 2, n. 1, p. 149-168, 1971.

CISNE, Mírla. **Gênero. In: Feminismo, luta de classes e consciência militante feminista no Brasil**. Orientador: Dr^a Elaine Rosseti Behring. 2013. Tese (Doutorado - Serviço Social) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

COELHO, Danisia Sousa. **Lugar de fala e população LGBTQI+**. Diss. 2020.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Resolução nº 175, de 14 de maio de 2013**. Dispõe sobre a habilitação, celebração de casamento civil, ou de conversão de união estável em casamento, entre pessoas de mesmo sexo. Brasília, 14 maio 2013. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/1754>. Acesso em: 2 nov. 2020.

CUNHA, Geruza Tomás da. **Protagonismo feminino em terras de coronéis: mulheres em resistência**. 2021. 165 f. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2021. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/11759> Acesso: 08 março 2023.

DA SILVA SOUZA, Antônio Tiago et al. SAÚDE DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS). **Revista SOMMA**, v. 5, n. 2, p. 70-85, 2020.

DA SILVA STACK, Daniel. “Não é uma realidade de todo mundo”: a normativa nº 2.803/2013 e o acesso ao SUS por pessoas trans no município de Santa Maria-RS. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 3, n. 11, p. 194-214, 2020.

DA SILVA, Lucas Passos; GUTIERRES, LândersonLaífe Batista. TRAVESTIS E MULHERES TRANSEXUAIS NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE. **Semana da Diversidade Humana (ISSN: 2675-1127)**, n. 2, 2019.

DALLAPICULA, Catarina, et al. "Interseccionalizando em educação: lutas sociais e direito à diferença." *Revista Brasileira de Estudos da Homocultura* 4.13 (2021): 23-32.

DERING, Renato de Oliveira. **A prova de redação do Enem: manutenção da colonialidade por meio do ensino de produção textual.** (Tese de Doutorado em Letras e Linguística) Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Brasil, 2021. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/11287/3/Tese%20-%20Renato%20de%20Oliveira%20Dering%20-%202021.pdf>. Acesso: 10 abr. 2022.

DERING, Renato de Oliveira.; JUBÉ, Cassira Lourdes de Alcântare Dias Ramos; JANUÁRIO, Brendaly Santos de Freitas. BRENDA LEE: A luta e representatividade de mulheres trans no Brasil. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**. v.15, n.1, 2021, p. 128–142, 2021. DOI: 10.21057/10.21057/repamv15n1.2021.37524. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/37524>. Acesso em: 10 abr. 2022.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. **Portaria nº 1.370, de 21 de junho de 2019.** Inclui procedimento na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS. [S. l.], 24 jun. 2019. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-1.370-de-21-de-junho-de-2019-167267426>. Acesso em: 14 jun. 2020.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. **RESOLUÇÃO nº 2.265, de 20 de setembro de 2019.** Dispõe sobre o cuidado específico à pessoa com incongruência de gênero ou transgênero e revoga a Resolução CFM nº 1.955/2010. [S. l.], p. 96, 9 jan. 2020. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-2.265-de-20-de-setembro-de-2019-237203294>. Acesso em: 14 jun. 2020.

FERNANDES, Estevão Rafael. **Luxúria e selvageria na invenção do Brasil: Enquadramentos sexuais sobre as sexualidades indígenas.** *Fronteiras: Revista de História, Dourados, MS*, ano 2016, v. 18, n. 32, p. 239-267, 29 dez. 2016.

FIGUEIRÓ, M. N. D. (2018). **Educação sexual: Saberes essenciais para quem educa.** Curitiba: CRV.

FIUZA, César; DE FARIA PEREIRA, Arayan Henrique. Da possibilidade de retificação do sexo no registro civil do transexual. **Meritum, revista de Direito da Universidade FUMEC**, 2015.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (Brasil). **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2019.** 13º. ed. Brasil: [s. n.], 2019. 1 Atlas. Disponível

em:https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Anuario-2019-FINAL_21.10.19.pdf. Acesso em: 25 out. 2019.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (Brasil). **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020**. 14º. ed. Brasil: [s. n.], 2020. 1 Atlas. Disponível em:<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/10/anuario-14-2020-v1-interativo.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2020.

FOX, Lorelay. **A Sigla LGTBQIA**. Direção e Produção: Lorelay Fox. Brasil: Youtube, 21 fev. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bK12LQUuD5s&t=474s>. Acesso em: 01 nov. 2020.

FRANCIA-MARTÍNEZ, Margarita; ESTEBAN, Caleb; LESPIER, Zahira. Actitudes, conocimiento y distancia social de psicoterapeutas con la comunidad transgénero y transexual. **Revista puertorriqueña de psicología**, v. 28, n. 1, p. 98-113, 2017.

FRANCO, Neil. **Professoras trans brasileiras**: ressignificações de gênero e de sexualidades no contexto escolar. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, 2014.

GADOTTI, Ademar de Lima. **Os caminhos perversos da educação**: a luta pela apropriação do conhecimento no cotidiano da sala de aula. Cuiabá: Edufmt, 2004.

GOMES, Sávio Marcelino et al. O SUS fora do armário: concepções de gestores municipais de saúde sobre a população LGBT. **Saúde e Sociedade**, v. 27, p. 1120-1133, 2018.

GIL, A. C. (2008). **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas.

GUITZEL, Virginia. **Polícia Militar lembra Operação Tarantula com prisão de 9 travestis no Largo do Arouche**: Esquerdadiario, 6 out. 2017. Disponível em: https://www.esquerdadiario.com.br/Policia-Militar-relembra-Operacao-Tarantula-com-prisao-de-9-travestis-no-Largo-do-Arouche?utm_source=newsletter&utm_medium=email&utm_campaign=Newsletter. Acesso em: 23 out. 2020.

HOGEMANN, Edna Raquel; CARVALHO, Marcelle Saraiva de. O biodireito de mudar: transexualismo e o direito ao verdadeiro eu. In: **Direito Sanitário**. 2012. p. 418-435.

HUMANISTA - **Jornalismo e Direitos Humanos: Brasil já registra 141 mortes de LGBT's em 2019; personalidades se manifestam nas redes sociais**. Rio Grande do Sul: Redação Humanista, 17 maio 2019. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/humanista/2019/05/17/brasil-ja-registra-141-mortes-de-lgbts-em-2019-personalidades-se-manifestam-nas-redes-sociais/>. Acesso em: 14 out. 2019

HUNTY, Rita Von. **Rita em minutos: LGBTQIA+**. Direção e Produção: Tempero Drag. Brasil: Youtube 28 nov. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EREoc4JBr8>. Acesso em: 1 out. 2020.

HUNTY, Rita Von. **Um banheiro para Trans?** Direção e Produção: Tempero Drag. Brasil: Youtube, 14 jan. 2020. Disponível em:https://www.youtube.com/watch?v=t_5O4AbzBzk&t=809s. Acesso em: 6 out. 2020.

JACOBS, Cláudia Silva, MOTTA, Adyano André. **País registra cada vez mais agressões e quebras de terreiros: A cada 15 horas, uma queixa de discriminação por motivo religioso é registrada no Brasil, a maioria contra credos afro-brasileiros.** [S. l.]: Super Interessante, 2 fev. 2018. Disponível em: <https://super.abril.com.br/sociedade/pais-registra-cada-vez-mais-agressoes-e-quebras-de-terreiro/>. Acesso em: 14 jun. 2020.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de Gênero: Conceitos e Termos.** Brasília, 2012.

KULICK, Don. Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil. In: **Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil.** 2008. p. 279-279.

LAVOR, Thays. Meu filho vivia sendo humilhado': caso Dandara expõe tragédia de viver e morrer travesti no Brasil. BBC Brasil. V 1, 2017.

LIONÇO, Tatiana. Atenção integral à saúde e diversidade sexual no Processo Transexualizador do SUS: avanços, impasses, desafios. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 19, p. 43-63, 2009.

LOURO, Guacira Lopes (org). O corpo educado: Pedagogias da sexualidade. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2000.

MARTINS, Caio Lage; COSTA, Jessica Hind Ribeiro. A vulnerabilidade social da população trans e a busca por direitos fundamentais efetivos em contexto pandêmico sob a ótica da bioética de intervenção. **Anais do evento SEMOC – Semana de Mobilização Científica.** Salvador - BA, 2020. Disponível em: <http://ri.ucs.br:8080/jspui/handle/prefix/2962> Acesso em: 23 mar. 2023.

MIGNOLO, Walter D. **Desobediencia epistémica: retórica de la modernidade, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad.** Ediciones del siglo, 2010.

MINISTÉRIO DA SAÚDE GABINETE DO MINISTRO. **Portaria nº 2.803, de 19 de novembro de 2013.** Redefine e amplia o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS). [S. l.], 19 nov. 2013. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803_19_11_2013.html. Acesso em: 14 jun. 2020.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **RESOLUÇÃO nº 2, de 6 de dezembro de 2011.** Estabelece estratégias e ações que orientam o Plano Operativo da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). São Paulo, 2011. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cit/2011/res0002_06_12_2011.html. Acesso em: 14 jun. 2020.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ. **O ministério público e a igualdade de direitos para LGBT: Conceitos e legislação/ Procuradoria federal dos direitos do cidadão** - 2 ed, rev. atual. Brasília; MPF, 2017.

MOORE, Carlos; Ferreira, Silvia Lucia. "RACISMO E SOCIEDADE." Revista Baiana de Educação (2015): 189-191.

MOIRA, Amara. **Destino amargo**. In: MOIRA, Amara et al. *Vidas Trans: A luta de transgêneros brasileiros em busca de seu espaço social*. Bauru: Astral Cultural, 2017, p.16-55.

NASCIMENTO, Letícia. **Transfeminismo**. Editora Jandaíra, 2021.

NAÇÕES Unidas. **Declaração Universal de Direitos Humanos 2009**, Rio de Janeiro, 5 jan. 2019. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2020.

NOVO, Arthur Leonardo Costa. Identidades de gênero e transexualidade: notas sobre o Processo Transexualizador do SUS e as políticas de identidade dos movimentos sociais de pessoas trans, travestis e transexuais. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 6, n. 2, p. 75-82, 2020.

NUCCI, G. de S. **Leis penais e processuais penais comentadas**. (Rev., reform. e atual). São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

O DILEMA das redes. Direção: Jeff Orlowski. Produção: Larissa Rhodes. Roteiro: Jeff Orlowski, Davis Coombe, Vickie Curtis. [S. l.]: Netflix, 2020. Disponível em: <https://www.netflix.com/watch/81254224?trackId=13752289&tctx=0%2C0%2Cd135bcdd59587f67f5530d9d8bcbfb8f10c8c628%3A9ae8dcba5364b967aafa9787b29c748c48f6d5ff%2Cd135bcdd59587f67f5530d9d8bcbfb8f10c8c628%3A9ae8dcba5364b967aafa9787b29c748c48f6d5ff%2C%2C>. Acesso em: 23 set. 2020.

MISKOLCI, Richard. "A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização". *Sociologias*, v. 21, p. 150-182, 2010.

OLIVEIRA, José Marcelo Domingos de; MOTT, Luiz. **Mortes Violentas de LGBT+ no Brasil 2019**. 1. ed. Bahia: Grupo Gay da Bahia, 2020. Disponível em: <https://grupogaydabahia.com.br/relatorios-anuais-de-morte-de-lgbti/>. Acesso em: 14 maio 2020.

OLIVEIRA, Cida. **Rede Brasil Atual: Por que os cultos de matriz africana são alvos da intolerância religiosa?** São Paulo, 20 out. 2019. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2019/10/religoes-matriz-africana-intolerancia/>. Acesso em: 10 jun. 2020.

OLIVEIRA, Francine. **Operação Tarântula: a caça às travestis no Brasil durante os anos 1970 e 80**. [S. l.]: Blastingnews, 25 ago. 2016. Disponível em: <https://br.blastingnews.com/brasil/2016/08/operacao-tarantula-a-caca-as-travestis-no-brasil-durante-os-anos-1970-e-80-001082057.html>. Acesso em: 23 out. 2020.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. **O diabo em forma de gente:(r) existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação**. –Curitiba: Universidade Federal do Paraná. Diss. Tese (Doutorado em Educação) 2017. 190 f.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL. **PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL 2014 – 2018**. (PDI/UEMS)

PAIVA, Vitor. **Como a revolta de Stonewall, em 1969, empoderou o ativismo LGBT para sempre**. Rio de Janeiro: Hypeness, 2018. Disponível em:

<https://www.hypeness.com.br/2018/06/como-as-revoltas-de-stonewall-na-ny-de-1969-empoderou-o-ativismo-lgbt-para-sempre/>. Acesso em: 2 out. 2020.

PRECIADO, Paul. **Manifesto Contrassexual**. Políticas subversivas de identidade sexual. São Paulo: n-1 edições, 2014.

PEIXOTO NELSON, Dulcinéa et al. Demanda judicial da população transexual na 2ª Instância do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro: uma análise das decisões até 2017. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 29, n. 3, 2019.

PEREIRA, Cleyton Feitosa. **Notas sobre a trajetória das políticas públicas de direitos humanos LGBT no Brasil**. RIDH, Bauru, v. 4, n. 1, p. 115 - 137, 1 jun. 2016.

PESQUISA SOCIAL: **Teoria, Método e Criatividade**. DESLANDES, Suely Ferreira. GOMES, Romeu. NETO, Otávio Cruz. MINAYO, Maria Cecília de Souza (Organizadora). Petrópolis, RJ. Editora Vozes, 21. ed. 80.p, 1994.

PORTAL GELEDÉS - **Mapa de direitos LGBT e dados sobre violência mostram divisões e contradições**. São Paulo: JULIÃO, Luís Guilherme; ALVIM, Mariana, 15 maio 2017. Disponível em: https://www.geledes.org.br/mapa-de-direitos-lgbt-e-dados-sobre-violencia-mostram-divisoes-e-contradicoes/?gclid=Cj0KCQjwuZDtBRDvARIsAPXfx3B4wmv6UOM9uZiDB2wKJ8BezJyRmhqFmpDV7qVEg7iul9pa1-fAlVcaAvVoEALw_wcB. Acesso em: 14 out. 2019.

PRADO, Marco Aurélio Máximo; MACHADO, Frederico Viana. Preconceito contra homossexualidades: a hierarquia da invisibilidade. Cortez Editora, 2017.

PRESIDÊNCIA DA - CASA CIVIL - SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS. **LEI nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm. Acesso em: 14 jun. 2020.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA CASA CIVIL SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS. **Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016**. Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. DECRETO Nº 8.727, DE 28 DE ABRIL DE 2016, Brasília, 28 abr. 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8727.htm. Acesso em: 2 nov. 2020.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidad y Modernidad/Racionalidad**. Revista Perú Indígena, Perú, v. 13, n. 29, p. 11-20, 1992.

REIS, Brenda Paula Silva. Direito à saúde da população transexual: uma análise através de processos judiciais brasileiros. 2016.

REZENDE, Tânia Ferreira; SILVA, Daniel Marra da. Desobediência linguística: por uma epistemologia liminar que rasure a normatividade da língua portuguesa. **Revista Porto das Letras**, v. 04, n. 01. 2018, pp. 174-202. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/portodasletras/article/view/5534> Acesso: 10

abr. 2022.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: A Formação e o sentido do Brasil**, capítulo II - Companhia das Letras, 2ªed, São Paulo 1995.

REIDEL, Mariana. **A pedagogia do salto alto**: histórias de professoras transexuais e travestis na educação brasileira. Dissertação de mestrado. Porto Alegre: Programa de PósGraduação em Educação/UFRS, 2014.

RODRIGUES, Julia. **Em carreira solo, liniker não quer se limitar à figura da mulher trans**. Brasil, 2020. Disponível em: <https://bahiaeconomica.com.br/wp/2020/04/13/em-carreira-solo-liniker-nao-quer-se-limitar-a-figura-da-mulher-trans/>. Acesso em: 19 out. 2020.

ROSSINI, Maria Clara. **O que foi a revolta de Stonewall?** Ela fez 50 anos em 2019 e é símbolo do orgulho LGBT+ em todo o mundo. Entenda o que foi a revolta, e o efeito dominó que ela provocou. [S. l.]: Super Interessante, 28 jun. 2019. A publicação foi atualizada em 29/06/2020. Disponível em: <https://super.abril.com.br/historia/o-que-foi-a-rebeliao-de-stonewall/>. Acesso em: 2 out. 2020.

ROCHA, Márcia. **A luta pela aceitação**. In: MOIRA, Amara et al. *Vidas Trans: A luta de transgêneros brasileiros em busca de seu espaço social*. Bauru: Astral Cultural, 2017. p.101-133

SALES, Adriana. **Travestilidades e escolas nas narrativas de alunas travestis**. Dissertação de mestrado. Mato Grosso. Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso, 2012.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, Patriarcado, Violência**. 2. ed. rev. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

SANTOS, Boaventura. **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural**. Civilização brasileira, 2003.

SARLET, Ingo Wolfgang. *Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais: Na Constituição Federal de 1988*. Livraria do Advogado Editora, 2010.

SAZA, Mylena. **Majur**. Brasil, 2020. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/azul-disponibilizara-mais-de-700-voos-extras-para-o-carnaval-2020/>. Acesso em 20 out. 2020

SARDINHA, M. da C. **Gênero e identidade(s) na contemporaneidade: os desafios do não-binário**. 2020. 132 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/12667/3/Disserta%20a7%20a3o%20-%20M%20a1rcia%20Sardinha%20da%20Costa%20-%202020.pdf> Acesso em 18 mar. 2023.

SENADO FEDERAL. **Projeto de Lei nº 860, de 13 de junho de 2019**. Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, para definir e punir os crimes resultantes da intolerância, discriminação ou do preconceito por sexo, orientação sexual e identidade de gênero. Projeto de Lei nº 860, de 2019, [S. l.], 13 jun. 2019. Disponível em:

<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/135327>. Acesso em: 2 nov. 2020.

SESC SP. **Irreverência sem limites**. São Paulo, Brasil: Sesc São Paulo, 2016. Disponível em: https://www.sescsp.org.br/online/artigo/9796_IRREVERENCIA+SEM+LIMITES. Acesso em: 15 out. 2020.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. ed. rev. atual. - São Paulo: Cortez, 2007. 304 p.

SILVA, Gustavo Ribeiro da; DERING, Renato de Oliveira. Breves reflexões sobre a importância da leitura para a formação de um sujeito crítico. **Revista Humanidades e Inovação**, v. 7, n.1, 2020b, p. 75-81. ISSN 235-8322. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/2344> Acesso: 08 março 2023.

SILVA, Livia Karoline Moraes da et al. Use of the social name in the Brazilian Public Health System: elements for the debate on assistance provided to transvestites and transsexuals. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 27, n. 3, p. 835-846, 2017.

SILVA, Livia Karoline Moraes da et al. Uso do nome social no Sistema Único de Saúde: elementos para o debate sobre a assistência prestada a travestis e transexuais. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 27, p. 835-846, 2017.

SILVA, Marcos Valdir. **Transcendo o ideário do arco-íris: da invisibilidade a efetivação de direitos**. Orientador: Dra.^a Maria Lúcia Martinelli. 2019. 133 p. Dissertação (Mestrado - Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP, São Paulo, 2019.

SILVA, Michelly Camila Moura et al. A percepção de usuários transexuais e travestis em relação ao atendimento no Sistema Único de Saúde. 2015.

SIMPSON, Keila. **Transexualidade e travestilidade na Saúde**. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). *Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009. p.09-24.

SPIVAK, Gayatri. *Pode o Subalterno Falar?* Trad. de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: UFMG, 2018

SOARES, Elza; GERMANO, Douglas; KASTRUP, Guilherme. **Credo**. 2018. música. Disponível em: <https://open.spotify.com/track/1GxQwcFhoT32SNNsWEIftr>. Acesso em: 5 nov. 2020.

SOUTO, Luiza. Assassinatos de LGBT crescem 30% entre 2016 e 2017, segundo relatório. O Globo. São Paulo, 25 de out. De 2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/assassinatos-de-lgbt-crescem-30-entre-2016-2017-segundo-relatorio-22295785>>. Acesso em: 2 jul. de 2021.

TORRES, Marco Antônio. **A transformação de professoras transexuais na escola: transfobia e solidariedade em figurações sociais contemporâneas**. Cronos. Natal, n. 2, v. 2, p. 41-61, 2010. Dossiês/42.

STRANGERS, Earlier Selves. **Gay Sunshine**. Twitter, 2018. Disponível em: <https://twitter.com/heretikradikal/status/1052269123923861505>.. Acesso em: 12 out 2020.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no Paraíso: A homossexualidade no Brasil da Colônia à atualidade**. 4. ed. rev. atual. eamp. - Rio de Janeiro: Objetiva, 2018. 726 p.

VAGGIONE, Alicia. Literatura/enfermedad: El cuerpo como desecho. Una lectura de Salón de belleza de Mario Bellatin. **Revista iberoamericana**, v. 75, n. 227, p. 475-486, 2009.

VARELLA, Dráuzio. **Epidemia da Aids no Brasil**. [S. 1.], 20 abr. 2011. A publicação foi atualizada em 11/08/2020. Disponível em: <https://drauziovarella.uol.com.br/drauzio/artigos/epidemia-de-aids-no-brasil-artigo/>. Acesso em: 23 out. 2020.

YORK, Sara Wagner, Megg Rayara Gomes Oliveira, and Bruna Benevides. "**Manifestações textuais (insubmissas) travesti**." *Revista Estudos Feministas* 28 (2020).

WEEKS, J. (2000). **O corpo e a sexualidade**. In G. L. Louro (Org.), *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. 2.ed. Tradução dos artigos: Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, p.35-82.

ZAMBRINI, Laura. Prácticas travestis: teorías y debates sobre corporalidades disruptivas. **Revista Artemis**, v. 13, n. 1, 2012.

ENTREVISTAS

ARAUANIS. Entrevista. [Entrevista concedida a Marco Aurélio De Almeida Soares], 2021.

HIJIRAS. Entrevista. [Entrevista concedida a Marco Aurélio De Almeida Soares], 2021.

MADAME SATAN. Entrevista. [Entrevista concedida a Marco Aurélio De Almeida Soares], 2021.

MUXE. Entrevista. [Entrevista concedida a Marco Aurélio De Almeida Soares], 2021.

OXUMARÊ. Entrevista. [Entrevista concedida a Marco Aurélio De Almeida Soares], 2021.

SÃO BENTO. Entrevista. [Entrevista concedida a Marco Aurélio De Almeida Soares], 2021.

SÃO SEBASTIÃO. Entrevista. [Entrevista concedida a Marco Aurélio De Almeida Soares], 2021.

SANTO ONOFRE. Entrevista. [Entrevista concedida a Marco Aurélio De Almeida Soares], 2021.

XICA MANICONGO. Entrevista. [Entrevista concedida a Marco Aurélio De Almeida Soares], 2021.

ANEXO A

Tabela 3: Evolução das conquistas políticas obtidas pelos movimentos LGBT

AÇÃO	NATUREZA DA AÇÃO	ANO
-------------	-----------------------------	------------

Criação do Programa Nacional de Aids no Ministério da Saúde	Embora não seja uma política exclusiva para LGBT e nem vislumbre a garantia transversal da cidadania LGBT, o Programa se configurou como estratégico parceiro do Movimento LGBT no Estado, ainda mais numa época de pouco diálogo entre as duas instâncias. Essa estrutura tem por objetivo diminuir a transmissão de HIV e Doenças Sexualmente Transmissíveis e melhorar a qualidade de vida das pessoas vivendo com essas doenças. Apoiou bastante o Movimento LGBT financiando projetos, eventos e paradas do orgulho a partir do início da década de 90.	1988
Programa Nacional de Direitos Humanos I	Breve menção dos homossexuais como detentores de direitos humanos	1996

Criação da Secretaria Nacional de Direitos Humanos	Tendo sido criada na estrutura do Ministério da Justiça, foi fortalecida em 1999 passando a ser chamada de Secretaria de Estado de Direitos Humanos e o titular da época conquistou status de Ministro. No Governo Lula, em 2003, se torna Secretaria Especial de Direitos Humanos com mais recursos e estrutura. É a partir desse período que a agenda LGBT começa a ser gestada na política de direitos humanos.	1997
Programa Nacional de Direitos Humanos II	Contendo 10 metas específicas para GLTTB (sigla à época), o Programa avançou no reconhecimento da diversidade sexual no campo da cidadania.	2002
Programa Brasil Sem Homofobia	Gestado no período Lula, fruto da parceria entre Governo Federal e lideranças LGBT. Prevê um conjunto de ações que visam combater a homofobia.	2004

I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais Travestis e Transexuais (GLBT à época)	Convocada por Decreto Presidencial, representou um marco na elaboração e construção de políticas públicas em conjunto com a população LGBT fortalecendo a participação social dessa população. É a partir deste evento que a sigla GLBT passa a ser LGBT, conferindo maior visibilidade a pauta lésbica	2008
Programa Nacional de Direitos Humanos III	O PNDH-3 avança na agenda da população LGBT. Tendo sido construído com mais participação popular que os Programas anteriores.	2009
I Plano Nacional de Promoção da Cidadania e DH de LGBT e Transexuais	Fruto da I Conferência Nacional GLBT, o Plano contém 51 diretrizes e 180 ações, demonstrando assim diversas demandas históricas da população LGBT.	2009

Criação da Coordenação Geral de Promoção dos Direitos de LGBT na estrutura da SDH	A Coordenação foi criada com o objetivo de articular as políticas previstas no I Plano Nacional LGBT. Surge também para atender aquilo que o Movimento LGBT chama de “tripé da cidadania” (Plano / Coordenadoria / Conselho).	2009
Instituição do Conselho Nacional de Combate à Discriminação de LGBT e Transexuais	Composto por 30 membros/as, representantes do governo e da sociedade civil, o Conselho tem por finalidade primordial formular e propor diretrizes para a ação governamental.	2010
Instituição do Dia Nacional de Combate à Homofobia	Por meio de Decreto, o presidente Lula instituiu o dia 17 de maio como o Dia Nacional de Combate à Homofobia. Essa é uma data internacionalmente celebrada em virtude da retirada da homossexualidade do Código Internacional de Doenças da Organização Mundial de Saúde.	2010

Disque 100 – Direitos Humanos	O Disque 100 funciona como um canal de denúncia em que segmentos vulneráveis vítimas de violência podem denunciar através de ligação telefônica. Em fevereiro de 2011, passa a atender a população LGBT.	2011
Lançamento da Política Nacional de Saúde Integral da População LGBT	Construído por ativistas e membros do Ministério da Saúde, a Política Nacional de Saúde Integral LGBT foi aprovada pelo Conselho Nacional de Saúde e prevê um conjunto de ações em distintas áreas da saúde como: produção de conhecimentos, participação social, transversalidade, promoção, atenção e cuidado. É paradigmática porque amplia o foco de atenção do Estado dos problemas relativos ao HIV/AIDS para necessidades mais abrangentes da saúde de LGBT.	2011

II Conferência Nacional de LGBT e Transexuais	Convocada pela presidenta Dilma Rousseff, teve como objetivo central avaliar a execução do I Plano Nacional LGBT.	2011
Lançamento dos Anais da II Conferência Nacional de LGBT e Transexuais	Documento composto por artigos de ativistas, gestores/as, parlamentares, ministros do STF e outras pessoas ligadas à temática LGBT. Ainda contou com a publicação das diretrizes e moções aprovadas na II Conferência Nacional	2012
Criação do Comitê Técnico de Cultura LGBT	A Portaria nº 19 de 17 de maio de 2012, publicada no DOU, cria o Comitê Técnico de Cultura LGBT que tem por objetivo formular políticas de valorização da Cultura LGBT para o Ministério da Cultura. O Comitê conta com membros da sociedade civil organizada.	2012

<p>Lançamento do Relatório de Violência Homofóbica no Brasil – 2011 e 2012</p>	<p>Fruto da pressão do Grupo Gay da Bahia (GGB), que já contabilizava a violência homofóbica, o Governo Federal lança, no ano de 2012, o balanço da violência contra LGBT em 2011. Esse mapeamento da homofobia no Brasil foi necessário para implementação de políticas de enfrentamento a ela. No ano seguinte, em 2013, publica os dados de 2012.</p>	<p>2012/2013</p>
<p>Lançamento do Sistema Nacional LGBT</p>	<p>Demandado pelo Conselho Nacional LGBT, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República lança o Sistema Nacional de Enfrentamento à Violência LGBT que tem por objetivo a criação de Conselhos e Coordenadorias estaduais e municipais, a fim de construir e fortalecer uma rede de políticas públicas LGBT no país inteiro.</p>	<p>2013</p>

<p>Instalação do Comitê Nacional de Políticas Públicas LGBT</p>	<p>No âmbito do Sistema Nacional LGBT e em articulação com o Fórum Nacional de Gestores/as LGBT, a Secretaria de Direitos Humanos instalou esse Comitê visando aproximar gestores/ as da política LGBT em todo o país e articular um pacto federativo das políticas LGBT atribuindo responsabilidades e funções ao Governo Federal, governos estaduais e municipais.</p>	<p>2014</p>
<p>Lançamento do Pacto Nacional de Enfrentamento às Violações de Direitos Humanos na Internet – Humaniza Redes</p>	<p>Considerando os altos índices de violências e violações de direitos humanos na internet, o Governo Federal lança o Humaniza Redes como um canal de denúncias online que encaminha as ocorrências para setores responsáveis pela apuração e punição dos atos. A política prevê em seus eixos, trabalho preventivo com campanhas online, em especial nas redes sociais populares como Facebook e Twitter</p>	<p>2015</p>

<p>III Conferência Nacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais Travestis e Transexuais</p>	<p>Diferentemente das outras vezes, a III Conferência Nacional LGBT aconteceu em abril de 2016 conjuntamente com as Conferências da Criança e do Adolescente, da Pessoa Idosa e da Pessoa com Deficiência, bem como da XII Conferência Nacional de Direitos Humanos. Dessa experiência resultou a assinatura de Decreto Nacional que reconhece e utiliza o nome social de pessoas trans e travestis em âmbito Federal, publicado pela presidenta Dilma Rousseff, em meio ao seu processo de impeachment (2016). O tema deste terceiro processo conferencial foi “Por um Brasil que Criminalize a Violência contra Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais”.</p>	<p>2016</p>
---	---	-------------

Fonte: Pereira, 2016, p. 125-127